

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

## **UTOPIAS DE PROGRESSO**

**AÇÕES E DILEMAS NA LOCALIDADE DE ITÁ FRENTE A UMA HIDROELÉTRICA**

**Zilma Isabel Peixer**

**Florianópolis, dezembro de 1993**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**UTOPIAS DE PROGRESSO**

**AÇÕES E DILEMAS NA LOCALIDADE DE ITÁ FRENTE A UMA HIDROELÉTRICA**

**Dissertação de mestrado apresentado no  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política da Universidade Federal de Santa  
Catarina, para obtenção do grau de mestre.**

**Zilma Isabel Peixer**

**Florianópolis, dezembro de 1993**

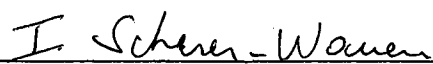
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

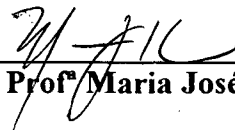
**UTOPIAS DE PROGRESSO**

**AÇÕES E DILEMAS NA LOCALIDADE DE ITÁ FRENTE A UMA HIDROELÉTRICA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores.



Prof<sup>a</sup> Ilse Scherer-Warren  
Orientadora



Prof<sup>a</sup> Maria José Reis



Prof<sup>a</sup> Tamara Benakouche

Florianópolis, dezembro de 1993

## SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	iv
Lista de Quadros.....	v
Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
1 - Introdução.....	01
2 - Uma breve história da UHE-Itá e de Itá.....	09
2.1 - A Usina hidroelétrica de Itá.....	09
2.2 - O município de Itá.....	11
2.3 - Um pequeno histórico de Itá.....	15
3 - Percepção da barragem.....	22
3.1 - A notícias sobre o processo de implantação da barragem.....	22
3.2 - Da inevitabilidade da obra à busca do progresso: as percepções criadas.....	27
3.3 - Das primeiras reivindicações às primeiras vitórias.....	34
a) Mudança de eixo da barragem.....	34
b) A opção pela relocação.....	38
4 - Plano de relocação de Itá.....	41
4.1 - A Escolha do novo local da cidade.....	42
4.2 - O plano de mudança.....	44
4.3 - A construção da nova cidade.....	49
4.4 - A construção das moradias.....	51
4.5 - A negociação com a periferia.....	55
5 - Nova Itá - Percebendo o novo espaço.....	58
5.1 - Percebendo a nova cidade.....	59
5.1.1. - Uma nova cidade um novo estilo.....	59
5.1.2 - Proximidade/distância.....	63
a) A percepção do planejamento.....	65
b) As distancias na nova cidade.....	66
5.1.3 - Rede de vizinhança.....	68
5.2 - Percebendo a nova moradia.....	70
5.2.1. - A nova casa.....	70
5.2.2 - A casa e seu espaço imediato.....	76
5.3 - Vivendo a nova cidade.....	79

5.4 - A perspectiva de mudança: comparações entre a velha e a nova Itá ...	82
6 - As Mudanças no cotidiano .....	87
6.1) Demora na mudança da cidade .....	87
6.2) Percepção das mudanças econômicas .....	89
6.3) A convivência com o "outro" .....	92
7 - Entre parcerias e conflitos .....	98
7.1 - Poder local e população: rupturas e continuidades .....	98
7.2 - A Comissão Pró Relocação de Itá: .....	103
7.3 - Relação com a Eletrosul .....	107
7.4 - Relacionamento com a Igreja e CRAB. ....	110
8 - Os dilemas da participação .....	114
8.1 - O sistema de informação .....	115
8.2 - Participar: entre desafios e continuidades .....	116
8.3 - Identidades sócio política e mobilização popular: Identidade de beneficiário? .....	121
9 - Considerações finais .....	125
10 - Bibliografia .....	131

#### Anexos

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da UHE - Itá.....	12
Figura 2 - Localização do município de Itá.....	13
Figura 3 - Terra da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda.....	18
Figura 4 - Itá - Loteamento Luce e Rosa para a vila de Itá.....	19
Figura 5 - Eixos alternativos de barramento.....	35
Figura 6 - Repercussões do alagamento.....	36
Figura 7 - Esquema do arranjo geral do empreendimento.....	45
Figura 8 - Planta da área urbana de Itá.....	48
Figura 9 - Zoneamento urbano da nova cidade.....	50

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Dados sobre a população total do município.....	14
Quadro 2 - Classificação de moradias segundo a Eletrosul.....	53
Quadro 3 - Uso dos lotes na cidade velha.....	77

## AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho estive em contato com muitas pessoas e instituições, algumas permanentemente, que de uma forma ou de outra, possibilitaram-me a realização desta dissertação. Enumerar a todas estas pessoas é impossível, mas deixo registrado o agradecimento, a quem de uma forma ou de outra compartilhou comigo esta experiência. E, de forma especial agradeço:

Aos moradores de Itá, pelo carinho e interesse demonstrado ao me receberem em suas casas, ou no seus serviços, onde passávamos horas conversando, sobre suas vidas, angustias esperanças. Importantes no resgatar desta história e lutas. A prefeitura, seus funcionários e membros da comissão pró-relocação de Itá sempre dispostos a fornecer todos os dados que necessitava para o trabalho. Aos representantes da Igreja, da CRAB e do STR na localidade que com paciência mostravam outros aspectos e contrapontos da história local.

A CAPEs pelo apoio financeiro, durante o mestrado.

Aos meus colegas de curso e professores, pela troca de idéias, e auxílio na construção do projeto de pesquisa. Ao departamento de pós-graduação, e especialmente Albertina, que sempre me auxiliou nas questões institucionais.

Ao grupo de pesquisa sobre barragens da UFSC, que foi onde começou toda essa história de Itá, meu primeiro contato com o que viria a ser mais tarde meu objeto de estudo.

A Ilse, minha orientadora, pelo carinho e paciência nestes vários anos, e que me ensinou e incentivou nos primeiros passos na área de pesquisa sociológica.



Alguém em especial, Gisela, com a qual planejamos juntas esta pesquisa, que com sua amizade, me acompanhou desde o início, me incentivando e discutindo comigo grande parte do trabalho. Sua paciência em me ouvir e ler parte do trabalho, foi importante e de grande valia. Pelos momentos de nervosismo e descontração que passamos juntas.

Para minha família e meus pais que procuraram dar todo o apoio e incentivo. E souberam entender os meus momentos de ausência. A Zélia e Munarim, pela paciência em me ouvir e que me deram forças para continuar com os trabalhos. Ao seu Carraro e a dona Cida pelo apoio neste último ano.

A José Luís, pelo apoio psicológico e paciência durante a realização deste trabalho, sempre pronto a me incentivar, a ouvir (constantemente) e, dar forças nos altos e baixos do trabalho, a quem frequentemente eu recorria.

Enfim, gostaria de agradecer a todos que de uma forma ou de outra foram importantes na realização da dissertação, seja discutindo idéias, permitindo avaliar questões, seja através do apoio institucional.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a postura dos moradores da cidade de Itá (SC), em relação a construção da UHE-Itá. Estes aprovaram e defenderam a obra em certos momentos, configurando-se numa postura atípica na região.

Os moradores perceberam a obra como portadora do progresso para a região. Esta idéia de progresso que foi veiculada pela Empresa, encontra respaldo e cumplicidade entre os diversos segmentos sociais em Itá. Outros fatores como o acesso restrito às informações, os canais institucionalizados de participação e a construção de uma nova cidade. Contribuíram para esta postura. A nova cidade se, por um lado, reforça a perspectiva de progresso gera, por outro lado, uma série de dilemas, onde o sonho de vê-la construída e poder ocupa-la, se contrapõe a perda do antigo espaço (físico/social) historicamente construído.

A postura dos moradores, de apoio à obra, só pode ser explicada pelo entrelaçamento destas várias dimensões. Do mesmo modo, com a concretização de uma realidade antes distante e com as interações criadas entre os segmentos envolvidos, posicionamento e as perspectivas estão sendo relativizadas e pontos de auto-reflexão e crítica começam a se esboçar.

## ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the attitude of the inhabitants of Itá, SC, concerning to the building of the "Usina Hidroelétrica de Itá".

For the inhabitants, this hydroelectric plant would bring progress for the region, and this idea, which was spread by the company, was shared by some social segments in Itá. They approved and defended it, although this kind of behaviour is unusual for this region. The attitude of these inhabitants can only be explained through the articulation of several dimensions. Facts as the restrict access to the information, the ways of participation, and the new city, had contributed for this conception.

During the construction of the new city, the inhabitants were faced to a dilemma, where the dream of a new city was put against the loss of the (physical-social) space which had been built historically.

At present this attitude and perspective are starting to change and e new perception is arising.

## 1 - INTRODUÇÃO

Os grandes projetos de desenvolvimento, entre eles as usinas hidroelétricas (UHE) e seus efeitos sócio-ambientais, têm se tornado, cada vez mais, um tema freqüente de estudos e indagações nas ciências sociais.

Grande parte dos estudos realizados no Brasil, sobre populações afetadas por hidroelétricas, centralizam-se sobre os efeitos destas sobre as populações camponesas e/ou indígenas. Por outro lado, há muito poucos estudos sobre realocização e efeitos sofridos pelas populações urbanas, havendo, também, poucos estudos sobre populações atingidas que concordaram e até mesmo defenderam a realização da barragem.

Neste sentido o tema central deste trabalho é buscar entender a postura dos moradores da sede do município de Itá, com relação à construção da UHE-Itá. Nesta localidade, os moradores apresentaram um posicionamento favorável à construção da barragem, configurando-se numa situação atípica na região, uma vez que, ao seu redor, formou-se um forte movimento contrário à construção da mesma.

Esta situação é, portanto, um campo fértil para estudarmos os processos sócio-políticos e os efeitos desencadeados com a construção de uma hidroelétrica, tanto por se tratar de uma população urbana como por ocorrer o consentimento desta população em relação à construção da obra.

A caracterização dos moradores da sede do município de Itá como urbano é problemática, pois é uma pequena cidade, sede administrativa do município, onde se

concentram as atividades comerciais, religiosas, educacionais, bancos e prestação de serviços. Esta pequena cidade se estruturou com base no apoio às atividades agrícolas do município.

\* Historicamente, no Brasil, a construção de hidroelétricas e a definição de políticas energéticas têm sido encaminhadas de forma restrita, sem a participação da população diretamente envolvida. Estes projetos são "... *implantados* na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças - sociais, políticas, econômicas - endógenas" (Vainer; Araujo: 1992, 34).

Até o momento as populações que habitam estes espaços são consideradas, pelas empresas empreendedoras, como um empecilho a ser removido, para dar lugar ao progresso da região e do país. É toda uma ação de re-ordenamento territorial forçado.

\* Neste contexto, quando as populações que vivem neste espaço, tomam conhecimento do projeto da obra, já há todo um estudo em andamento e as decisões já estão tomadas. Resta às localidades correr atrás de um processo já desencadeado.

\* Com a construção de uma UHE muitas mudanças são introduzidas nas localidades atingidas. Neste processo muitos elementos "novos" passam a fazer parte do cotidiano das populações, alguns são assimilados sem grandes conflitos ao seu universo sócio cultural, outros demandam resistência. Ambas situações podem se expressar tanto a nível individual, quanto coletivamente, através da organização em grupos de pressão, movimento social e outros. Frente a este contexto de ruptura, as populações desenvolvem percepções, ações múltiplas e diferenciadas.

Os efeitos de construções de hidroelétricas não são, necessariamente, iguais entre as diversas populações afetadas pela mesma obra e não se restringem à população diretamente atingida, que residem no espaço geográfico que será usado para a construção da barragem e formação do reservatório. Seus efeitos repercutem numa dimensão sócio-espacial maior.

Neste sentido, Scherer-Warren (1988) faz uma diferenciação das populações que de alguma forma são impactadas com a construção da obra:

\* Expropriados rurais e urbanos: estas populações têm suas terras e moradias atingidas pelo lago e são forçadas a migrar.

\* Trabalhadores temporários de baixa qualificação, contratados para construção da obra;

\* Espoliados ou indiretamente atingidos: são populações que não são atingidas pelas águas, mas que podem enfrentar conseqüências tais como, impactos sócio-culturais na relação com a população migrante, impacto sobre a infra-estrutura e outros.

Nesta última categoria é interessante incluir também as populações localizadas próximas aos locais de reassentamento dos grupos deslocados pela construção da Usina Hidroelétrica que, conforme demonstram os estudos de Scudder (1975), terão que se adaptar a uma nova situação de rápido aumento populacional que pode criar situações conflitantes tanto cultural como economicamente.

Um dos principais efeitos sociais, advindos da construção de barragens, é a migração forçada de um grande contingente populacional. Esta população perde a liberdade de optar pela permanência no seu espaço social (Vainer, 1992). Além deste podemos citar outros, tais como o aumento da população temporária, aumento da demanda por bens coletivos, aumento de fluxo de capital no mercado, desestruturação do mercado de trabalho local e regional.

Os efeitos e as modificações advindas com a construção de uma hidroelétrica, são percebidos e vivenciados pela população de múltiplas e variadas formas. Por um lado cada segmento atribui significados específicos à barragem e seus impactos, por outro lado, o indivíduo não possui uma percepção única e homogênea sobre a barragem e seus efeitos. Esta diversidade está ligada à questões históricas, ao universo simbólico e à organização sócio-política local.

A percepção formada é múltipla, construída individual e coletivamente, no qual elementos como história do grupo e sua cultura são aspectos importantes. A percepção que uma determinada população ou grupo desenvolve sobre uma hidroelétrica, é um fator importante para se compreender seu próprio posicionamento político em relação a mesma. Postura de defesa da obra ou de negação.

Segundo Giddens (1989) o tempo e a questão espacial são parâmetros importantes, para a formação da percepção. Por sua vez, é através da percepção que a "temporalidade da experiência é continuamente processada" (Giddens, 1989; 37). Sendo neste sentido uma dimensão importante para a definição das ações. A percepção que o indivíduo ou grupo constrói é seletiva, tem a ver com os "envolvimentos ativos de agentes com seus respectivos ambientes" (Idem, 38). Neste sentido, a percepção se forma na interação entre os indivíduos, na interação

com o grupo e com os "outros" (Empresa construtora, Estado e outros grupos).

São vários efeitos que podem ocorrer com a construção de uma hidroelétrica e alguns já são vivenciados pela população local de Itá. Porém eles não são percebidos e vivenciados da mesma maneira dentro do grupo, pois estão intrinsecamente ligados com as formas como os atores envolvidos se relacionam. Sigaud chama atenção para este fato, afirmando que os "...efeitos de uma determinada opção tecnológica são também o produto das relações sociais concretas, dos enfrentamentos e dos conflitos..."(1992; 19). Portanto, os efeitos, sua intensidade estão ligados, também, à dinâmica desta relação.

Nas populações diretamente atingidas, a necessidade de relocação é o ponto mais significativo de mudança, o que é muito salientado pelas populações que já foram relocadas. Este aspecto e as transformações resultantes desta reorganização sócio-espacial é o que permanece mais vivo na memória, ficando muitos efeitos e mudanças diluídos nas lembranças.

Outro aspecto que ocorre em obras que estão em andamento e que torna o processo de realocação conflituoso e stressante são as dificuldades encontradas para participar nas negociações sobre a relocação e a insegurança quanto ao futuro.

Também a relação com a população migrante é uma situação presente no cotidiano da população local, além disso, o aumento populacional trás sérias repercussões na região e, principalmente, nas localidades próximas ao canteiro de obras da empresa. Este processo poderá ocasionar uma desestruturação no mercado de trabalho regional, que, aliado ao deslocamento de um grande número de agricultores atingidos pela barragem, implicará numa reestruturação do mercado de trabalho regional e das economias municipais.

Outro aspecto a ser considerado, nos estudos sobre hidroelétrica, é a idéia de progresso que acompanha estes grandes empreendimentos, que são apresentadas de forma estratégica para a população, aparecendo como detentores do progresso para a região e o país (Ribeiro 1985). As empresas construtoras procuram legitimar esta obra enquanto um bem público de interesse geral e, de certa forma, minimizar o "custo social" presente em obras deste porte (Bartolomé 1985), seu discurso estratégico/ideológico é tematizado por vários estudiosos (Bartolomé, 1985; Ribeiro, 1985; Vainer, Araújo, 1992).

Nestes estudos uma lacuna observável se refere à análise de populações que concordam

com a construção da hidroelétrica. Tal posicionamento, na maioria dos casos, é percebido como uma interiorização passiva da ideologia do "progresso", veiculada pela empresa.

Ter como ponto de partida uma postura passiva das populações, não explica os fatores, o relacionamento com a empresa e outros e, até mesmo, o processo de interiorização da ideologia veiculada pela empresa. Mesmo que ocorra, essa interiorização sofreu modificações no transcurso, sendo re-interpretada pela população, podendo ser atribuídos outros significados e percepções diferentes do propagado pela empresa.

Frente à situação de construção de uma hidroelétrica, frente às rupturas no cotidiano, cada localidade irá desenvolver estilos próprios de lidar com o novo (a barragem). Analiticamente, nós temos dois momentos bem definidos neste processo de interação com a construção de uma hidroelétrica:

a) Os primeiros momentos, ou melhor, os primeiros anos, quando a população é informada sobre a construção da hidroelétrica. Neste contexto a barragem, enquanto algo novo, torna-se o centro das atenções, mesmo porque é o momento das pessoas irem criando um contato rotineiro com esta idéia. Período de adaptação, marcado por incertezas profundas, ansiedade, medo quanto ao futuro, agora com um grau maior de incerteza e insegurança.

Nestes momentos a população está aprendendo a lidar com a nova situação. Algumas localidades, como é o caso Itá, têm conhecimento sobre outros locais e outras obras construídas. Mas este conhecimento além de ser seletivo, não é compartilhado por toda a população envolvida.

b) Um segundo momento, quando a obra já deixou de ser algo novo, passa a ser incorporada no cotidiano das pessoas, incorporada nas práticas. Isto é, passa a fazer parte de uma memória coletiva e individual, através da qual a população pode dimensionar suas ações presentes. Este aspecto é mais característico de obras como a da Hidroelétrica de Itá que se encontra a mais de dez anos em construção.

As especificidades de cada localidade, a mobilização e a organização das pessoas, a maneira como participam ou ficam apáticas, aparecem, ou são ressaltadas, numa correlação de forças entre os vários segmentos interessados na construção da obra. Como resalta Ribeiro (1989), vão desde os segmentos locais (comerciantes, profissionais em geral, poder local),



passando pelos interesses de segmentos regionais e nacionais, até os interesses da empresa construtora, da empreiteira, dos organismos financiadores, formando uma complexa rede de relações e disputas de influências e poder.

Estes estilos próprios são o resultado de uma interação de diversas dimensões. Não há um fator único que explique esta ruptura ou continuidade na forma de enfrentar, reestruturar o cotidiano e de participar deste novo processo. Conforme Giddens não se pode explicar a mudança social através de um "mecanismo único e soberano" (1989;198), neste sentido as mudanças e/ou continuidades presentes neste processo não podem ser explicadas através de uma única dimensão.

Assim sendo o trabalho se norteia por algumas questões chaves, ou seja, como explicar este posicionamento, quando a sede urbana de Itá, favorável à construção, insere-se num contexto que desenvolveu um forte movimento contrário à construção da barragem? Qual a influência da Empresa nesta postura? Qual a importância da implantação, por parte da Empresa, de uma nova sede urbana? Como se relacionou com o Movimento de Atingidos por Barragens e com a Igreja? Que jogo de forças e interesses prevaleceram em Itá? Quais as percepções da nova cidade e a sua importância na definição da postura e das ações, sejam individuais ou coletivas?

Na busca destas respostas, além da pesquisa bibliográfica e em documentos, atas, jornais, estruturamos três etapas de campo.

A primeira em 1989, quando foram realizadas trinta entrevistas abertas com a população em geral. Escolhidas inicialmente por indicação dos entrevistados e, posteriormente, escolhidos de forma intencional, conforme a categoria profissional. Esta etapa de campo fez parte da monografia "A Barragem de Itá na visão de sua população urbana", que serviu para conclusão do bacharelado em Ciências Sociais. Este foi o primeiro contato com os moradores locais. Neste período as negociações e a construção da nova cidade estavam recomeçando, depois de um grande período paralisadas por questões econômicas.

A segunda etapa de campo realizada em 1992, foi um período de retorno, e contato com a população local. Neste sentido foram realizadas somente dez entrevistas abertas e conversas informais com lideranças locais.

A terceira etapa de campo foi em janeiro de 1993, com o objetivo de buscar informações mais precisas sobre a percepção que os moradores - que já haviam se mudado - tinham da nova cidade e da nova casa. Foram realizadas vinte entrevistas semi-abertas, escolhidas de forma aleatória entre os moradores, buscando distribuir as entrevistas de acordo com a localização na nova cidade<sup>1</sup>.

Os moradores de Itá sempre se mostraram muito receptivos às entrevistas que consideravam como um momento propício para falar de suas expectativas, problemas e angústias. Esta receptividade ocorria, após deixarmos claro nossa identidade, desvinculada da Eletrosul, aspecto que reafirmávamos constantemente. Muitos moradores demonstraram interesses pelo resultado de nossas pesquisas e com todo direito solicitavam o retorno destas à localidade.

Na análise dos dados nos preocupamos com questões mais qualitativas, do que quantitativas, tendo em vista a própria preocupação central da dissertação, compreender a postura favorável da população urbana de Itá em relação à hidroelétrica de Itá.

A análise que se segue, compõem-se numa busca às respostas das questões, anteriormente descritas e sua apresentação em forma de capítulos visa facilitar não somente a própria exposição como também a análise.

Assim, inicialmente buscamos apresentar o pano de fundo de nosso estudo. O que é a UHE-Itá, inserindo-a dentro de um projeto político maior de construção de hidroelétricas. Apresentamos dados gerais sobre a hidroelétrica e sobre a sua área de abrangência. Num segundo momento fazemos uma contextualização de Itá, sede do município, sua economia e sua história.

A partir deste contexto podemos começar a compreender a percepção da barragem, que é o tema do terceiro capítulo. Temas como a percepção da barragem, a forma como foi construída; as primeiras ações e lutas frente ao fato novo (hidroelétrica); as expectativas criadas pela população em relação à barragem e as questões ideológicas, são os aspectos centrais.

O planejamento, os critérios de relocação e a percepção da nova cidade e da nova casa, são trabalhados nos dois capítulos seguintes, nos quais procuramos observar os critérios de relocação (4º capítulo) e a percepção que os moradores desenvolveram em relação ao novo

---

1 - Na nova cidade há três áreas residenciais bem definidas, o centro comercial e administrativo, com algumas moradias próximas.

espaço (5º capítulo). O que esta cidade representou no imaginário e no cotidiano da população de Itá e como aconteceu a sua participação nas negociações e no planejamento. Neste contexto observamos os conflitos e dilemas da mudança para um novo local e o ter que deixar seu antigo espaço social. Por fim, como os moradores que já se mudaram estão redimensionando a nova cidade, seus espaços e usos.

No capítulo "As mudanças no cotidiano" (6º capítulo) procuramos mostrar como a população de Itá vem vivenciando as mudanças no seu dia a dia. São mais de dez anos, de expectativas, lutas e modificações em suas vidas, tanto na dimensão econômica, quanto na social, cultural e política. Estes aspectos levam a um novo redimensionamento do espaço na velha Itá. O que isto significa para os seus moradores?

Para explicarmos a postura dos moradores de Itá, além das percepções e expectativas criadas com a construção da barragem e da nova cidade, devemos buscar nas interações políticas com seus representantes (o executivo local e a comissão de relocação) e com seus interlocutores (a empresa, a igreja e o Movimento de Atingidos por Barragens) subsídios para a análise. Este é o tema do sétimo capítulo, procurando resgatar a forma como se estabeleceram estas relações.

O acesso à informação, a possibilidade de participação são aspectos importantes, não somente para construir uma determinada percepção da barragem e seus efeitos mas também para delimitar as ações individuais e coletivas dos moradores de Itá. Neste sentido procuramos no oitavo capítulo, observar a forma como as informações chegaram aos moradores e como estes dimensionaram sua participação e suas ações. Discutindo, neste contexto, a formação de uma postura favorável da população e a possível formação de identidade de beneficiário.

Busca-se, enfim, neste trabalho, compreender a formação deste posicionamento de defesa da obra, através da articulação das várias dimensões, presentes no cotidiano da população de Itá. E, também, um registro da história, das lutas, dos conflitos e dos dilemas de uma pequena localidade frente a uma hidroelétrica e à necessidade de sua relocação.

## **2 - UMA BREVE HISTÓRIA DA UHE-ITÁ E DE ITÁ**

### **2.1 - A Usina Hidroelétrica de Itá**

O Brasil possui um considerável potencial de energia hídrica. Sua exploração através de grandes centrais elétricas, objetiva a criação de uma infra-estrutura adequada, que possibilite a implementação e reprodução do capital industrial, em consonância com o capital internacional (Scherer-Warren, 1988; Limonicic, 1985; Andrade, 1982). Atualmente a construção de usinas hidroelétricas encontra-se em ritmo lento, provocado, entre outras coisas, pela crise econômica.

A UHE - Itá foi decidida na década de 70, fazendo parte de uma política nacional de formação de infra-estrutura para o desenvolvimento nacional. Dentro desta política, o Estado brasileiro projetou para a bacia do Rio Uruguai a construção de 25 hidroelétricas, sendo 3 binacionais. Este projeto faz parte do Plano Nacional de Energia Elétrica - 1987/2010 da Eletrobrás (1987)<sup>2</sup>. A UHE-Itá é a primeira a ser construída.

Sua decisão de construção foi tomada sem a participação da população diretamente envolvida. Esta só ficou sabendo da construção em fins de 1979, havendo, em grande parte dos afetados diretamente (principalmente agricultores), uma postura contrária, contudo, como já dissemos na sede urbana do município de Itá, desenvolveu-se um posicionamento favorável.

Em primeiro lugar devemos contextualizar este momento em que é planejado a UHE-

---

2 - Em novembro de 1992 a Eletrobrás lançou o plano 2015, no qual consta um número maior de hidroelétricas para a bacia do Rio Uruguai.

Itá. A nível nacional vive-se um período de frágil tentativa de liberalização do regime autoritário, que já se esboçava a partir de 1974 no Governo Geisel, período de transição do regime.

Em termos de política de desenvolvimento tanto Geisel quanto Figueiredo continuam insistindo numa política de desenvolvimento baseados nos projetos de grande escala, (hidroelétricas, estradas etc), confiando numa política de captação de recursos externos, a exemplo dos anos do "milagre brasileiro" - 1968 a 1974 - (Martins, 1988). Esta época, a nível internacional, já não apresentava as mesmas facilidades de obtenção de crédito. Temos nesta década as crises do petróleo e altas de taxas de juros internacionais.

Em 1979, época que foi assumido publicamente a construção da UHE Itá, viveu-se o segundo choque do petróleo e altas taxas de juros, constituindo-se num momento desfavorável a empréstimos internacionais. De 1981 a 1984, o Brasil viveu um período de grande recessão (Lamounier, 1987) e não se tinha ainda o capital necessário para a construção da barragem. Este fato levou a uma série de articulação e mobilização da Prefeitura local e Eletrosul, junto ao governo federal visando alocar recursos para o andamento da obra. Mais recentemente esta busca de recursos passou a ser feita diretamente com órgãos financiadores internacionais.

No processo de planejamento de uma hidroelétrica, interagem vários interesses políticos e econômicos. Em muitos casos sua construção obedece muito mais a critérios políticos (de alocação de recursos e pressão de grupos de interesse) do que critérios de viabilidade propriamente econômica (Ribeiro, 1985; Santos e Nacke 1988).

Muitos grupos de interesse exercem pressão para a construção de hidroelétricas. Grupos como, por exemplo, as empresas construtoras, a empresa Estatal responsável pela obra, empresas de consultoria (Ribeiro 1989, 1991; Scherer-Warren 1988). Na maioria das vezes a população diretamente afetada é a última a saber destes projetos.

A usina hidroelétrica de Itá situa-se no rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) (ver figura 1). O objetivo principal desta hidroelétrica é a produção de energia. O reservatório possuirá uma cota de 370 metros, com um volume total de 5.100 milhões de metros cúbicos, abrangendo 141 Km<sup>2</sup> de área total, com uma potência instalada de 1620 MW (Mega watts) (CNEC, 1990).

Nove municípios serão atingidos pelo reservatório. São eles: Itá, Concórdia, Peritiba, Ipira e Piratuba no Estado de Santa Catarina e Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Mariano Moro e Aratiba no Estado do Rio Grande do Sul, todos eles situados na região do Alto Uruguai.

Pela configuração espacial desta região a UHE-Itá atingirá, na sua grande maioria, áreas rurais com predomínio de minifúndios, com um alto grau de ocupação territorial e alguns núcleos urbanos que servem de apoio às atividades do meio rural.

Nesta região delineou-se claramente dois posicionamentos em relação à construção desta hidroelétrica, cuja decisão para sua construção, vale a pena reforçar, foi tomada sem a participação da população a ser afetada:

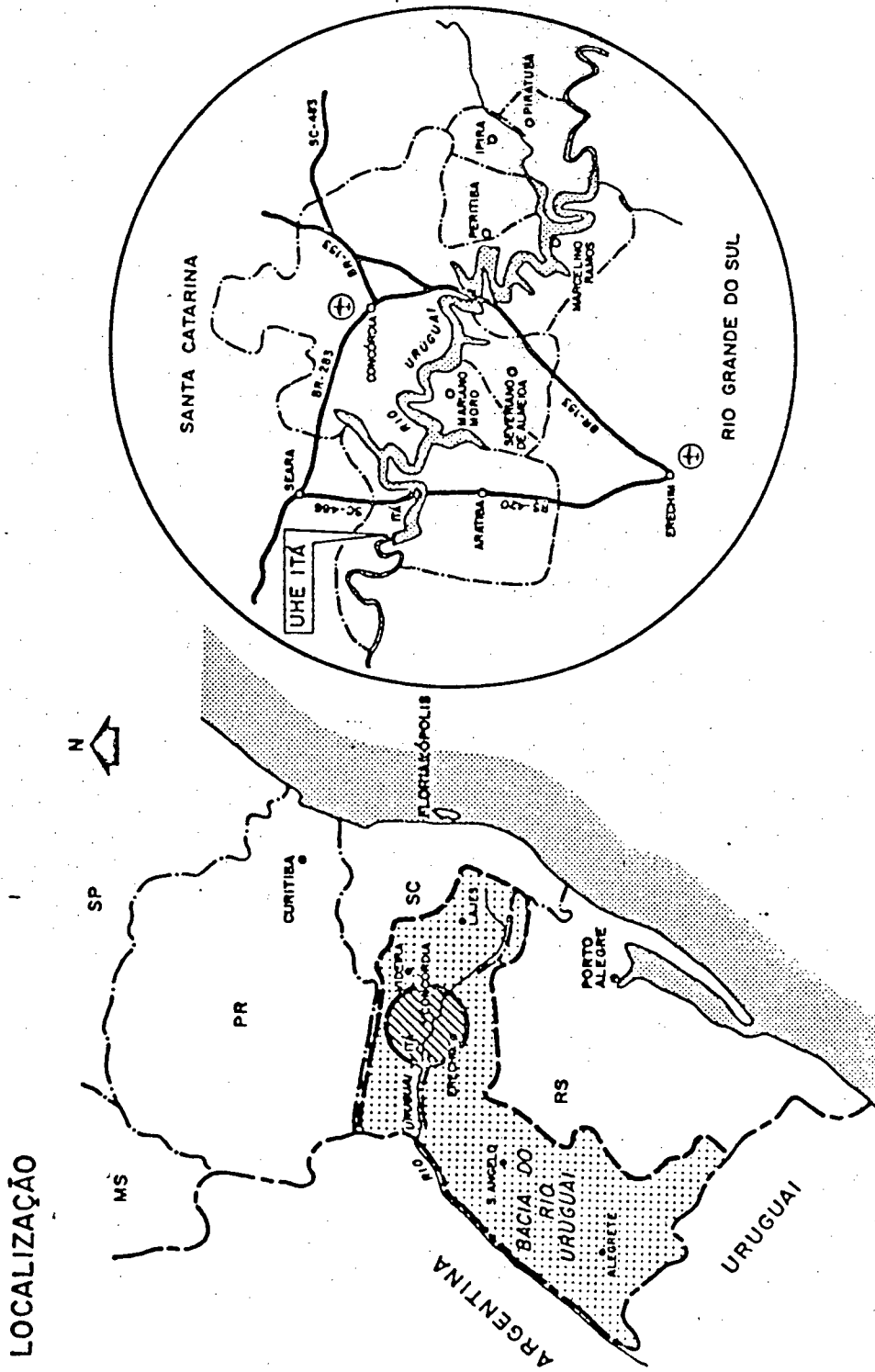
- a) Posicionamento contrário à construção da mesma. Este movimento conseguiu ampla repercussão e mobilizou grande parte da população diretamente atingida. O movimento contou com o apoio de setores da Igreja progressista e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
- b) Posicionamento favorável à construção da hidroelétrica, o qual em termos de população afetada, ficou basicamente restrita aos moradores da sede do município de Itá. Sede esta que será completamente submersa pelo reservatório da barragem. É neste contexto de postura favorável à construção da barragem que se focaliza a pesquisa.

Dentre os nove municípios atingidos, somente a sede do município de Itá será completamente alagada, estando em processo de relocação para uma nova cidade, distante 5 Km da atual. O município de Itá terá 12,40 Km<sup>2</sup> de área alagada, representando 6,11% do total do território (CNEC/Eletrosul. 1981).

## **2.2 - O município de Itá**

O município de Itá localiza-se no Oeste de Santa Catarina, integrando a Micro Região do Alto Uruguai Catarinense (IBGE). Situa-se quase que integralmente às margens do Rio Uruguai, com uma formação alongada (ver figura 2).

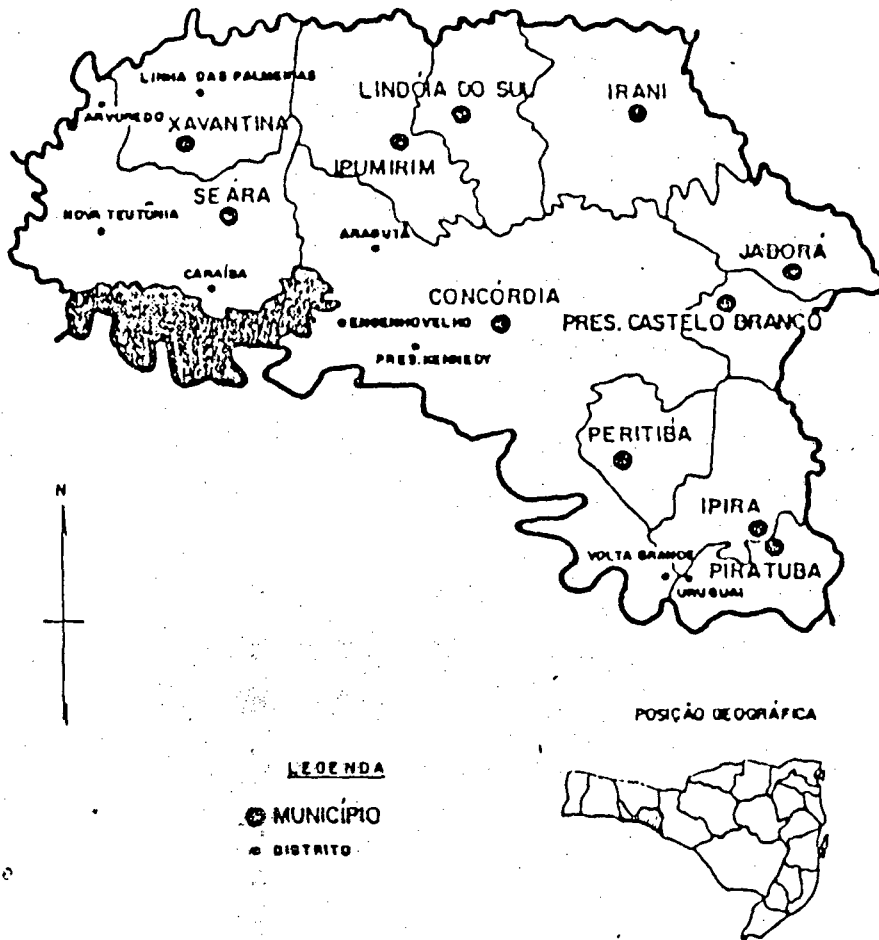
Figura - 1



Fonte: CNEC, 1990.

Figura - 2

### MICRORREGIÃO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE



JULIAN/SC/SUEGE



A economia do município de Itá, sempre foi baseada na agropecuária como principal fonte de renda. As bases desta produção estão assentadas, principalmente, na pequena propriedade, com produção principal de milho, feijão e soja. Na pecuária a produção concentra-se na suinocultura e avicultura, incentivados pelas agroindústrias da região e baseadas no sistema de parceria com a empresa.

Com a construção da hidroelétrica de Itá, o município terá 6,11% de terra alagada, incluindo a sede em sua totalidade. Esta barragem está em processo de construção desde 1979. Desde esta data a população tem conhecimento da mesma e vivência as transformações no seu cotidiano através das mudanças que vêm ocorrendo, não somente com a construção e relocação para a nova sede, mas também as mudanças provenientes do afluxo de pessoas atraídas pela construção da barragem.

A sede do município, cujo nome é o mesmo, Itá, estruturou-se como ponto de apoio às atividades agropecuárias. Concentrando ali os serviços de administração pública, saúde, comércio, bancos, equipamentos comunitários como igreja, escola e de lazer. Neste contexto o "perímetro urbano é um espaço habitacional quase rural, dotado de algumas atividades básicas de comércio e serviços que garantem o mínimo de animação urbana" (CNEC/Eletrosul, 1980). A área industrial de Itá é pequena e pouco diversificada, sendo a principal atividade o beneficiamento de madeira.

A população de Itá segundo o último censo está assim distribuída:

#### Quadro 1

##### Dados sobre a população total do município:

Itá	Urbano	Rural	Total
Sede - Itá	1.667	4.909	6576
Paial (distrito)	250	1.586	1836
Total	1.917	6.495	8.412

Fonte: IBGE: Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991. SC nº 21. Rio de Janeiro, V.6

Na sede, velha Itá, este quadro apresentou variações de sua população urbana, conforme os picos de trabalho na construção da nova cidade. E futuramente, vai apresentar variações relacionadas aos trabalhos na construção da Usina Hidroelétrica Itá.

Segundo estimativa da Eletrosul, no pico da obra a região deverá ter um acréscimo populacional de 15 à 20 mil pessoas, entre operários, funcionários da Eletrosul, os familiares e

outros não diretamente vinculados à construção de barragem. Sendo Itá e Aratiba os principais locais de atração, seguido de Concórdia como pólo sub-regional.

Em um estudo de casos similares Tude Souza (1988) demonstra que este aumento da população, provoca entre outras coisas, um aumento desordenado do setor urbano; Ocorrendo pressão na demanda de infra-estrutura básica, na oferta dos serviços educacionais, de saúde, nos bens de consumo coletivo, contribuindo desta forma para um redimensionamento da demanda urbana, problemas de distribuição de gêneros alimentícios e alta generalizada dos preços praticados no comércio local. Por outro lado, este aumento populacional, contribui para o aumento do fluxo de capital circulando na cidade e incremento da oferta de emprego.

Este aumento populacional provoca um reordenamento das atividades no cotidiano da sede do município. A percepção e o relacionamento com este "outro" ocorre tanto nas modificações a nível econômico (desde o aumento na circulação de dinheiro, até alta generalizada dos gêneros alimentícios) como na percepção das mudanças a nível cultural e social, de dividir o "seu" espaço social com o "outro". Estes aspectos serão retomados no capítulo sobre mudanças no cotidiano.

### **2.3 - Um pequeno histórico de Itá.**

A região Oeste Catarinense constitui-se num centro de disputas e conflitos de terras. Disputas, por exemplo, que houvessem com as populações indígenas e caboclas; a guerra do Contestado; a ação das colonizadoras entre outras. Mais recentemente esta região vive um novo plano de redimensionamento do seu espaço, com o projeto de hidroelétricas surgindo nesta região, novas disputas, novos conflitos.

Ao buscarmos os registros da história de Itá, a lembrança comum dos seus habitantes, consta a partir do início da colonização, com a chegada dos primeiros imigrantes. A história de Itá é contada a partir deste momento, existindo poucas referências às populações que já habitavam esta região.

Itá, assim como toda a região do Alto Uruguai, teve diferentes momentos de ocupação do território. Até os anos 20, a região era escassamente povoada, segundo dados coletados

por Campos (1987) sobre a Ocupação do Oeste Catarinense. Os principais habitantes desta região até então foram os índios e a população cabocla.

Os índios da nação Kaingang foram os primeiros a percorrer e ocupar esta região (D'Angelis, 1984). No município de Itá, na "Barra de Uvá" localizou-se uma aldeia indígena. Com o movimento de ocupação e colonização destas terras, os índios foram aos poucos sendo expulsos e/ou exterminados.

Não se pode precisar com certeza as origens dos caboclos que habitaram esta região, impulsionados pelo movimento de ocupação do Oeste Catarinense. A região do Alto Uruguai Catarinense, servia como passagem para as terras do Rio Grande do Sul. Primeiro os jesuítas, depois os bandeirantes, na rota dos índios e de minérios, entre outras coisas, e mais tarde, descendentes paulistas interessados na criação de gado (CNEC, 1990). Muitos dos integrantes destes grupos provavelmente se fixaram na região<sup>3</sup>.

As populações caboclas que se estabeleceram na região, não tiveram acesso à propriedade da terra. Ocupavam terras de particulares ou terras consideradas devolutas pertencentes ao Estado. As principais atividades dos caboclos eram a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropismo.

Quando os primeiros colonizadores chegaram à região de Itá, já havia um povoamento de caboclos que aos poucos foram sendo expulsos, pela companhia colonizadora e pelos próprios agricultores que se dirigiam à região com posse do título de propriedade da terra. Esta expulsão da qual não há muitos registros, é percebida como uma "retirada" das populações caboclas que, ao ver seu modo de vida ameaçado com a ocupação progressiva das terras onde plantavam, buscavam outros locais, ainda não colonizados.

Esta retirada ficou registrada em 1939, no livro Tombo de Itá, onde se encontram uma das poucas referências aos caboclos que ali habitavam:

*"Uma das particularidades quase sempre notadas o caboclo está fadado a preparar o caminho aos colonizadores, e depois retirar-se para mais longe, parece que ele não sabe submeter-se ao trabalho organizado e sistemático".*

---

3 - Alguns autores fazem referências, além destes aspectos, a fugas de estâncias gaúchas, fugitivos, soldados da guerra do Contestado, que se estabeleceram na região, bem como a construção de estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul. Quando após a conclusão da obra, muitos trabalhadores se fixaram na região (Campos, 1987).

O livro Memórias de Itá (Hall; Mattos, 1984) refere-se a existência desta população :

*"Quando aqui chegaram os primeiros moradores, já existiam por estas paragens bugres e um fanático intitulado monge José Maria e o Sr Fabricio das Neves. Estes dois mantinham, sob suas ordens numerosos caboclos. Consta que Fabricio eliminou o pretense monge e alastrando-se com seu bando até Rio Novo, atual Aratiba, no RS, mantinha sob seu domínio toda essa região. Em 1921, fixou residência em Itá e com ele seu estado maior"<sup>4</sup>.*

Estes dois momentos de expropriação de terra, expulsão de indígenas e depois dos caboclos, marcam o início da povoação organizada por colonizadoras em Itá. A política de colonização tende a ver esta região como um grande espaço vazio a ser ocupado, ocupado, preferencialmente, por imigrantes, a partir do qual os descendentes destes colonizadores, começam sua história.

A colonização de Itá, foi organizada pela Empresa colonizadora Luce Rosa & CIA. Ltda. com sede no Rio Grande do Sul. Esta empresa adquiriu as terras dos herdeiros da baronesa de Limeira. Estas terras foram registradas em 1893, por José Joaquim de Moraes que possuía "duas léguas por meia légua" e requereu muito mais, ficando com uma propriedade de 10,5 léguas quadrada. Como já dissemos, estas terras eram ocupadas por famílias caboclas e também por índios Kaingang. Mais tarde estas terras foram adquiridas pela família da Baronesa de Limeira (D'Angelis, 1984), cujos descendentes a venderam a Luce & Rosa CIA (vide figura 3).

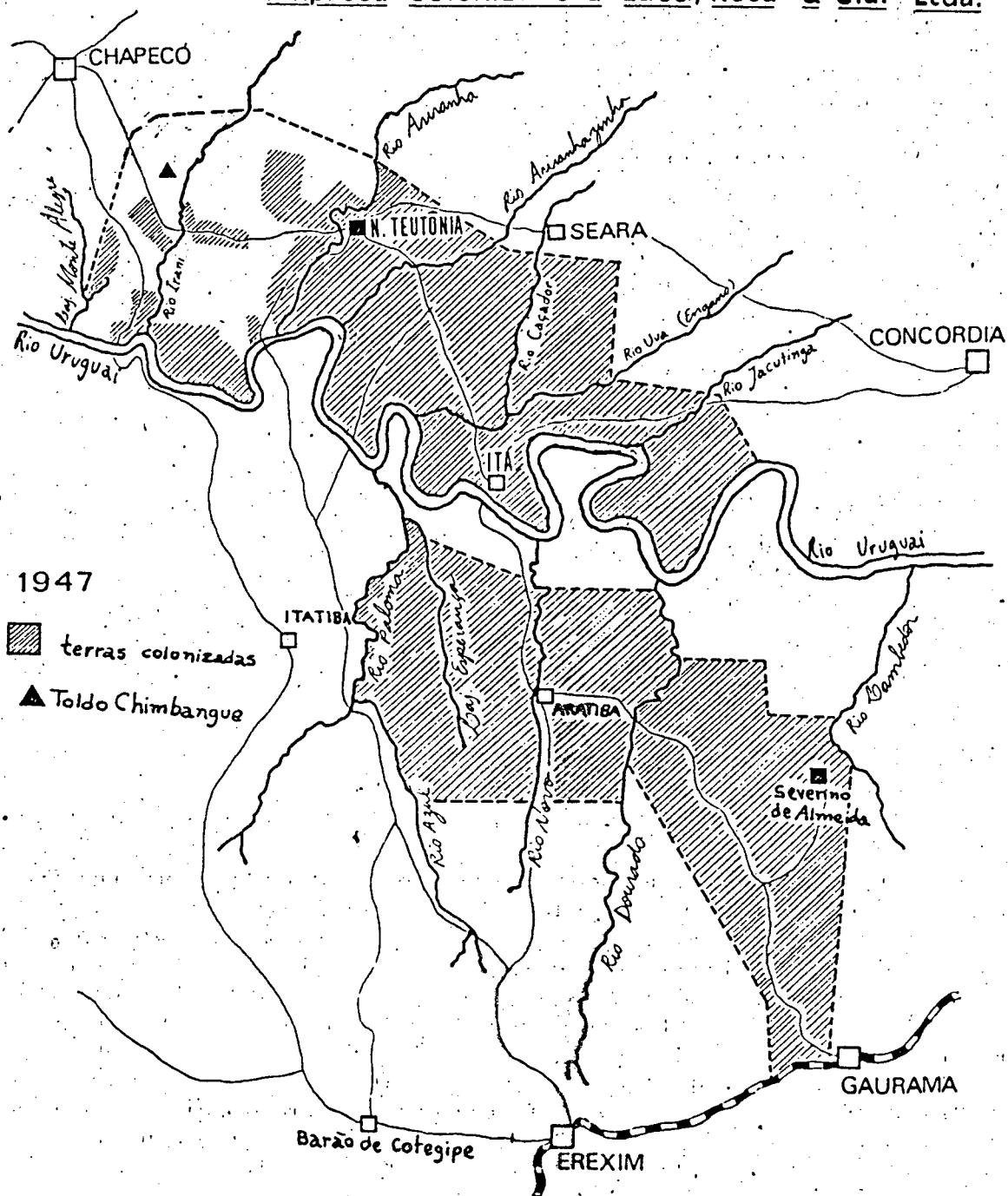
A companhia procurou planejar a ocupação do local, desenvolvendo o traçado das ruas e formação dos lotes da vila e da área rural (figura 4).

---

4 - Fabricio foi morto em 1923. Um dos seus trabalhos quando estava na região de Itá foi ajudar os agrimensores nas delimitações de terras.

Figura - 3

Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda.





Para estas terras se dirigiram colonos alemães e italianos, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, das chamadas colônias velhas, que com eles trouxeram seu sistema de vida e formas de trabalho. Data de 1919 a chegada das primeiras famílias de agricultores.

Em 1920, começa a se formar o núcleo populacional do que é hoje a sede de Itá. O nome Itá é uma referência a grande quantidade de pedras existentes na região. Itá significa pedra, objeto duro em Tupy. Este nome foi dado pelo caboclo Luiz de Campos que chegou em Itá neste mesmo ano.

Dos primeiros anos de colonização ficaram registrados os caminhos e obstáculos a transpor até chegar em Itá:

*"A viagem demorou quinze dias (...) Chegamos à margem esquerda do Rio Uruguai no dia 20 de julho de 1920, e primeiramente foi a família usando uma canoa. Em seguida os animais "cabresteados" nadando atrás da canoa, também atravessaram o rio (...) Assim nos instalamos na Vila do Itá (Paludo s.d.r).*

Mesmo 20 anos depois as dificuldades persistiam como lembra uma moradora:

*"Estou a 49 anos morando em Itá, vim do RS, levei cinco dias para chegar a Itá."*

A história da colonização de Itá é marcada também pela existência de conflitos e reflexos de luta política a nível regional. Na Revolução de 1923/24, por exemplo, há registros de invasão da vila de Itá, com o comércio quase destruído e alta generalizada dos preços dos produtos alimentícios. Em 1930, Itá foi um dos pontos estratégicos da entrada das forças revolucionárias, em Santa Catarina (Livro Tombo). Esses momentos ficaram registrados pelas dificuldades que geraram para o crescimento de Itá e pelas constantes ameaças de saques que viviam os moradores.

Em 1925, Itá tornou-se distrito do município de Limeira (hoje Joaçaba). Em 1953 Itá passou a fazer parte do município de Seara e em 1956, foi elevado a município. Este período da história de Itá, foi marcado por conflitos políticos com Seara.

A intenção de formar um município próprio, fazia parte das aspirações políticas das autoridades de Itá, desde 1953, quando pleitearam o desmembramento do município de Limeira. Neste desmembramento a localidade de Seara iria pertencer ao novo município. Os

mentores deste desmembramento pleiteavam também a localização da nova sede em Itá. Tal situação não agradou à população de Seara. Em parte pela localização da sede em Itá. Itá e Seará eram redutos políticos diferentes, Seara integrando o antigo PSD e Itá a UDN (situação no Estado naquela época). Seara se mobilizou e conseguiu fazer uma eleição para decisão sobre a localização da sede do novo município, da qual saiu vencedora (Paludo, s.d.r.), contribuindo para competição e disputas presentes até hoje.

A construção histórica da cidade, a formação da comunidade, os aspectos de construção do espaço físico e social da vila de Itá fazem parte da memória dos itaenses. Sendo lembrada constantemente, mantém-se viva essa memória que é importante, na constituição da noção de comunidade.

Nestas reconstruções históricas, destacam-se as lembranças de parceria e de solidariedade. Lembranças onde o conflito é deixado de lado, formando uma identidade comum. Buscando os aspectos que os une, e a diferencia de outros grupos.

Os mais idosos comentam sobre a vida "naquela época", ressaltando o espírito de parceria comunitária, como por exemplo, na construção da Igreja<sup>5</sup>. Conforme relatado pelos moradores, a primeira igreja foi construída de madeira no sistema de mutirão (em 1921), mas foi assolada por um vendaval e ficou inclinada. A atual igreja também foi construída pelos moradores, erguida ao redor da antiga.

Esses aspectos de união, de "viver como uma família" (desconsiderando os conflitos internos), de conhecer e ser conhecido pelos integrantes da localidade, configuram a existência de uma pequena localidade onde os laços de vizinhança e parentesco são muito fortes. Estes aspectos servem como uma das referências (dimensões) através dos quais os moradores vivenciam as rupturas no seu cotidiano e, são constantemente lembrados na percepção das mudanças que estão ocorrendo no seu cotidiano, com a construção da hidroelétrica e a vinda de um grande contingente de operários e outras famílias atraídas pela construção da mesma e da nova cidade.

---

5 - Observe-se que o papel da Igreja nas colônias de descendentes italianos e alemães é muito forte, com as idéias de comunidade e parceria nos trabalhos comunitários, principalmente. Este papel central a igreja vem perdendo nos últimos anos em Itá (sede).



### **3 - A PERCEPÇÃO DA BARRAGEM**

*Notícia, percepções e primeiras ações*

#### **3.1 - A notícia sobre o processo de implantação da barragem**

As notícias sobre o projeto de construção de 22 hidroelétricas, na bacia do Rio Uruguai que banha os Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram divulgadas publicamente em fins da década de 70. Esta divulgação ocorreu após já se ter uma série de estudos realizados. A divulgação do projeto foi acompanhada de uma perspectiva de inevitabilidade do mesmo.

Desde 1966, o potencial hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai vem sendo estudado. De 1966 a 1968, o Comitê de Estudos energéticos - ENERSUL - realizou estudos, de reconhecimento e caracterização dos recursos hídricos da área, planejando a sua utilização através de hidroelétricas. (CNEC, 1990). Em fins da década de 70, a Eletrosul retomou estes estudos de viabilidade e encaminhou o projeto de construção de 22 hidroelétricas na Bacia do Rio Uruguai, no território nacional, e mais 3 a nível Binacional. A partir de 1977, uma série de informações começaram a ser de domínio público, mas sem uma confirmação oficial. Em 1979, a Empresa publicou os resultados dos estudos e propôs a construção das hidroelétricas. Nestes estudos projetou-se a construção inicial de Machadinho e Itá. Posteriormente, a UHE-Itá passou a ser a primeira na ordem de construção.

A forma de divulgar as informações sobre o projeto, fez parte de uma estratégia da empresa para, na medida do possível, evitar reações negativas. Num período muito delicado da história política brasileira, em que o próprio regime militar estava perdendo sua hegemonia, num período de "abertura política" e as reações e críticas ao regime começavam a se esboçar.

A primeira reação da população foi de choque e insegurança. Pois as informações divulgadas eram imprecisas. Como demonstraram os estudos de Scherer-Warren e Reis (1988), na área rural de abrangência da hidroelétrica de Itá, iniciou-se um processo de resistência à realização da mesma. Foi se formando o Movimento dos Atingidos pela Barragem. O movimento conseguiu uma grande mobilização dos agricultores atingidos, 1979 formou-se a Comissão Regional de Atingidos por Barragem (CRAB).

Em Itá que é a única sede municipal totalmente atingida, foi se formando um posicionamento diferente, caracterizando-se por sua postura favorável às barragens.

Somente em 1979, a construção da barragem tornou-se de conhecimento dos moradores da sede de Itá. As primeiras notícias divulgadas em Itá, comentavam sobre a construção da barragem, com a ressalva de que esta não atingiria a sede do município. Este aspecto representou para os moradores uma tranquilidade e segurança quanto ao futuro, bem como, visualizavam-se perspectivas de desenvolvimento para a pequena cidade que almejava, desde o seu início um desenvolvimento maior, a exemplo de cidades vizinhas como Seara, cuja colonização data da mesma época que Itá.

A memória sobre estes primeiros momentos é ainda muito presente para os que vivenciaram e criaram expectativas. A notícia da construção da barragem, no início de 1979, e a perspectiva de não alagar a sede é de conhecimento de apenas alguns segmentos como comerciantes, setor administrativo, profissionais liberais e algumas pessoas do setor educacional. O acesso a esta informação relacionava-se à proximidade que estes segmentos possuíam com o setor administrativo do município, formando um núcleo cujo acesso à informação era mais amplo.

Entretanto os trabalhos da Eletrosul não passaram despercebidos para a maioria da população. Via-se a movimentação dos técnicos, seus equipamentos, alguns dos quais, como os helicópteros, representavam novidades para a população local. Obviamente, não se sabia sobre os objetivos concretos da empresa, como demonstram alguns depoimentos:

*"Quando tinha helicóptero que sobrevoava a cidade pensei 'vai ver que é da marinha' depois fomos sabendo que ia ter a barragem, no começo não dei bola, porque achava que não ia sair" (Comerciante 89).*

*"No começo não disseram que ia inundar só depois que falaram" (comerciante).*

*"Os primeiros levantamentos foram feitos há mais ou menos 30 anos atrás, ficavam com avião por cima do rio. A população não sabia, perguntava para as autoridades, (elas) diziam que era para fazer o levantamento. Poucas lideranças sabiam" (profissional da educação).*

O fato de não se ter conhecimento sobre o alagamento da sede, cria entre setores como o administrativo e comercial, por exemplo, a perspectiva de lucrar com a construção de uma barragem no município. Esperava-se pelo crescimento do mesmo, sendo tal perspectiva incentivada pela empresa construtora, conforme depoimento do prefeito da época ao comentar sobre a construção da barragem e o que esta representaria para o município. Transparece no seu discurso a perspectiva de "progresso", aspecto importante e que será uma das principais estratégias da empresa para justificar a obra. Nas palavras do ex-prefeito:

*"Até um certo tempo foi euforia, antes de definir a barragem, abrimos até rua, pensava que ia crescer, concentrava todo as forças da prefeitura na cidade. A população estava satisfeita".*

Esta opinião é compartilhada pelos comerciantes pois:

*"De início não comunicaram que ia inundar, foi euforia, traria movimento, progresso".*

Em fins de 1979, a Eletrosul tornou público o alagamento da sede do município. Esta notícia foi repassada primeiro para um pequeno grupo de pessoas, lideradas pelo prefeito, que se dirigiram à Eletrosul para obter mais informações e também ajuda para o município, objetivando a adaptação da estrutura municipal para atender às demandas de construção da hidroelétrica.

A Eletrosul comunicou que pelos seus estudos de viabilidade, dos cinco locais possíveis para a construção da hidroelétrica todos atingiriam a sede do município. Como podemos observar a estratégia utilizada pela empresa era, em um primeiro momento, não liberar todas as informações e dados sobre a área e sobre o projeto. Em um segundo momento, liberou as informações e, simultaneamente, fez um trabalho de marketing, de venda de um produto, informando sobre o "progresso" que viria para a região e sua inevitabilidade.

Com relação a sede do município de Itá, tivemos uma terceira ação estratégica da

empresa, que comunicou aos poucos sobre o alagamento. Primeiro destacou as vantagens para o município que poderiam advir com a obra e que sua sede não seria alagada. Neste momento se dirigiu principalmente para determinados grupos de maior influência no município. Somente depois, a empresa comunicou que esta também seria alagada. Desta forma Itá viveu um primeiro momento de euforia, pois estes grupos criaram expectativas de progresso, apostando que o preço não seria alto. Manter-se-ia o espaço comunitário existente, sem as possíveis perturbações sociais de uma relocação. Por outro lado, esta estratégia foi aos poucos minando uma possível resistência, ao mesmo tempo em que formou uma base política de apoio ao projeto de construção no local.

O tempo transcorrido entre a notícia da construção da barragem e a definição do alagamento da sede não foi muito longo, somente alguns meses. Inclusive muitos moradores do local receberam as duas notícias juntas. E muitos tiveram dificuldade em entender a dimensão da obra:

*"Havia alguns boatos que ia inundar, nós pensava que se tratava de uma barragem que não ia prejudicar a cidade, era impossível atingir a cidade" (morador de Itá 68 anos).*

*"(Quando soube que seria inundado) pensei em me arrancar daqui, pensei que seria o fim do mundo, virar tudo em água. Mesmo depois de explicar eu não entendia, achava que não dava ponto (altura suficiente para fazer a barragem)" (Funcionária pública).*

Ao saber com certeza do alagamento da sede, a população em geral começou a viver momentos de angústias e de incertezas. O progresso tão almejado passou a representar um custo muito mais alto do que o esperado. As perspectivas para o futuro do local, neste momento, passam a ser varridas pelas águas. Desespero, desânimo, decepção, medo, estas palavras passam a fazer parte deste momento, como demonstram os depoimentos:

*"Primeiro eu pensava que seria uma grande coisa (a barragem). Depois veio aquela decepção quando soube que ia alagar. (pensávamos) quem vai mexer comigo vai ser a água" (comerciante).*

*"Inicialmente quando soube deu um baque geral (...) Desespero geral, ninguém mais se olhava ... Desespero porque a gente imaginava como ia ficar toda cidade, ia acabar com o município, ia dividir. (aposentado).*

A perspectiva de ter o seu espaço socialmente construído coberto pelas águas, de ter que se mudar e a necessidade de reestruturar o presente e se readaptar a esta nova perspectiva de futuro, a partir de um fato repentino, o qual rompe com as certezas estabelecidas ao longo do tempo/espaço, produz uma situação de insegurança, medo, stress emocional e físico, pois como relata um morador de Itá:

*"Todo mundo amava tanto esta terra pequena, ninguém queria se desfazer".*

Ter o seu espaço construído socialmente coberto pelas águas, gera um sentimento de perda, que não se restringe somente a bens materiais, mas principalmente a aspectos sociais e simbólicos. O valor da casa, das ruas onde se encontram, da praça, do bar, da igreja, do espaço onde cresceu, criou os filhos, estabeleceu relações de vizinhança, amizades e inimizades. Valores que são de difícil, se não impossível reposição. A ligação que se tem com o espaço físico e social é algo mais complexo que uma simples relação de valor mercantil. É toda uma perspectiva de história e de identidade que se encontra no limiar de uma perda:

*"Porque a gente sentia, tava num lugar bom, tava com a cidade tudo pronto, num lugar calmo, a gente tinha amor ao torrão da gente, tinha amor à cidade, sentimento de amor à terra natal" (líder local).*

A falta de informação mais precisa sobre a hidroelétrica e sobre o futuro (propostas alternativas), sendo que esta mesma obra foi sendo percebida como inevitável, contribuiu para este sentimento de desespero, esta incerteza quanto ao futuro.

Por outro lado a própria percepção do Estado e o conhecimento de sua atuação frente a situações semelhantes, através de notícias posteriores e as expectativas quanto a esta atuação, não eram muito animadoras e contribuíam para este clima de angústia, incerteza e insegurança:

*"No início todo mundo ficou com medo porque o governo é caloteiro. Não havia esclarecimento, os recursos não tinham saído. O lado afetivo pelo seu espaço, e de repente perder sem saber se tinha futuro." (comerciante).*

*"O que se sabia da construção da barragem em governos anteriores, período do governo militar era de que as empreiteiras do governo chegavam para construir a barragem e se a comunidade ou o agricultor ou o proprietário da casa não aceitasse a proposta do valor, eles iam tocando a obra e quando a obra estivesse pronta você tinha que aceitar o valor (que eles davam) ou a água vinha e acabava perdendo sua casa" (conforme Liderança).*

O sentimento de perda do espaço ocupado ainda se mantém vivo na memória dos moradores de Itá, que se lembram da reação ao saberem que teriam que se mudar, mesmo que fosse para uma casa melhor. Com o passar dos anos, com a demora na construção da nova cidade (Nova Itá) e com as mudanças que foram ocorrendo na "velha Itá", a mudança passou a fazer parte do cotidiano e em alguns casos até esperada com ansiedade. Por outro lado, a própria decisão sobre o deslocamento da cidade contribuiu para amenizar a insegurança e novamente criar expectativas de progresso.

### **3.2 - Da inevitabilidade da obra à busca do progresso: As percepções criadas.**

No processo de construção de uma hidroelétrica, como já mencionado anteriormente, estão em jogo vários interesses políticos e econômicos. Muitos grupos de interesse exercem pressão para a construção da mesma, grupos como as empresas construtoras, a empresa estatal, empresas de consultoria, grupos regionais e locais que esperam de alguma forma obter lucros com a construção desta. (ver Ribeiro, 1985, Scherer-Warren 1988).

Como estas obras não são decididas pela população a ser removida, há necessidade de toda uma estratégia de legitimação da hidroelétrica, principalmente em momentos quando o poder do Estado está sendo questionado.

As barragens e outras obras de grande porte, são apresentadas de forma geral como detentoras do progresso para a região e o país (Ribeiro, 1985). O Relatório de Impacto Ambiental faz referências a poucas perspectivas de crescimento da sede municipal de Itá:

*"Quanto às perspectivas de desenvolvimento das sedes municipais envolvidas, a área afetada pela UHE Itá encontra-se bastante consolidada e, à exceção de Concórdia, esses núcleos não apresentam atrativos que favoreçam a implantação de indústrias ou outro fato de expansão urbana acelerada". (CNEC, 1990; 38).*

Podemos concluir que neste caso a UHE-Itá aparece assim como a solução e agente propulsor do desenvolvimento e progresso local.

Procura-se apresentar a obra como um bem público de interesse geral e, de certa forma, minimizar o "custo social" presente em obras deste porte (Bartolomé 1985). Procura-se legitimá-la por um discurso sobre a sua utilidade pública, tentando com isso receber apoio para a obra, como transparece neste relato de um líder local:

*"Chegou um ponto que (a barragem) é irreversível, até um certo ponto brigamos, até o momento que a barragem se torna de utilidade pública<sup>6</sup>".*

Neste contexto procura-se incutir na população afetada, uma perspectiva de necessidade e inevitabilidade da hidroelétrica. Observa-se que este discurso de irreversibilidade propagado pela empresa, é uma estratégia de legitimação da obra, a qual em 1981 ainda não tinha autorização do Governo Federal para ser construída (Ata nº 12 de 7/07/81). Somente em 03/01/1983 é que a empresa recebeu a concessão federal para construí-la (CNEC, 1990). E atualmente, ainda estão buscando recursos, internacionais principalmente, através de vários acordos, para continuação da barragem.

A legitimação da Usina Hidroelétrica de Itá passou pelo discurso de sua inevitabilidade, conjugado às promessas de "benefícios", entre eles o de uma nova cidade (que será trabalhado no capítulo seguinte), e de progresso para a região. Conseguindo assim aliados importantes nas lideranças locais e em alguns segmentos expressivos como comerciantes, profissionais liberais, entre outros.

O discurso da irreversibilidade ganha força aliado a idéia de um governo forte e onipotente, presente no imaginário da população. Como demonstram estes dois depoimentos:

*"Não tivemos alternativa, lutar contra a força do governo é impossível." (depoimento de uma moradora).*

*"(o pessoal dizia) não adianta se revoltar, porque se o governo quiser eles iam construir mesmo, não tinha quem impedisse" (depoimento de uma professora falando sobre as informações da época).*

---

6 - Novamente o discurso de "utilidade pública" situa-se acima dos próprios atingidos. Repete-se o que aconteceu em Itaparica, Sobradinho, entre outras, onde a população não pode decidir sobre a conveniência ou não da construção da barragem.

Considerando a barragem "irreversível", a população não encontra respaldo nas lideranças locais para se posicionar contra, bem como não se considera com o direito de decidir pela aceitação ou não da construção da barragem.

Nas primeiras reuniões feitas pela Empresa com a população local e seus representantes, além dos aspectos informacionais sobre a obra, procurou-se demonstrar, aliada a sua inevitabilidade, a possibilidade de progresso e de ganho certo com a construção da barragem. O primeiro passo foi convencer algumas lideranças que "seria um baita negócio para a população" (cf. liderança local).

O discurso de progresso e os custos a serem pagos, é um dos aspectos interessantes neste processo de legitimação da obra. A hidroelétrica é apresentada como imprescindível para o desenvolvimento do país. A crise de energia e a possibilidade de racionamento desta, freqüentemente veiculados pelos meios de comunicação de massa, fazem parte do discurso.

Estes argumentos são incorporados e reinterpretados pelos moradores, que os utilizam com freqüência para justificar sua postura favorável à construção da barragem. Pois na visão destes moradores:

*"É preciso de energia pro povo fazer qualquer coisa ... Apesar de que pagando caro, essa energia é pro Brasil inteiro (comerciante)."*

*"A gente não pode dizer não, a gente pensou no lado econômico do Brasil, pensamos na crise de energia, vai precisar, (de energia), é um pouco da colaboração da gente para o Brasil" (relato de um jovem).*

*"Então eles (Eletrosul) fizeram ver que alguém tinha que se sacrificar em favor dos outros. Se faltasse energia não tinha meios de progredir o Brasil. Fizeram ver que o progresso viria para Itá e a região. A gente via que a obra traria progresso"*

Observamos com freqüência este tipo de depoimentos, onde o espírito de cooperação e de resignação da população local, ao ceder seu espaço para o *bem*, para o *progresso do País* é valorizado e ressaltado. A barragem ao ser apresentada e percebida como de interesse coletivo ressalta a perspectiva desta população local ser beneficiária.

Nestes discursos a menção ao Brasil é uma menção à nação e é utilizada pela empresa para apresentar a barragem como um bem público, como interesse geral. Remeter-se a idéia de nação, confere a interesses particulares a dimensão de interesses coletivos, gerais, colocando-



os assim acima das clivagens de classe e seus interesses (O'Donnell, 1988<sub>a</sub>).

O ideal de progresso, possui grande receptividade no universo simbólico do país. "Progredir", "crescer", "desenvolver" são idéias presentes e recorrentes no imaginário social. Imbuídas nestes ideais encontramos o discurso de "benefícios", que a barragem traz para a localidade. Como exemplos destes podemos citar o aumento da oferta de emprego, os quais historicamente não têm sido preenchidos por esta população, e o aumento do fluxo de capital. Constrói-se um discurso de beneficiária da obra, onde os custos não são salientados.

Desde as primeiras reuniões feita com a população é ressaltado a perspectiva de progresso, que a barragem traria para o município:

*"Nas reuniões, o pessoal começou a sentir o progresso que viria com essa obra, o dinheiro que entraria na região."*

Estes aspectos são também ressaltados pela imprensa regional. "Itá: Renasce a esperança de progresso", é o título de um jornal de tiragem regional sobre as comemorações de trinta anos de emancipação de Itá. Nele aparecem duas fotos: uma sobre a cidade velha e a outra sobre a cidade nova, legendadas, respectivamente, com os dizeres: "o velho município se vai ... para dar lugar ao progresso maior".

Esta expectativa é alimentada pela empresa, com as promessas que faz sobre o futuro de Itá. Além da promessa de se utilizar de mão-de-obra local, gerando uma expectativa de possibilidade de trabalho nos escalões médio da empresa, a promessa de construção de um novo local para se instalarem, todo planejado, alimentando-se o sonho de se construir uma "Cidade", que iria deixar suas características rurais, tendo como parâmetros, os municípios vizinhos de Concórdia e Seara.

Através do ideal de urbanizar-se, o ideal de progresso, de geração de empregos e de aumento na circulação de dinheiro, foi se construindo, coletivamente, uma percepção da barragem enquanto "redentora" (Ribeiro, 1985) do município. Como relata um líder político:

*"(Barragem) é para progredir, trouxe progresso para a região aqui".*

Esta percepção foi sendo criada aos poucos, nas reuniões gerais, nas conversas de fim

de tarde, nos bares, no comércio, nas rodas de chimarrão. Divulgadas principalmente em forma de opiniões do setor administrativo, comercial e profissionais liberais, que são pontos de conexão de toda a trama de relações de uma pequena cidade. Foi sendo criada também pelas promessas da Eletrosul. Promessas que eram feitas nas reuniões, nas festas e nas churrascadas pagas pela Empresa para os moradores de Itá. Através da festa, ambiente informal, foi se conquistando os moradores locais e criando coletivamente uma percepção positiva da barragem.

A percepção é algo aberto, mutável. Cada grupo desenvolve uma percepção, que está relacionada também com questões como a equidade na construção destas obras. Segundo Wolf (1983), há uma dissociação dos benefícios e custos das obras, ressaltado nos momentos de construção da mesma. Esta percepção está, também relacionada com a forma como participa e é informado da barragem e do processo de negociação, bem como tem a ver com as estratégias adotadas pela Empresa. Além destes aspectos inclui-se, toda a dimensão histórica e cultural da população, dos grupos afetados. A interação de todos estes aspectos resulta na formação de percepções, mutáveis ao longo do tempo.

Ao analisarmos, por exemplo, a dimensão econômica dos impactos sobre a população local, podemos observar, com base em estudos similares sobre outras barragens e seus efeitos sociais, que alguns segmentos sociais têm possibilidade de incrementar sua renda, atuando em atividades de prestação de serviços, produção e distribuição de bens. Por outro lado, outros grupos terão que enfrentar o incremento geral dos preços e demanda pela utilização dos serviços públicos. (Suarez, 1983).

Esta possibilidade de incrementar o rendimento pessoal e ainda ter a abertura de maiores frentes de trabalho profissional, leva comerciantes, médicos, advogados, contabilistas etc, a atuarem, enquanto pólos informacionais e formadores de opiniões, em favor da construção da usina. Aliado a estas perspectivas encontra-se, ainda, a possibilidade de obter uma casa nova de alvenaria.

Além da posição destes atores encontra-se a ação da Empresa que cria determinadas expectativas e ao mesmo tempo reformula suas ações dependendo das expectativas. A atuação da Empresa e dos referidos atores leva à formação de uma perspectiva de progresso para a

região.

Podemos perceber que a idéia de progresso é algo presente no universo simbólico dos moradores, não somente um discurso externo ao grupo, trazido pela Empresa. A promessa de um maior incremento de renda e emprego, encontra receptividade num local onde as ofertas de emprego e renda não são muitas. Estes vários aspectos interagem, o próprio grupo cria suas expectativas, ressaltando seus interesses e minimizando aspectos indesejados, criando uma percepção e desenvolvendo uma postura positiva em relação à construção da barragem.

Vale lembrar, portanto, que compreender a idéia de progresso presente nesta população, como uma imposição unilinear, ou seja, como simples interiorização de uma ideologia pré-construída pela Empresa, significa limitar/anular o espaço de interpretação e re- interpretação das populações envolvidas, bem como, desconsiderando a possibilidade da prática reflexiva dos indivíduos (Giddens, 1989).

A crença no progresso e o reforço do ideal de progresso feito pela Empresa encontra receptividade, cumplicidade entre determinados segmentos da localidade de Itá. Neste ideal há projeção e reflexão de um futuro desejado e de criação de um "novo" projeto, colocado como alternativa e principalmente como solução ao projeto de futuro interrompido.

A identificação com a idéia de progresso é construída inicialmente nos setores comerciais, profissionais liberais, administrativo e educacional, setores chaves, que re-elaboram, re-interpretam, constroem uma percepção da barragem e através das posições que ocupam na localidade (e são reconhecidos e imbuídos de legitimidade pela mesma). Divulgam sua percepção, com grande poder de influência nesta construção coletiva da percepção em relação à obra.

Este aspecto está ligado a própria legitimidade, atribuída a estes grupos pela localidade. Pois como salienta Bourdieu, "Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social (...) os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, que dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo" (Bourdieu, 1989; 145).

A percepção é criada a partir das interação entre os grupos e indivíduos, estando situada espacial e temporalmente. Ou seja cada grupo, cada indivíduo, vai construindo sua percepção, no dia a dia, através das relações e interações que estabelecem entre si e que ao

longo dos anos em que está sendo construída esta hidroelétrica, vai se reestruturando. Esta percepção ao mesmo tempo que vai sendo criada, vai re-orientando a ação e a prática dos grupos e indivíduos.

Na construção da percepção presente atribuída à barragem, no caso específico de Itá, são buscados significados no passado e em projeções de futuro. No futuro idealiza-se um projeto e, simultaneamente, uma perspectiva do passado vai sendo adequado à situação presente. Neste sentido, são buscados no passado aspectos que ressaltem os benefícios de outras hidroelétricas, como é o caso das visitas as usinas hidroelétricas de Salto Osório e Salto Santiago. Na construção desta percepção é atribuído à obra uma perspectiva de progresso, que contribui para delimitar as posturas e ações políticas.

O sentimento inicial de perda do espaço socialmente construído, convive com a revalorização da dimensão do progresso, ambos sentimentos e percepções se mantêm presentes, vivos no cotidiano dos moradores. Quando indagados sobre estes 13 anos de construção da hidroelétrica muitos consideram que o progresso ainda virá, pois não ocorreu ainda o pique das obras na hidroelétrica. Para outros Itá já cresceu muito, que se não fosse a UHE-Itá ainda seria a mesma cidade pequenina.

A própria comunidade é re-construída a partir desta percepção. Os moradores de Itá, pelas características de cidade pequena, mantêm ainda uma relativa proximidade com a terra, seja na memória recente, ainda presente dos antepassados, seja na contribuição ao sustento familiar direto. Mas procura-se formar outra identidade, uma identidade cidadina correlacionada com o moderno. Neste contexto, ser a favor da barragem era estar ao lado do progresso, buscando o desenvolvimento e o bem estar do município, por conseguinte, estar contra era estar contra o progresso, era ser "atrasado" ser "quadrado". Esta re-divisão, impondo tomada de posição, foi marcante nos primeiros anos de negociação, pois:

*"O início foi difícil, ou você era a favor, ou contra, foi um coisa criada, se era contra era considerado atrasado, davam risadas. Clima ruim" (relato de um agricultor de Itá).*

Esta identificação de progresso com a implantação da barragem possibilita um apoio político para Empresa e uma legitimação da obra entre os moradores de Itá.

### 3.3 - Das primeiras reivindicações às primeiras vitórias

a) mudança de eixo da barragem.

O poder executivo local, em janeiro de 1980, organizou uma comissão prévia para tratar dos assuntos referentes a construção da hidroelétrica, cujos trabalhos serão analisados posteriormente. No início foram feitas reuniões gerais com a comunidade, que é convidada formalmente através da rádio de Aratiba (município do Rio Grande do Sul, situado na outra margem do Rio Uruguai), com grande audiência em Itá, além de convites informais.

A perspectiva de negociar com a Eletrosul a localização do eixo da barragem, representa a primeira ação que mobiliza alguns setores da sede do município de Itá, organizados pela prefeitura.

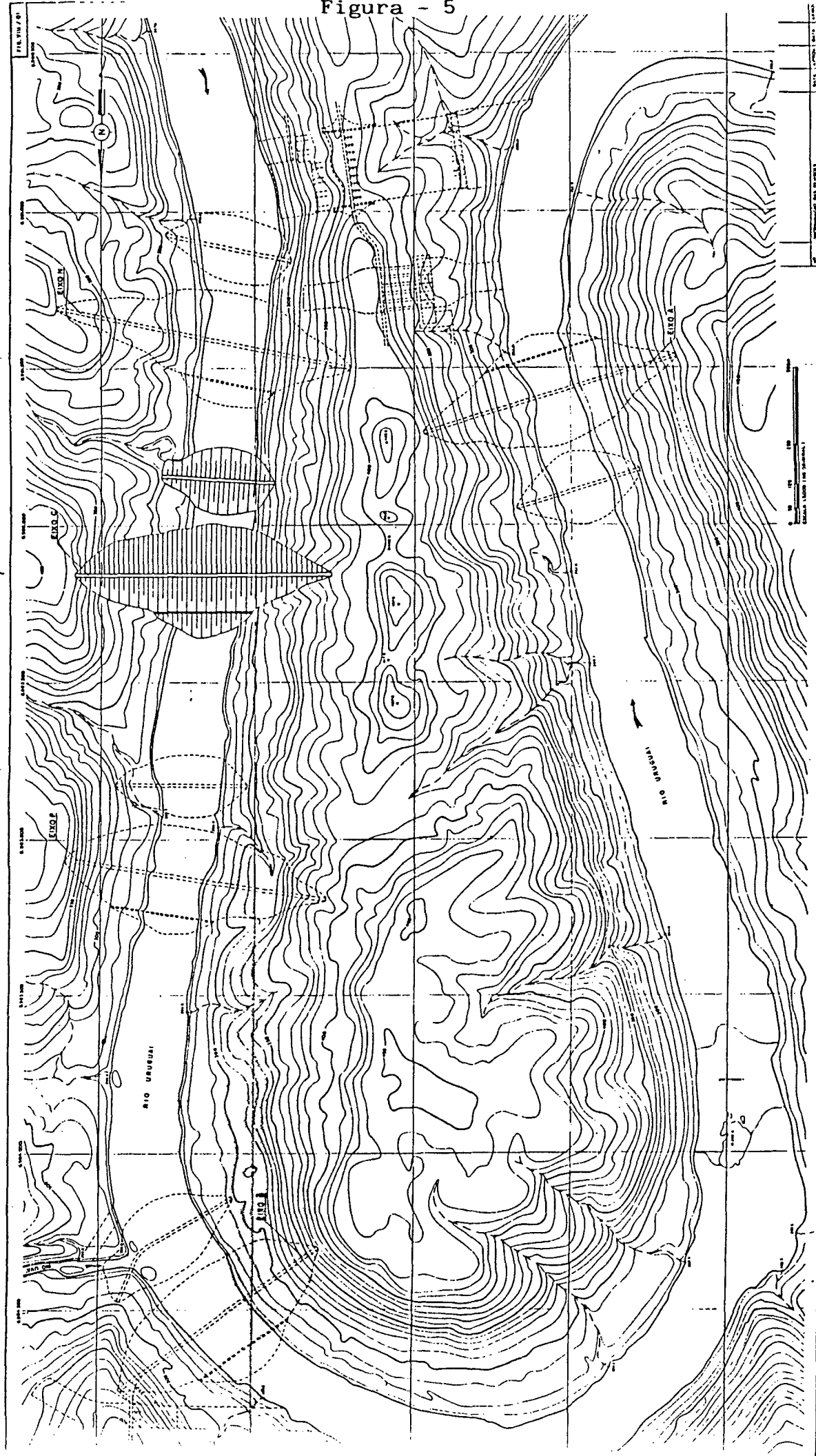
Pelos estudos de viabilidade realizados pela Eletrosul, foram selecionados cinco locais viáveis para a localização do eixo da hidroelétrica de Itá. Dois eixos A e B<sup>7</sup> foram localizados a jusante da foz do Rio Uvá e três eixos P, C e N a montante da Foz do Rio Uvá (figura 5). Os estudos indicavam as alternativas A e C como as mais viáveis, sendo que a alternativa A era indicada como a mais propícia pelos estudos de inventário.

Estas alternativas de localização provocaram uma discussão grande na prefeitura e entre alguns segmentos sociais. Abriu-se então uma possibilidade de diálogo com a empresa. A construção da barragem na alternativa A, encontrou muitas posturas contrárias na comissão, Prefeitura e entre as pessoas que participaram das reuniões, pois ocasionaria uma divisão geográfica do município de Itá, que se dividiria em quatro partes isoladas entre si (figura 6), podendo ocasionar uma desintegração não somente física/geográfica, mas sócio econômico. Foi pensando principalmente neste aspecto de desintegração do município que se formaram posturas contrárias a esta alternativa.

---

7 - As siglas são as mesmas utilizadas pela Eletrosul, o que facilita uma melhor identificação nos mapas.

Figura - 5



**NOTAS**

- 1- As informações sobre esta obra foram obtidas a partir de mapas, plantas e fotografias aéreas.
- 2- As informações sobre esta obra foram obtidas a partir de mapas, plantas e fotografias aéreas.
- 3- As informações sobre esta obra foram obtidas a partir de mapas, plantas e fotografias aéreas.

**SESCA**

**Fonte: CNEC, 1980**

**CNEC**  
 Companhia Nacional de Engenharia Civil  
 Rua: ...  
 Caixa Postal: ...  
 CEP: ...

**PROJETO**  
 Autor: ...  
 Data: ...

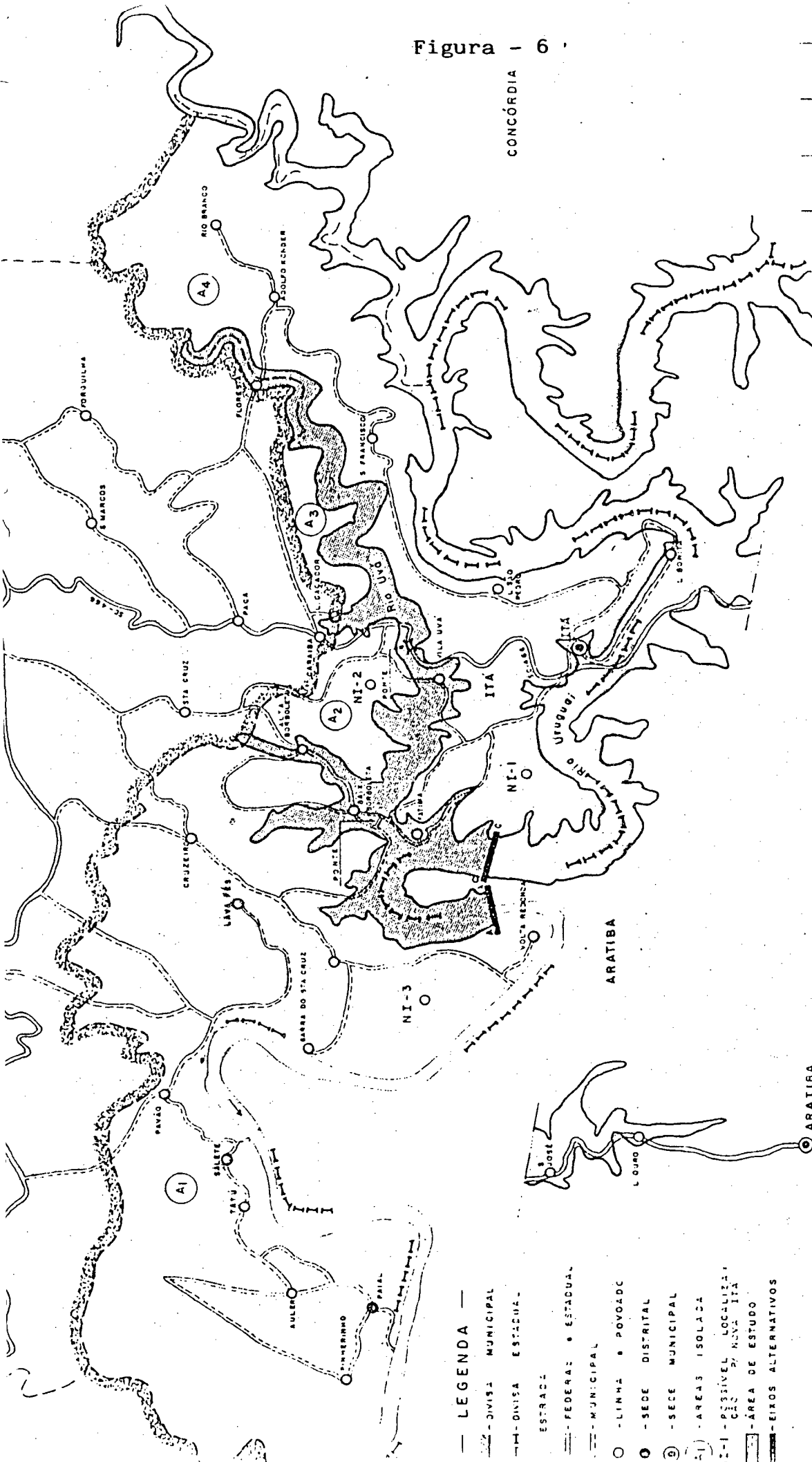
**ESTUDO DE VIABILIDADE**  
 USINA HIDRELÉTRICA ITA  
 CEN-TRABE ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL S.A.

**PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**  
 ESTUDOS ALTERNATIVOS DE BARRAGEM

**ESCALA**  
 1:50.000

Figura - 6

CONCÓRDIA - 6



— LEGENDA —

- DIVISA MUNICIPAL
- DIVISA ESTADUAL
- ESTRADA
- FEDERAL: 6 ESTADUAL
- MUNICIPAL
- LINHA 6 POVOADO
- SEDE DISTRITAL
- ② SEDE MUNICIPAL
- ① ÁREAS ISOLADAS
- NI-1 POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO DO CASO DE NOVA ITAIPU
- NI-2
- NI-3
- ÁREA DE ESTUDO
- EIXOS ALTERNATIVOS

NOTAS

A1 -	105,93 Km <sup>2</sup>	ÁREA ALAGADA - A1 - 27,48 Km <sup>2</sup>
A2 -	8,92 Km <sup>2</sup>	ÁREA TOTAL (MUNICIPAL) - 203,00 Km <sup>2</sup>
A3 -	3,29 Km <sup>2</sup>	
A4 -	57,38 Km <sup>2</sup>	
AT -	175,52 Km <sup>2</sup>	

Fonte: CNEC, 1981

DISCRIMINAÇÃO DAS REVISÕES

APROVAÇÃO	DEPTO DE ENG DE SISTEMA	DATA	DATA	APROV	DATA	APROV
DATA	PROJETADO					
	DESENHADO					
	CONFERIDO					
ELETRICUL	APROVADO					

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A.		
USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU		
ESTUDOS DE VIABILIDADE		
ÁREA DE ESTUDO - REPERCUSSÕES DO ALAGAMENTO		
ESC	DES	DES
	11.11.80	23.000-001
	R-	EL

ESTE DESENHO E PROPRIEDADE DA ELETRICUL - NÃO PODE SER TRANSFERIDO OU USADO PARA OUTROS FINS SEM A AUTORIZAÇÃO DA ELETRICUL

Além disso, a localização do eixo à jusante da foz do Rio Uv (alternativa A), levaria a um acréscimo da área de influência do reservatório. Nesta alternativa haveri um aumento de 8% do total da área a ser inundado, sendo que 7% são terras cultivadas, atingindo 12% de população residente, sendo 21% de comunidades rurais (CNEC/Eletrosul, 1981).

Para a Eletrosul a escolha da alternativa do eixo da barragem compreendia duas possibilidades bem definidas. Na alternativa A, haveria um melhor aproveitamento do potencial hidroenergético, mas ocasionaria mais efeitos sócio-econômicos e físicos territoriais. Já a opção pela alternativa C, a montante da Foz do Rio Uv, teria o inconveniente para a empresa uma vez que não promoveria um maior aproveitamento dos recursos disponíveis. (CNEC/Eletrosul, 1981).

Grande parte dos segmentos sociais informados e a prefeitura se posicionaram contra a barragem na alternativa A. Foi, inclusive, levantada a hipótese de se fazer duas barragens menores ao invés de uma, ou então mudar a localização do eixo para um lugar que preservasse a integridade física do município.

A hipótese de se fazer duas barragens menores não foi aceita pela Eletrosul, pois a seu ver não compensaria economicamente o investimento.

Em setembro de 1979, O presidente da Eletrosul foi a It, participar de uma reunião geral com a população e com seus representantes. O objetivo desta reunião seria informar a população sobre a hidroelétrica. Ele foi recebido com faixas e cartazes pedindo a mudança do eixo da barragem, inclusive numa destas faixas estava escrito "setembro negro de It", representando o estado de ânimo da população local, que já sabia do alagamento da sede.

Nesta reunião foi solicitado  Eletrosul a mudança do eixo da barragem, fato que após estudos feitos pela empresa foi aceito, ficando a localização da barragem na alternativa C. Esta alternativa só se definiu em 1980.

A escolha da alternativa C, mantendo-se, portando, a integridade física do município de It, foi considerada como uma vitória por quem dela participou mais ativamente (alguns comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e integrantes do Poder Executivo e Legislativo).

Para a Empresa, representou um considerável fator de apoio político no local. Pois a



partir deste momento a administração municipal se posicionou claramente favorável à construção da barragem, bem como grande parte dos moradores da sede, principalmente, setores que visualizavam possibilidade de ganhos imediatos com a sua implantação.

A partir deste movimento e desta tomada de posição que se delinearam divergências entre os moradores da sede de Itá, com a Igreja e com os agricultores atingidos que se posicionaram contrários à construção da obra.

Este aspecto levou à existência de um conflito declarado entre os que eram a favor da barragem e os que se posicionaram contra. Estas divergências criaram uma certa resistência ao trabalho da Igreja, junto à sede do município, perdendo esta, por sinal, grande influência na localidade.

#### b) A Opção Pela Relocação.

Como já dissemos, em janeiro de 1980, criou-se uma comissão, por iniciativa do poder executivo, para tratar dos assuntos referentes à construção da barragem. Esta Comissão, juntamente, com a Prefeitura e Eletrosul, realizou reuniões de esclarecimentos junto à população.

A Comissão e a Prefeitura passaram a pressionar a Eletrosul para que esta fizesse relocação da cidade, ou seja, construísse uma nova cidade. Em outras obras deste porte a negociação da empresa se baseava somente em indenizações, conforme relata uma liderança local:

*"O sistema da Eletrosul não era de relocar mas indenizar, nós discordávamos disso ... Fomos de 50 a 60 pessoas para falar sobre o sistema de relocar".*

A preocupação essencial, que fundamentou esta idéia de relocação, era garantir a permanência das pessoas no município. Demonstrando a preocupação com uma possível evasão dos moradores para municípios maiores após a indenização. A construção de uma nova cidade garantiria não somente a recuperação de bens materiais, mas também permitiria a reprodução da comunidade. Incluso nesta idéia a perspectiva que a sede crescesse, como se expressa um membro da comissão:

*"Preocupação dessa comissão e administração era de que Itá crescesse com essa obra e não sumisse".*

A proposta de relocação envolvia apenas os habitantes da sede de Itá, ou seja, as pessoas que de alguma forma eram integrantes da comunidade, formada historicamente e ligadas por uma identidade sócio-cultural de ser Itaense. Identidade esta que foi formada ao longo dos anos e que, com a construção da barragem e da nova cidade tem passado por reformulações.

A Eletrosul aceitou a proposta de relocação da cidade e pretendia fazer, deste projeto, uma cidade modelo - *menina dos olhos* - de sua política social. Tomou esta atitude embasada, não só na perspectiva de construção das próximas barragens mas também na negociações com as populações locais e com os financiadores externos.

A empresa promete aos moradores uma nova cidade, dotada de toda infra-estrutura básica. Nas palavras de um líder local:

*"As promessas eram as mais bonitas e mais promissoras para a comunidade de Itá. Nós teríamos uma cidade mais bonita, escolhida onde nos tínhamos escolhido, e toda a infra-estrutura que uma cidade merece".*

Construir uma nova cidade, esta proposta e sua origem, não foi de conhecimento de toda a população, pois muitos consideravam que a idéia inicial partira da Eletrosul. A ambigüidade destas informações e da forma como reproduzem as informações, tem a ver com a própria participação das pessoas no processo de negociação e construção no projeto da nova cidade.

Para dar uma maior tranquilidade á comunidade, que mesmo sabendo que seria relocada, ainda apresentava insegurança quanto ao futuro das negociações e sobre o teor desta relocação, não se mostrando, portanto, confiante nas promessas e no trabalho da empresa, a Eletrosul propôs que se fizessem visitas a outras hidroelétricas que tinham construído<sup>8</sup>. Com esta estratégia a empresa buscou também uma confiança irrestrita ao seu trabalho.

Foram escolhidas para serem visitadas as UHE de Salto Osório (RS) e Salto Santiago (PR). Em Salto Santiago foi visitado somente a vila dos funcionários da Eletrosul. Quanto aos reassentamentos mostrados, conforme se expressou um morador "eram só vilas pequenas". As

---

8 - Visitar outras obras já feitas, esta se transformando numa prática corrente da empresa. A Nova Itá, "menina dos olhos" da Eletrosul já se transformou num ponto constante de visitas, promovidas pela empresa.

impressões de algumas pessoas que foram, a maior parte integrantes da comissão e de setores mais influentes, voltaram bem impressionados apesar da visita a realidades distintas.

A perspectiva mostrada aos moradores de Itá sobre estas usinas limitou-se a expor somente um lado das negociações e, até certo ponto, omitiu as opiniões dos atingidos por estas hidroelétricas. Porém, em algumas reuniões do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, pessoas afetadas pela UHE Salto Santiago fizeram depoimentos que vieram se opor à posição mostrada pela empresa, alegando que as indenizações haviam sido injustas (Scherer-Warren, Reis, 1986). Aspecto omitido aos visitantes, cujos comentários ressaltavam o aspecto das casa na vila (dos funcionários da Eletrosul), o asfalto, rede de esgoto, a grama etc, isto é, somente os aspectos que tinham sido mostrados pela Empresa.

A proposta da nova cidade, garantindo a reposição dos bens materiais, e a possibilidade de manter e reproduzir o grupo, a comunidade, contribuiu para um sentimento inicial de beneficiários. Ao mesmo tempo o desejo de "progredir", o objetivo de ser "cidade", tendo um tratamento diferenciado feito propositalmente pela Empresa, vai fornecendo aspectos para uma redefinição do grupo e de sua identidade.

O grupo procurou ser distinto do "outro", que neste caso é o Movimento de Atingidos por Barragens, buscando-se uma distinção, com fronteiras bem demarcadas, pela identificação com o "moderno", com a "cidade".

#### 4 - PLANO DE RELOCAÇÃO DE ITÁ

Construir a nova cidade, unificar os sonhos e projetos, mantendo as características próprias do local, colocá-los no papel e depois concretizá-los, foi o desafio que se colocou para os moradores de Itá, os líderes locais e para a Empresa com seus técnicos.

A proposta de uma nova cidade, apareceu como consenso, tranquilizando em parte os moradores. Fazer esta nova cidade representou para os moradores a resposta ao dilema do esfacelamento do município e da comunidade. Para a empresa, por outro lado, a relocação de Itá, apresentou-se como modelo de sua nova política social que pretende passar a imagem de sensibilidade aos aspectos sociais das obras de hidroelétricas<sup>9</sup>.

O processo de negociação e construção da nova cidade, com seus projetos de infraestrutura, prédios públicos e moradias, demandou um longo tempo e muitos desafios. Enfrentando situações econômicas, como falta de dinheiro por parte da empresa, situações políticas locais e regionais, bem como questões culturais de comunicação entre duas lógicas diferentes: a lógica dos arquitetos e engenheiros e a lógica dos futuros usuários, os moradores de Itá.

Neste capítulo, iremos apresentar o projeto da nova cidade, o projeto no papel, os critérios de relocação e o processo de negociação.

---

9 - Observe-se que esta "nova política" surge, também, como resposta aos órgãos financiadores dos projetos, que exigem uma postura mais concreta nos aspectos sociais.

#### 4.1 - A escolha do novo local da cidade

O processo de decisão que envolve a mudança de uma cidade, mesmo que pequena, é repleto de conflito de interesses e disputas de influências, bem como de concepções de mundo que entram em jogo no momento de decidir o estilo das ruas, casas, prédios, definição das áreas públicas e do seu uso.

A escolha do novo local da cidade, foi precedida por estudos de viabilidade realizados pela Eletrosul. Estes estudos demonstraram a possibilidade de três locais, como os mais adequados, tanto do ponto de vista técnico, como topográfico:

A - Sítio de Volta Redonda

B - Sítio Altos do Passo do Uvá

C - Sítio Altos de Itá.

Dentre estes três locais a Empresa deu um parecer favorável ao Sítio Altos de Itá (alternativa C), por situar-se, estrategicamente no centro do município, podendo assim numa perspectiva sócio espacial, manter as "atuais relações sede-interior que parecem convenientes"(Eletrosul, 1982; 66). Além deste motivo é salientado pela empresa, a possibilidade do sistema viário já implantado ser aproveitado, bem como a relativa proximidade com a sede atual (5 Km), que facilitaria o processo de relocação. A Eletrosul, salienta, ainda, a proximidade com o lago do reservatório, que poderá servir como ponto turístico da localidade, constituindo-se numa alternativa econômica para o município.

Estes estudos são entregues à prefeitura e à Comissão que optaram pelo Sítio Altos do Itá. Muitos fatores influenciaram a escolha deste novo local, desde aspectos subjetivos a possíveis interesses econômicos.

A alternativa B foi descartada, pois a nova sede apresentaria uma proximidade muito grande com o município vizinho, Seara. Historicamente, existe um sentimento de confronto entre estes dois municípios. Como se expressou um morador local, sobre a não aceitação desta alternativa para ser a sede do município:

*"A cidade invadiria o município de Seara, fato que a população toda rejeitou. Não se dava com Seara, é questão de ciúmes".*

Seara representa ao mesmo tempo um ponto de referência regional de desenvolvimento urbano/industrial sendo também um modelo concorrencial. Transparece, também, nesta negação, a insegurança quanto a futura autonomia da identidade itaense, pois a proximidade espacial permitiria uma maior influência de Seara sobre Itá. Além disso, poderia representar uma transferência de recursos e demanda para Seara, bem como uma maior divisão dos futuros benefícios econômicos que esperavam com a construção da barragem.

A alternativa A, além de ser muito longe da atual sede, situa-se longe das principais vias de transporte que cortam o município.

A comissão em reunião própria, escolheu como local mais favorável para nova cidade, a alternativa C (Altos de Itá). Posteriormente foi convocada nova reunião, agora aberta à comunidade, para ser homologada a escolha do novo local. Esta homologação fazia-se necessária, pois havia, por parte da Comissão, a preocupação em compartilhar a responsabilidade com a comunidade na escolha do novo local. Segundo o prefeito da época, para "que no futuro próximo não fosse imputado integral responsabilidade aos membros da Comissão" (Ata Nº 3. 14/09/80). Desta forma dividiria-se com a comunidade, como um todo, as responsabilidades pela escolha, sem compartilhar realmente o direito de decisão.

A participação nesta reunião ampliada não abrangeu todos os moradores. É o que se observa através das muitas controvérsias sobre o local escolhido e a participação dos moradores neste processo. Este aspecto transparece nas dúvidas e no desconhecimento do processo de escolha do novo local, observados nos depoimentos colhidos nas pesquisas de campo:

*"A Comissão de relocação votou e o resultado foi levado para a comunidade numa reunião posterior e que a comunidade homologou" (integrante da Comissão);*

*"O local da cidade não tivemos o direito de escolher" (morador local em 1989).*

*"Nas escolhas do local da cidade, a Eletrosul queria aqui. No fim foi o palpite da Eletrosul." (morador em 1989).*

Assim sendo, para alguns moradores foi somente a Comissão que escolheu este novo local, movida por interesses econômicos dos proprietários da terra, para outros ainda o peso maior foi da Eletrosul com seu parecer favorável.

Outro fator de controvérsias ancora-se na adequação do local para construir a nova cidade. Alguns moradores consideram que o local não é dos mais propícios, pois este:

*"Parece uma lomba de cavalo. O bom seria uma cidade numa área mais favorável. Lá tem 3.000 metros de comprimento. Aqui (cidade atual) não tem nem 1000 metros. No centro (nova cidade) não tem nem 300 metros de largura" (morador de Itá).*

Sítio Altos do Itá, escolhido para ser o novo local da cidade, situa-se a aproximadamente 5 Km de distância da cidade velha (vide figura 7), possui uma área de 132 ha, é uma área alongada, em forma de "espigão com declividades acentuadas (CNEC, 1980). Estas terras, foram compradas pela prefeitura em convênio com Governo e Eletrosul e grande parte delas pertenciam a família Sartoretto<sup>10</sup>.

#### **4.2 - O plano de mudança**

Decidida a escolha do novo local, iniciaram-se os estudos e projetos para construção da cidade. Coube a Comissão Pró-Relocação de Itá, definir o plano de relocação onde constam os critérios para relocação, os direitos dos proprietários e inquilinos de imóveis, entre outros aspectos.

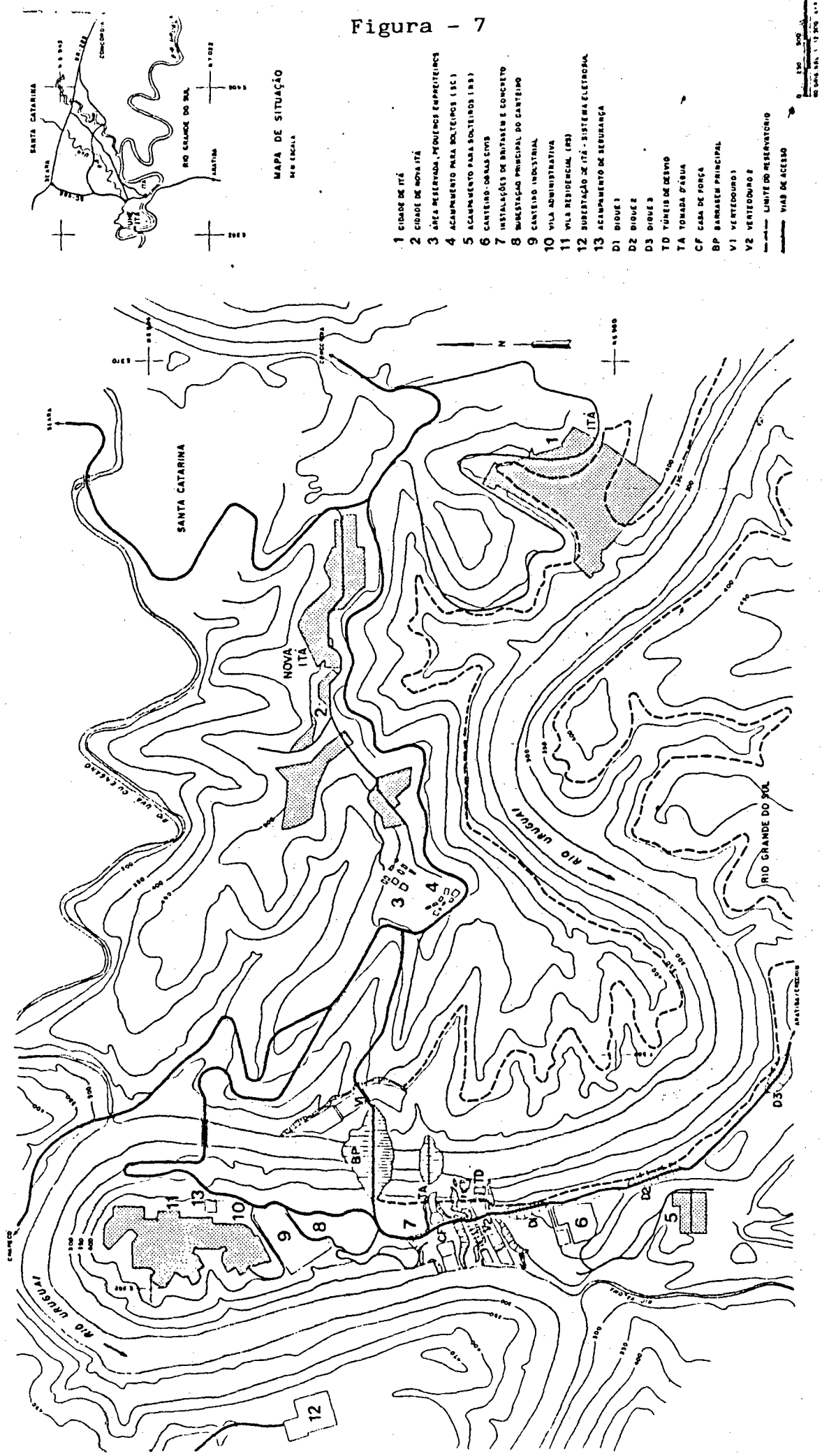
Criou-se o Grupo Operacional de Relocação de Itá - GORI. A função do GORI, foi assessorar a prefeitura municipal e coordenar o processo de relocação da cidade de Itá. Este grupo, paralelo à Comissão Pró-Relocação de Itá era constituído por cinco membros, sendo um representante da SUDESUL, um representante do Estado, um representante da Eletrosul e dois representantes da Prefeitura Municipal de Itá. Depois que o Plano de mudanças foi feito pela Comissão e Prefeitura, foi aprovado pelo GORI.

Este plano de mudanças, cujo objetivo era estabelecer os critérios de relocação para nortear as negociações entre os moradores e a Eletrosul, foi fruto de uma série de discussões e modificações ao longo dos anos.

---

10 - Família que tem se destacado politicamente na história de Itá, na época da escolha do lote para a nova sede municipal, o prefeito era Januário Sartoretto, do PDS e nas gestões posteriores, ainda se tem a influência desta família, mesmo que em partidos diferentes.

Figura - 7



- 1 CIDADE DE NOVA ITÁ
- 2 CIDADE DE NOVA ITÁ
- 3 ÁREA RESERVA. PAVILHÃO EMPREENTEIS
- 4 ACAMPAMENTO PARA SOLTEIROS (SC)
- 5 ACAMPAMENTO PARA SOLTEIROS (RS)
- 6 CANTINA - OBRAS CIVIS
- 7 INSTALAÇÃO DE MATERIAIS E CONCRETO
- 8 MANTENÇÃO PRINCIPAL DO CANTINO
- 9 CANTINO INDUSTRIAL
- 10 VILA ADMINISTRATIVA
- 11 VILA RESIDENCIAL (RS)
- 12 SUBESTAÇÃO DE ITÁ - SISTEMA ELÉTRICO
- 13 ACAMPAMENTO DE SEGURANÇA
- D1 DIQUE 1
- D2 DIQUE 2
- D3 DIQUE 3
- TD TÚNEL DE DESVIO
- TA TOMADA D'ÁGUA
- BP BARRAGEM PRINCIPAL
- V1 VERTEDOURO 1
- V2 VERTEDOURO 2
- L LIMITE DO RESERVATÓRIO
- VIAS DE ACESSO

3 - DE REFERÊNCIA ... 037 - MAPA SATELITAL USANDO O TERMO "EMPREENTEIS" ESCALA 1:12.500 (INSTR. Nº 007)		APROVAÇÃO RESOLUÇÃO NOTAS	ELÉTRICA DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OBRAS DE ENGENHARIA <b>CNEC</b> PROJ. 155	4 - SANTA CATARINA DO SUL DO BRASIL S.A. USINA HIDRELÉTRICA ITÁ PROJETO BÁSICO ESQUEMA DO ARRANJO GERAL DO EMPREENTEIS
---	--	---------------------------------	--	---

Fonte: CNEC/Eletrosul, 1988.



A necessidade de definir quem teria direito preferencial no Plano de mudanças, levou a comissão a estabelecer uma data, que serviria como ponto de partida para se definir as prioridades no plano de relocação. Para a Indústria e o comércio definiu-se como data base dezembro de 1981, data da apresentação dos primeiros estudos sobre a nova cidade à comunidade. Para os moradores e demais casos definiu-se a data base até o dia 20 de novembro de 1983, data da conclusão do levantamento sócio econômico realizado pela Eletrosul.

O plano de relocação definiu duas formas de negociações:

- 1) Venda ou desapropriação de acordo com a qual o morador recebe em dinheiro o equivalente a seus bens;
- 2) Permuta do terreno e relocação indenizada. Houve incentivo por parte da comissão e prefeitura para a escolha desta forma de negociação, evitando assim um esvaziamento da cidade. Grande parte dos moradores optaram pela permuta.

Como a intenção era relocar a cidade, a divisão entre perímetro urbano e rural passa a delimitar quais os moradores com direito a permuta de sua casa, agrupando-os num modelo de negociação. A demarcação deste perímetro urbano foi definida inicialmente através do mapa de loteamento da empresa colonizadora Luce e Rosa. Posteriormente, foi modificada e redefinida pela Lei Municipal Nº 232, de 30 de julho de 1970, transformando-se o perímetro urbano numa divisão política concreta, pois a política de relocação passou a ser um direito somente dos moradores deste perímetro.

Em 1982, pela lei municipal nº 505, de 06 de outubro de 1982, foi redefinido o perímetro urbano da cidade. Com esta redefinição alguns imóveis que antes faziam parte do perímetro urbano, agora situam-se no perímetro rural, ocasionando problemas políticos à Comissão<sup>11</sup>. E este novo traçado delimitou a área a ser relocada. Os que moram fora deste perímetro, mas cuja subsistência esteja ligada à cidade, terão direito de adquirir um lote na nova cidade, obedecendo as prioridades de escolha.

Para a escolha dos lotes, a Comissão optou por um critério de centralidade, definida em relação ao centro comercial. Definiu-se um ponto mais central na velha Cidade, que é um

---

11 - Muitos moradores que a partir desta nova delimitação ficaram fora do perímetro urbano, estão lutando na justiça pelo direito a serem relocados, como os demais moradores.

triângulo que fica no início da Rua Independência, com frente para a Rua do Comércio, principais ruas da cidade (figura 8). A partir deste triângulo seriam realizadas "medidas sempre sobre os eixos das ruas até o ponto resultante da intersecção da perpendicular sobre estes eixos, passando pelo ponto de cada propriedade mais próximo do ponto mais central" (GORI/Comissão, 1984). E, conforme a proximidade de cada propriedade em relação a este ponto central, definia-se a ordem de escolha dos terrenos na futura cidade.

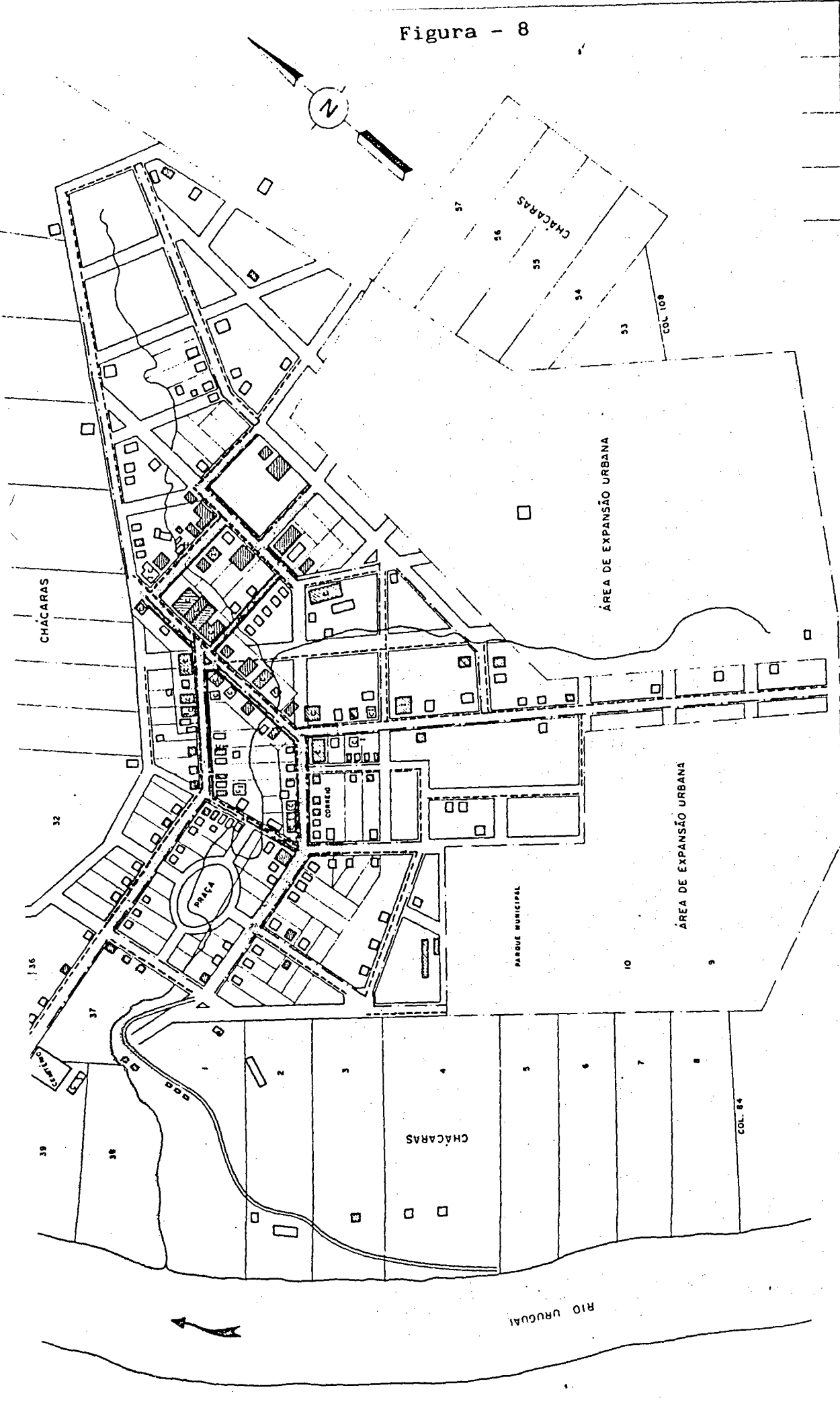
No planejamento da nova cidade, pelas particularidade físicas do local que apresenta três áreas bem distintas, definiu-se num primeiro momento a localização dos prédios públicos e da área comercial.

Neste sentido, as prioridades nas escolhas dos terrenos definidas no Plano de Mudanças foram as seguintes: primeiro os lotes e depois as chácaras. Em relação aos lotes, priorizou-se;

- 1) Lotes destinados a órgãos públicos, ou destinados a atividades públicas;
- 2) Lotes comerciais e industriais;
- 3) Lotes residenciais de proprietários residentes;
- 4) Lotes ocupados por inquilinos;
- 5) Lotes vagos de proprietários residentes na cidade atual;
- 6) Lotes vagos de proprietários não residentes.

Esta forma de escolha dos lotes, gerou alguns conflitos na localidade, pois pela topografia da nova cidade, seria impossível reproduzir a mesma estrutura espacial. A nova distribuição na malha urbana dos lotes, não permite que sejam mantidas as mesmas condições anteriores, por exemplo quanto à antiguidade com os mesmos vizinhos.

Figura - 8



DISCRIMINAÇÃO DAS REVISÕES		DATA	APROV.	DATA	APROV.
		CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A.			
APROVAÇÃO		REVISÃO DOS ESTUDOS DE INVENTÁRIO			
DATA		PLANTA Nº 1 - ITÁ			
PROJETO:		ÁREA URBANA			
DESENHADO: <i>Gláucia</i>		ESCALA:			
CONFERIDO:					
APROVADO:					

NOTAS	
3 DE REFERÊNCIA FORNECIDA PELA PREF. MUNIC. 1:10.79 1:1.2.000	LEGENDA <ul style="list-style-type: none"> <li> EDIFICAÇÕES DE ALVENARIA</li> <li> EDIFICAÇÕES DE MADEIRA</li> <li> ESTAB. INDUSTRIAIS</li> <li> ESTAB. COMERCIAIS</li> <li> CALÇAMENTO</li> <li> REDE DE ÁGUA</li> <li> REDE DE ENERGIA ELÉTRICA</li> <li> REDE DE ESGOTO</li> </ul>

### 4.3 - A construção da nova cidade

O município de Itá apresenta um relevo de superfícies montanhosas. A sede do município, "velha Itá" situa-se num vale, perto do rio Uruguai. É uma cidade plana, com clima quente. O local escolhido para ser construída a nova cidade, apresenta uma topografia, um espaço físico, completamente diferente da cidade atual.

O Sítio Alto de Itá, apresenta um relevo em forma de espigão, com fortes declives, possuindo três núcleos de áreas planas. Tendo em vista esta particularidade do local escolhido para ser a "Nova Itá", o projeto da cidade apresenta, claramente distintos, um centro administrativo e comercial e dois centros residenciais (vide figura 9).

O projeto da nova cidade foi realizado pelos arquitetos da Eletrosul. Na definição do traçado das ruas, parques e órgãos públicos a topografia foi o principal delineador. Neste sentido a nova cidade possuiu poucas possibilidades de expandir-se lateralmente, somente podendo crescer de forma longitudinal.

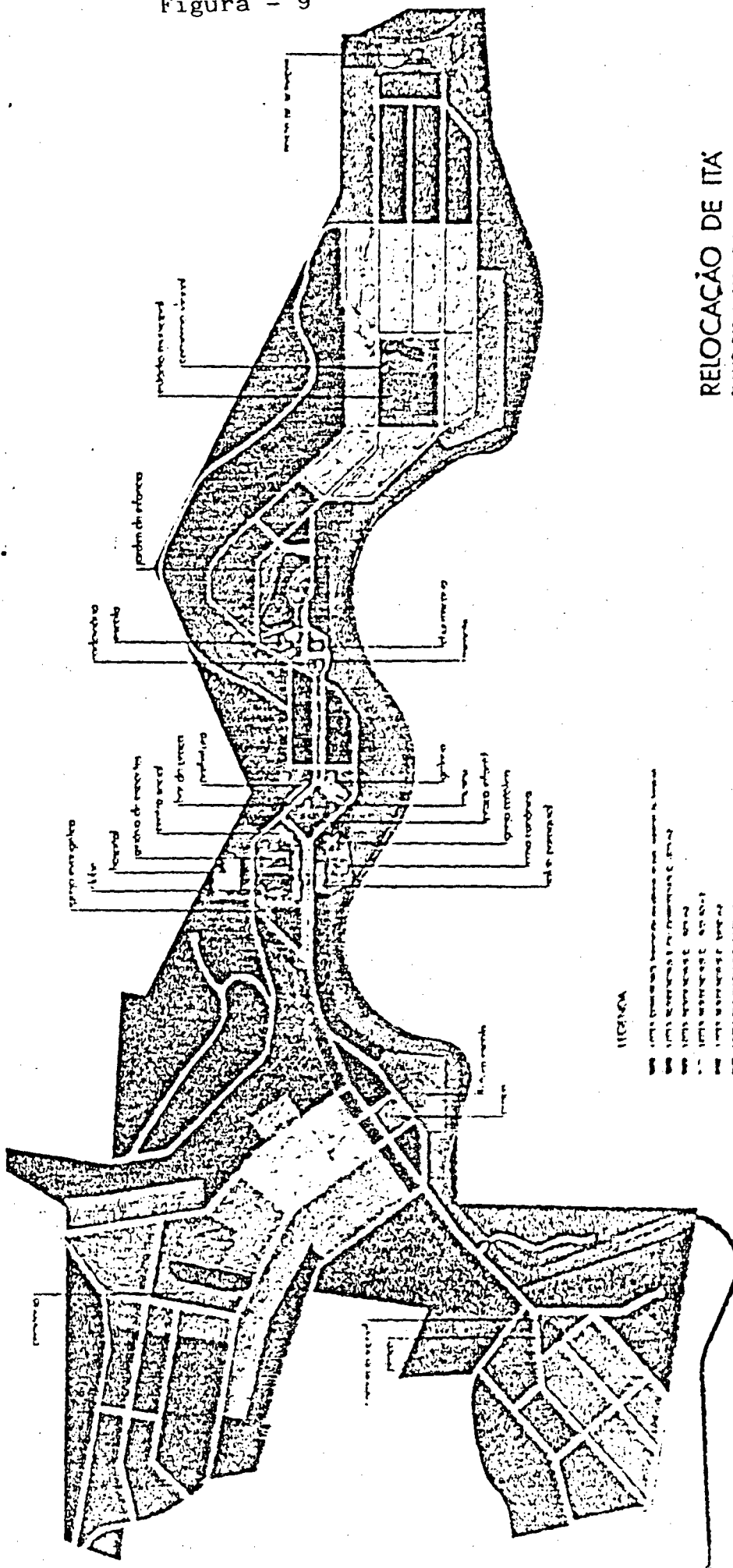
Nesta fase de desenho da nova cidade, alguns desentendimentos ocorreram entre a Comissão e a equipe de urbanismo da Eletrosul. Para a maioria dos membros da Comissão, a perspectiva de crescimento de Itá era de três a quatro vezes o tamanho da atual cidade e o planejamento da nova cidade deveria contemplar este aspecto. Para os técnicos da Eletrosul, o tamanho da cidade somente duplicaria, tomando por exemplo o crescimento de outras cidades próximas a hidroelétricas.

O estilo arquitetônico dos prédios públicos e casas foi definido a partir de uma pesquisa histórica dos tipos de construção na região, Itá e cidades vizinhas. Caracterizam o projeto, por exemplo, janelas com cantos arredondados, arcos, tijolos à vista e várias cores nas casas (anexo 1). Há casos do uso de três cores fortes na pintura das residências, como por exemplo, as paredes azul escura, com janela verde e a porta pintada de vermelho<sup>12</sup>.

---

12 - O uso de cores fortes em casas de madeira é comum na região. O uso das mesmas cores nas casas de alvenaria produziu um resultado que esteticamente não agradou aos moradores.

Figura - 9



RELOCAÇÃO DE ITA  
 PLANO GERAL ESTUDO PRELIMINAR

© 1984 GORI/COMISSÃO DE RELOCAÇÃO DE ITA

1/1000

1/1000

LEGENDA

- 1 - Zona comercial
- 2 - Zona residencial
- 3 - Zona industrial
- 4 - Zona de recreação
- 5 - Zona de serviços
- 6 - Zona de cultura
- 7 - Zona de lazer
- 8 - Zona de esporte
- 9 - Zona de turismo
- 10 - Zona de preservação ambiental
- 11 - Zona de proteção de mananciais
- 12 - Zona de proteção de áreas verdes
- 13 - Zona de proteção de áreas de risco
- 14 - Zona de proteção de áreas de interesse histórico e cultural
- 15 - Zona de proteção de áreas de interesse paisagístico

Fonte: GORI/Comissão, 1984.

Planejar a cidade, vai além do traçado no papel. Se em alguns momentos o técnico tem o poder de deixar correr a imaginação, em outros momentos prevalecem os jogos de interesses. O tipo de revestimento das ruas de Itá reflete esta relação de forças. Uma das primeiras idéias formadas no coletivo sobre a nova cidade foi a projeção de uma cidade turística, cujas ruas teriam revestimento asfáltico. Este aspecto é lembrado pelos moradores, quando eles se referem as promessas da nova cidade.

*"Eles prometeram que ia ser construído uma cidade nova, com asfalto, infra-estrutura bem feita, a população ia sair ganhando". (cf Educador).*

O asfalto nas ruas, faz parte do sonho de uma "cidade". Asfalto simboliza um dos componentes de uma cidade moderna e funcional, diferente de uma cidade com lajotas, identificada como cidade pequena.

A Eletrosul, em acordo com a Prefeitura de Itá, decidiram pelo revestimento de lajotas para a nova cidade. Para a Prefeitura, o revestimento de lajotas se justificaria pelo seu custo de reposição, mais acessível do que o asfalto. Para atender esta nova demanda, a Prefeitura montou uma pequena fábrica de lajotas.

Este aspecto das ruas serem revestidas de lajotas, criou uma reação contrária na Comissão e em alguns moradores de Itá. A decisão de revestimento por lajotas não passou pela Comissão, que já havia dado um parecer favorável ao revestimento asfáltico. Neste sentido a Comissão pressionou o executivo, mandou ofícios para a Eletrosul, bem como organizou um grupo junto com alguns moradores para pressionar a Empresa, buscando o cumprimento da promessa. Como resultado conseguiram o revestimento asfáltico.

#### **4.4 - A construção das moradias**

A relocação como foi mencionado anteriormente, aparece como alternativa para se manter uma integridade mínima da comunidade. Os moradores podiam, inicialmente, optar entre a permuta da casa ou venda/desapropriação. Grande parte dos moradores que tinham direito à permuta optaram por esta. Os que construíram ou aumentaram a residência a partir de 1983, tiveram direito somente à indenização do que fora construído.

Em acordo realizado pela Comissão, Prefeitura e Eletrosul, definiu-se que a permuta

das casas da cidade velha, cuja maioria é de madeira, seriam feitas por casas de alvenaria. Este detalhe, de possibilitar a troca de uma casa de madeira por alvenaria, aparece para os moradores como um dos aspectos positivos que vieram com a construção da hidroelétrica.

Além da troca da casa de madeira por alvenaria, o morador teve direito a um adicional de 5% no tamanho da casa. Este fato é salientado por alguns como um benefício. Convém mencionar que este 5% representa uma margem necessária para casa de alvenaria, uma vez que na mesma metragem, a casa de alvenaria representa menos espaço útil.

Na permuta da casa, a Eletrosul se responsabilizava por todo o processo de sua construção, desde o projeto da casa, até a compra de material, a escolha de empreiteiras e o andamento da obra. Neste sistema o morador recebia a casa pronta.

Este sistema trouxe alguns problemas, como por exemplo, firmas que empreitavam dez, quinze casas e não acabavam nenhuma. Havendo, ainda, reclamações dos moradores sobre infra-estrutura e acabamento das casas, discordância quanto ao material usado pelas empreiteiras e problemas nas negociações de alguns projetos de casas, mais marcantes quando o morador queria e tinha condições econômicas de melhorar o padrão de sua casa e, portanto, não ficavam satisfeitos com as opções oferecidas pela empresa. Todos estes aspectos aliados a problemas econômicos vividos pela Eletrosul, levou a necessidade de reformulação do processo de relocação, surgindo a alternativa de auto-relocação. A proposta de auto-relocação surgiu em fins de 1990. A partir desta data todos os moradores com direito à permuta da residência, cujo projeto já estava em andamento, ou ainda não havia sido iniciado, passam para o sistema de auto-relocação. Esta modificação, vista por alguns moradores como positiva, foi a solução encontrada para os impasses acima descritos.

Na auto-relocação o proprietário assume a responsabilidade pela execução de sua nova residência que será permutada pela antiga. O pagamento será feito pela Eletrosul, em seis parcelas, definidas de acordo com o andamento da obra.

Com a proposta de auto-relocação amplia-se a possibilidade do morador participar e influenciar na realização do projeto, sendo responsável pela execução de sua residência, podendo adequá-la ao seu gosto e usos habituais do espaço.

A avaliação das casas, na cidade velha, foi feito através de critérios estabelecidos pelos

técnicos da Eletrosul. Definiu-se quatro parâmetros de casas, onde se levou em conta a qualidade do material, o tipo de acabamento e mão-de-obra. Avaliadas as casas na cidade velha, a nova moradia corresponderia a estes padrões, como podemos observar no quadro 2. Muitas moradias formam um misto de padrões, gerando sub-padrões. O padrão A possui o melhor acabamento, o melhor material, podendo os donos escolherem o tipo de material. O Padrão D é composto por casas mais simples, sem muitas opções de escolha.

## QUADRO 2

### Classificação de Moradias Segundo a Eletrosul

	<b>Padrão "A"</b>	<b>Padrão "B"</b>	<b>Padrão "C"</b>	<b>Padrão "D"</b>
<b>Cobertura</b>	Canal	Canal ou Francesa	Francesa. Maxi plac ou Modulada	Ondulada
<b>Paredes Externas</b>	Tijolo aparente com rejunte rebaixado 1 vez ou tijolos rebocados com pintura acrílica	Tijolos duplos rebocados / tinta Látex	Tijolos simples rebocados / Tinta Látex	Tijolos rústicos aparentes sem rebaixo nas juntas
<b>Esquadrias Externas</b>	Madeira de lei/desenhos especiais, verniz resistente ou esmalte sintético	Madeira de lei desenhos especiais verniz ou esmalte	Madeira ou ferro com venezianas padrão de mercado Pintura a óleo	Madeira ou ferro sem venezianas padrão de mercado Tinta óleo
<b>Paredes Internas</b>	Tijolo aparente simples com rejunte rebaixado ou tijolos simples rebocados com Látex	Tijolos furados simples rebocados / tinta Látex	Tijolos furados simples rebocados / Tinta Látex	Madeira ou outro tipo de painel leve / Tinta óleo
<b>Forros</b>	Pré-moldado rebocado	Pré-moldado rebocado	Madeira ou outro tipo de Painel leve com pintura a óleo	Sem forros
<b>Pisos</b>	Boa qualidade	Boa qualidade	Média qualidade	Média qualidade
<b>Revestimentos Especiais de Paredes Internas</b>	Boa qualidade Toda extensão	Boa qualidade Extensão parcial	Alguns revestimentos cerâmico Pintura a óleo	Pintura a óleo

Fonte: Plano de Mudança 1984

Ao iniciarem as construções residenciais, houve a proposta de se fazer dez residências de voluntários o que, segundo informações, foi difícil de conseguir. Ninguém queria ser o primeiro. Definiu-se, portanto, que a ordem de prioridade inicial para realização dos projetos das casas, era a mesma da escolha do terreno. Posteriormente, à medida que o futuro morador ia aceitando o projeto, iniciava-se a construção da casa. Houve algumas casas que levaram anos para ser construídas, outras já no início de 1993, ainda não haviam concluído a planta.

Muitos problemas foram enfrentados neste período, relativos às empreiteiras, ao tamanho da casa e a problemas com a qualidade do material utilizado. Conforme um morador:



*"Teve muitas casas que depois de três ou quatro anos de construídas, a parte de madeira que eram feitas as aberturas e as cercas de barrancos apodreceram. Quer dizer então que as empreiteiras colocavam material, às vezes, de uma qualidade que não era ideal, para aquele padrão".*

Muitas vezes a troca deste material ou outra reivindicação, baseava-se no bom relacionamento dos moradores com a Eletrosul. Alguns moradores que reclamaram tiveram atendidas suas reivindicações, como podemos ver nos dois depoimentos a seguir:

*"As janelas eram podres, depois recebemos nova. O piso, as lajotas começaram a cair, daí recebemos outras. O marido conversava com o pessoal da Eletrosul daí eles iam ver."*

*"Reclamei de um muro que tava na frente e a Eletrosul não gostou, porque eles não faziam terraplenagem. Eu fui reclamar e eles acham que eu não tinha direito de reclamar. Eles te chamam para fazer uma lista do que está faltando na casa. Daí eles queriam que eu assinasse duas coisas que faltava e ficasse por isso, não poderia mais reclamar."*

A auto-relocação aparece para alguns moradores como a solução para este impasse, como observa um integrante da Comissão de Relocação:

*"(a auto-relocação) tem sido melhor, bem melhor, porque na permuta não era permitido que se fizesse isso (mudança da qualidade do material) e também não era permitido a participação do proprietário durante a construção, se ele chegasse e dissesse 'essa porta aqui vamos mudar para cá', não podia. Ele recebia a casa naquelas condições e se tinha que fazer alguma modificação tinha que fazer depois. Então a auto-relocação contentou mais aqueles que tinham condições e interesse de melhorar o padrão da casa que eles tinham".*

Para outros moradores a auto-relocação não resolveu todos os problemas. O principal deles refere-se ao valor pago pela moradia. Comenta-se que os atuais valores são insuficientes para começar as obras. Neste sentido, no início de 1993, alguns moradores entraram na justiça para fazer com que a Eletrosul lhes pagasse um bônus de despesas indiretas (BDI), bônus este pago, anteriormente, para as firmas empreiteiras. O BDI corresponde a 10% da mão de obra e 5% do material empregado.

A relocação por permuta total ou auto-relocação é restrita aos moradores do perímetro urbano e com residência fixa até o ano de 1983. Os que construíram após 1983, têm direito

somente à indenização do que foi construído. Para os inquilinos residenciais existe a proposta de compra a preço do custo de terrenos na cidade nova.

O comércio e indústria entraram no mesmo processo de relocação. Para os inquilinos comerciais e prestação de serviços, foi projetado uma galeria comercial, cujo projeto foi desenvolvido pela Eletrosul. Foram convocados os inquilinos e apresentada a proposta, conforme a qual eles poderiam adquirir, ou alugar o espaço, num prazo máximo de dois anos, quando então teriam que comprá-lo. O preço dos imóveis e dos aluguéis no início foi alto, levando à formação de contra-proposta e reuniões dos inquilinos com a Prefeitura. No início de 1993, muitas salas do centro comercial já estão ocupadas e seus proprietários terão de nove a dez anos para pagá-las, com um ano de carência.

#### **4.5 - A negociação com a periferia**

Dentro deste projeto, duas vilas não foram contempladas com permuta da casa, mas sim com a indenização. No primeiro caso, trata-se dos moradores da "Vila Januário", ocupantes de casebres, localizados na rua que dá acesso à balsa no Rio Uruguai (anexo 2). São casas ocupadas por trabalhadores temporários, de extrema pobreza. Conhecida como a "favelinha" de Itá, no início de 1993, não havia mais de dez casas nesta vila.

O segundo caso é a Vila Jandira, que fica nas proximidades do centro de Itá. Residem nela 23 famílias, que trabalham na Prefeitura, na serralharia e nas marcenarias e também em firmas que prestam serviços à Eletrosul, estando portanto, com sua subsistência ligada à cidade. Há alguns casos em que alguns membros das famílias trabalham como peões para os agricultores, em determinadas épocas do ano.

Esta vila foi sendo formada aos poucos, com pessoas vindas do interior do município e uns poucos casos de pessoas que se fixaram após 1983, vindas de outras localidades. A existência desta vila está ligada à sede de Itá, tanto economicamente como socialmente.

Considerada como periferia pelos moradores da sede, a Vila Jandira teve sua situação contemplada no plano de mudança, mas encontrou dificuldades para ver resolvido seu problema. Primeiro por não fazer parte do perímetro urbano e ser considerada área sub-urbana,

segundo por não ser completamente alagada.

Mesmo estando na pauta do plano de mudança, conforme moradores desta vila, o assunto não fazia parte das discussões, pois: "a Comissão não colocava em discussão".

Em fins de 1990, a CRAB e Igreja começam a atuar nesta vila, fazendo reuniões e tentando negociar com a Eletrosul. Contactando com pessoas chaves na vila entre elas um comerciante que foi agilizando a organização do pessoal. Segundo informações a participação da CRAB foi importante:

*"A maior briga foi com ajuda da CRAB. Participamos do movimento, fazendo pressão. Os da cidade pouco se envolveram, como se fosse jaula. Tivemos que brigar direto com a Eletrosul".*

Para as reuniões, o pessoal era convidado de casa em casa, forma informal e eficaz de mobilização, como informou um dos líderes:

*"Para as reuniões, nós vamos de casa em casa avisar. (...) Aos poucos passou toda a vila (a participar do) no movimento".*

Após muitas reuniões com a Eletrosul, a Prefeitura e com a Comissão, definiu-se que as negociações das casas seriam feitas em duas etapas. Primeiro os moradores residentes até 1983, perfazendo um total de 12 famílias. Os demais (11 famílias) seriam indenizados na segunda etapa. Os moradores da Vila Jandira reivindicavam nestas reuniões para que tivessem os mesmos direitos que os moradores da sede tiveram, não sendo discriminados na negociação.

Destas 23 famílias algumas optaram por reassentamento em áreas agrícolas e outras optaram pelo realocação na cidade nova.

O terreno onde se localiza a vila Jandira, foi doado por seu proprietário para a Prefeitura, sob a condição de que a mesma cedesse uma área de terra, na nova cidade, para a relocação da Vila. Desta forma possibilitou o reassentamento desta população, à medida que tirou-lhes da posição de posseiros e propiciou a oportunidade de serem proprietários. Este fato rendeu ao antigo proprietário uma imagem de benfeitor perante a população.

Estes moradores terão suas casas indenizadas e poderão levar o material que quiserem, ou até mesmo mudar a casa (se esta for de madeira). O pagamento será feito em duas parcelas, a primeira no fechamento do negócio e a segunda, quando a casa estiver desmontada. Os que possuem casa de alvenaria têm 120 dias para se mudarem e os que possuem casa de madeira,

90 dias, a contar do dia em que recebam a primeira parcela da indenização.

Presenciamos a entrega da primeira parcela, para um morador. Este possuía uma casa de material que havia terminado depois de 1983. Um misto de felicidade e alívio transparecia no seu rosto. Como se não acreditasse no cheque em sua mão, resultado da organização da própria população. Após dez anos de luta, em suas palavras a "*negociata foi sofrimento grande*" (líder da vila).

Mesmo assim, a luta não terminou. Estavam reivindicando, quando de nosso trabalho de campo (1992), junto à Prefeitura, terraplenagem, abertura de ruas e ajuda para transportar as casas e o material reutilizável.

Além desta vila cuja situação está sendo resolvida agora, está se desenvolvendo um projeto de casas populares, a serem feitas com o material reaproveitável das casas da velha Itá. Este projeto deve contemplar os moradores da vila Januário, alguns inquilinos e outros, como algumas famílias que ocuparam as casas desocupadas na Velha Itá.

Na negociação com a periferia, transparece uma certa discriminação social em relação aos moradores que trabalham na cidade, freqüentam a mesma escola e a mesma igreja, mas não são considerados como pertencentes à sede do município. Este aspecto vai além da definição física de perímetro urbano pois envolve questões econômicas e de formação de grupos.

Esta visão, de certa forma preconceituosa, se reflete no processo de negociação. Inicialmente a vila Jandira não possuía representante na Comissão Pró-Relocação e seu problema foi sendo postergado. O primeiro ponto de apoio que estes moradores conseguiram para sua luta foi, como já dissemos, junto à CRAB.

Este plano de mudança, foi sendo construído aos poucos e, à medida que situações não previstas ocorriam, eram tomadas medidas para adequá-las. Como vimos várias mudanças foram realizadas no plano de relocação.

## 5 - NOVA ITÁ: PERCEBENDO O NOVO ESPAÇO

A nova cidade aparece para os moradores de Itá, como símbolo de "progresso", com todo o sistema de infra-estrutura básica, esgoto, água encanada e asfalto nas ruas. Enfim uma cidade planejada.

Este aspecto é importante na aceitação e percepção positiva da construção da barragem. Ao mesmo tempo, as críticas e contrastes observados pelos moradores, na nova cidade, levam-nos a observar que esta aceitação tem vários nuances, pelos quais os moradores desenvolvem uma perspectiva crítica em relação ao trabalho da Eletrosul. É esta perspectiva que procuraremos analisar neste capítulo.

O discurso sobre o progresso, como já foi dito, é freqüente entre os moradores. O desafio na nova cidade é aliar o "progresso" à reprodução do espaço social e seus significados. Reproduzir, em suma, as redes de sociabilidade. Neste sentido, há outros discursos sobre a cidade, o desejo de manter os laços de vizinhança e de se reproduzir os aspectos significativos do antigo espaço social, é significativo para os habitantes. Este desafio constitui para os moradores parte do seu prisma de percepção da nova cidade.

A percepção da nova cidade é múltipla e envolve uma série de aspectos que parecem, inicialmente, contraditórios. Nesta percepção o sonho de progresso é forte.

Os prós e contras da nova cidade são assunto permanente entre os moradores. Para a grande maioria a Nova Itá "significa progresso, vida nova" (O Jornal, 13/12/1986).

Estes símbolos estão presentes nos discursos sobre a nova cidade como uma

compensação. A utopia do progresso permanece, mas outros aspectos em relação as construções, moradias e sobre a cidade aparecem nos discursos. Sonhos e utopias se diversificam e se alteram quando a nova cidade começa a sair do papel.

Construir uma nova cidade, além do desenho e do projeto material, implica na construção de um novo espaço social. Neste contexto sonhos, projetos, interesses políticos/econômicos, concepções de mundo e de viver se entrelaçam, sendo muitas vezes conflitantes. O novo, o desejo de se mudar e de progresso contrasta com a perda do modo de vida tradicional e com a perda do espaço social anterior consolidado. A Nova Itá, construída aos poucos, representa no seu estilo um pouco destas lutas e destes sonhos, criando uma nova identidade e um novo espaço social.

Os moradores de Itá, foram cercados por diversas informações de como seria a nova cidade, da infra-estrutura que teriam e das possibilidades de uma nova casa, planejada por arquitetos e engenheiros. Estes seriam portadores de um saber técnico que os moradores, na época em que construíram suas casas, não tiveram acesso, seja por não sentir necessidade, ou por condições econômicas.

Estes aspectos levam à criação de modelos de cidade e de moradia, fruto de suas percepções do que seja uma cidade e do que seja moradia, conjugadas com os sonhos e expectativas de uma vida melhor. Estes sonhos em determinados aspectos contrastam com o realizado, quando a cidade com suas ruas, moradias e usos planejados pelos técnicos, começam a sair do papel e são construídas.

Este capítulo pretende mostrar estas várias facetas da construção da Nova Itá e de um novo espaço social. A percepção que os moradores construíram da cidade e as diversas lógicas envolvidas na construção das novas moradias. A significação da casa e do morar para os Itaenses e a observação dos significados e re-interpretações da nova cidade.

## **5.1 - Percebendo a nova cidade**

### **5.1.1. - Uma nova cidade um novo estilo**

A Nova Itá foi projetada para ser uma cidade modelo. Houve por parte dos arquitetos uma preocupação com o aspecto cultural dos futuros moradores. Manter a cultura arquitetônica do local e, simultaneamente, jogar com alguns traços da arquitetura moderna,

criando assim um estilo próprio para a nova cidade, foi o objetivo dos arquitetos da Eletrosul.

Tendo em vista estes objetivos, realizou-se uma pesquisa em Itá e nas cidades vizinhas, procurando resgatar a história arquitetônica do local, escolhendo-se como parâmetro algumas casas mais antigas, construídas ainda pelos pioneiros.

Ao planejar a nova cidade, os técnicos buscaram nos órgãos públicos e moradias, a valorização de alguns detalhes como os arcos nas janelas, tijolo à vista e as formas arredondadas, com telhados altos (ver anexo 1). Tais detalhes contribuíram para a criação de um estereótipo novo, resgatado de um estilo arquitetônico dos pioneiros<sup>13</sup>.

Estas características levaram a uma homogeneização da nova cidade. Pois "construir casas a partir do estilo dos pioneiros da cidade, significa negar todas as transformações e diversidades que traduz o que é uma cidade e como ela foi construída, ou seja, de forma espontânea" (Batistela, 1989; 36).

O estilo arquitetônico de uma cidade é formado ao longo dos tempos. Cada nova geração deixa suas marcas registradas nas mudanças ou nas novas construções que realizam, com isto temos não um único estilo, mas vários que formam o tipo arquitetônico da cidade.

Estas mudanças fruto de uma luta simbólica, de cada geração para formar seu presente, sua identidade, deixam, na maioria das vezes, o reflexo desta "luta simbólica" nas moradias. Neste sentido observa-se que o próprio fazer arquitetônico é fruto da relação do novo com o existente, com o tradicional, trata-se de uma re-interpretação. A cidade se caracteriza por sua diversidade, cada nova casa construída ou reformada é uma projeção do morador, de sua cultura e do estilo de sua época.

A diversidade de estilos e de usos é o que caracteriza uma cidade que foi crescendo aos poucos, sem a interferência de um planejamento urbano mais rigoroso.

Para Santos e Vogel a pluridiversidade de estilos "remetem a um sistema de signo que fala de status, afiliações religiosas, identidade étnicas, situações econômicas" (1981; 47). Signos estes incorporados a cada geração resultando num estilo próprio e plural, numa condensação tempo/espço.

A velha Itá reflete estes aspectos no seu estilo, na forma de ocupação do espaço, na

---

13 - O estilo arquitetônico oriundo dos pioneiros, já não era mais característica marcante da velha Itá, sendo de certo modo até estranho aos olhos de seus moradores.

relação que desenvolve com o espaço geográfico, na maneira como construiu seu espaço social e os significados construídos. Isto faz parte de sua própria construção enquanto comunidade, na forma como individualiza-se e diferencia-se, construindo e reelaborando constantemente sua identidade.

A região onde se situa Itá, ocupada inicialmente por grupos indígenas e caboclos, fez parte do projeto colonizador do Oeste Catarinense. A companhia colonizadora dividiu a terra em chácaras e lotes e fez uma planta inicial da futura localidade, para onde se dirigiram colonos italianos e alemães. Este traçado original foi sendo modificado, pois Itá foi crescendo aos poucos e fazendo seu próprio traçado, que tem a ver com as diversas atividades desenvolvidas, bem como com os significados e relações criadas.

Resgatar o estilo de uma cidade, implica em um resgate histórico, entendido não como uma seqüência de anos onde isolamos traços de épocas determinadas, principalmente, os que remontam aos tempos mais longínquos, levando a uma percepção estática de história. Mas perceber o estilo como a conjugação do presente com o passado, entendendo-o em toda sua multiplicidade. Pois, as cidades, como trabalham Santos e Vogel "São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis" (1981; 7).

Estes aspectos se sobressaem na percepção que os moradores de Itá desenvolvem sobre seu espaço. Eles têm uma percepção de si, de sua cidade e idealizam a cidade futura, idealizando também a imagem que querem passar aos outros.

Ao idealizar uma cidade, o morador idealiza seu futuro. Da mesma forma que os primeiros colonos de Itá, os atuais moradores idealizaram uma nova cidade e uma perspectiva de futuro.

A percepção deste novo espaço, tem a ver com a cultura dos moradores, com as idealizações de uma nova cidade, bem como com os usos e relações (trabalho, vizinhança, família, entre outros) a serem re-construídas, e observadas com maiores detalhes na nova cidade, à medida que os moradores da velha Itá vão sendo transferidos.

Mesmo considerado como um estilo bonito, para a maioria da população, independente



da idade, profissão, gênero e mobilidade dentro da localidade, este estilo não tem nada a ver com a "Velha Itá", com a "sua" cidade. Questionando, assim, a forma como os arquitetos perceberam a "sua cidade":

*"Eles pesquisaram a cultura da cidade. O estilo é diferente, que não se identifica mesmo com a cidade (...) Se você olha as casas (na cidade nova), você vai dizer que não tem nada a ver com as daqui." (comerciante).*

*"O mais incrível nisso aí, é que se definiu que as casas procurariam ficar dentro de um novo estilo, mas que ficariam o mais aproximado possível das casas que existiam na cidade velha. Só que os arquitetos da Eletrosul, conseguiram fazer uma coisa totalmente diferente daquilo que estava lá embaixo. Daquilo que era o acordo com eles. Eles fizeram um projetinho com tijolo à vista. Os arquitetos são mais ou menos um pessoal novo, recém-formado, vieram com aquelas idéias deles da faculdade, para pôr em prática aqui" (cf. liderança da comunidade).*

A velha cidade, "sua cidade" é percebida e vivenciada na diversidade que lhe é própria, integrando as modificações ocorridas ao longo do tempo. São detalhes, às vezes pequenos, que podem passar despercebidos ao planejador, na sua vontade de construir algo belo, ao mesmo tempo tentando respeitar a cultura local. Para alguns moradores, este estilo da cidade não correspondeu com a sua idealização da Nova Itá e do que deveria ser uma cidade.

A idéia de progresso faz parte do imaginário local; progresso tem a ver com crescimento da cidade. A percepção de cidade, neste caso, condiz com as imagens de "cidade grande", ou seja, um conglomerado vertical. Como demonstram os depoimentos de alguns moradores sobre o estilo da prefeitura e da cidade:

*"O estilo é bem diferente para o nosso gosto, não gostei da prefeitura. Eu sempre fui da idéia de prédio com bastante vidro. Aqui fizeram um estilo colonial, não dá vista na cidade" (comerciante).*

*"Eu até não sou muito a favor deste estilo, sou a favor de coisa diferente, tipo prédio de cidade, ser um prédio liso, reboco reto, pintura bem feita, que não seja de tijolo à vista" (comerciante).*

Neste caso, o estilo da cidade acabou identificando a Nova Itá como uma cidade pequena, cidade do interior, em contraste com o sonho de cidade grande com as projeções feitas, através do qual se explica o grande empenho por parte de alguns moradores na defesa

do revestimento asfáltico, conferindo à localidade "ares de cidade".

Na escolha do estilo dos prédios públicos, fachadas, cores etc, a população de Itá não teve grande participação. O projeto inicial e as maquetes eram apresentadas à Comissão e ao executivo municipal e estes, em alguns casos, levavam ao conhecimento da população para legitimá-los.

O grau de satisfação com o estilo da nova cidade correlaciona-se também com a possibilidade de participação e intervenção no projeto. Em síntese, parece que a cidade não atendeu plenamente às expectativas dos moradores, pois não conservou o estilo anterior e muito menos correspondeu à perspectiva de cidade grande.

Porém muitas lideranças locais, mesmo observando a não semelhança com a cultura da atual cidade, legitimam este "novo" estilo, que propicia a criação de uma nova identidade arquitetônica, legitimando assim sua atuação:

*"Se a nova cidade não saiu do jeito que queríamos. Eu acho que nós não íamos nos opor para mudar, porque nós agora temos uma arquitetura própria, que não tem ligação com as origens germânica ou com a Europa. Foi feito uma arquitetura própria para Itá. Criada pelos engenheiros que merecem elogios. Embora que muitos espaços que eles criaram, preparam a casa para enfeitar, enfeitar para o habitante, e que não interessa muito porque é uma área não aproveitada, serve apenas para enfeite da residência. Mas isso caracterizou a cidade, trouxe uma arquitetura diferente daquilo que nós pensava."(cf. liderança local).*

### 5.1.2 - Proximidade/distância

A primeira diferença entre a "velha Itá" e a "nova Itá" é a dimensão espacial/geográfica. A velha Itá situada num vale, configurou-se em um espaço social baseado na proximidade e na superposição de atividades, assim ocorrendo uma proximidade da residência, com trabalho, comércio, setor administrativo, financeiro e religioso. Praticamente toda a vida da cidade ocorria nas duas ruas centrais (Rua do Comércio e Rua da Independência). Era ali que se situava o comércio, o posto rodoviário, os bancos, o bar, o clube, o sindicato rural<sup>14</sup>. Outros espaços comuns ao grupo como Igreja, prefeitura e salão comunitário localizavam-se no

14 - O Sindicato mudou-se a pouco tempo para uma rua lateral, antigo seminário, ao lado da igreja. Sua nova sede já está pronta, e estão fazendo as mudanças aos poucos, pois muitos serviços como banco e comércio ainda não foram totalmente transferidos.

quarteirão próximo.

Esta multiplicidade de atividades e usos do espaço, a moradia, o trabalho, o lazer e o espiritual entre outros, facilitam e permitem uma maior proximidade e o aumento das possibilidades de encontro face á face e de "troca reiterada" (Santos; Vogel, 1981; 85), importante para a formação de sua própria identidade, e estabelecendo formas de convivência.

Como demonstram Santos e Vogel:

*"A articulação de residências, negócios, locais de trabalho, serviços, estabelecimentos de culto e lazer, promove o encontro sistemático das pessoas e dos grupos em função da maneira pela qual partilham, numa configuração espacial precisa, a multiplicidade de meios que viabilizam a vida cotidiana"(1981; 85).*

Como por exemplo a ocupação da calçada pelos moradores. A calçada situa-se no limiar da rua com a residência, que além de servir como via de fluxo para pedestres, serve também como ponto de encontro entre as pessoas. Nos finais de tarde, após o horário de trabalho era ali que os homens se encontravam. Formavam grupos para conversas na calçada, perto do clube ou do bar, a conversa girando em torno de "assuntos masculinos", política, futebol e mulher, entre outros. Este espaço não era usado, normalmente, pelas mulheres, à medida que elas se limitavam à varanda ou à calçada na frente da casa.

A Nova Itá, por sua vez possui, uma forma alongada, aproximadamente 3.500 metros de comprimento. A definição do traçado das ruas, a localização dos prédios públicos (igreja, escola, prefeitura, bancos etc), e a definição das áreas residenciais e comerciais, foi feita pela equipe técnica da Eletrosul, seguindo as especificações topográficas do novo local. Como já pode-se observar (figura 9 - capítulo 4), na Nova Itá as áreas correlacionadas com as atividades estão bem demarcadas. Temos uma área administrativa e comercial, localizada mais ou menos no centro, que é a parte mais estreita, e três áreas residenciais em partes mais planas e largas, distribuídas em locais diferentes e distantes, apresentando ~~assim~~ um planejamento social diferente da cidade velha.

A nova forma espacial da cidade, alongada em contraste com a "velha Itá" provocará toda uma rearticulação das redes de vizinhança e fluxos de informação na localidade.

Esta nova configuração vem sendo percebida de diversas formas pelos moradores. Para muitos o local da nova cidade não é adequado. Neste sentido, há dois aspectos a serem

analisados. O primeiro é sobre a percepção desta nova organização dos "usos" pré-destinados às atividades. O segundo é a perspectiva de proximidade e distância na nova cidade e sua influência na mudança de hábitos e de relacionamentos.

a) A percepção do planejamento

Na definição dos usos e escolhas dos lotes, observamos pelo critério de escolha, estabelecido pela Empresa de acordo com a Prefeitura e a Comissão, que a ênfase dada foi primeiro aos lotes destinados a órgãos públicos, depois aos comerciais e finalmente aos residenciais.

A impossibilidade de criar a antiga estrutura e proximidade das residências e lotes em relação ao novo centro gerou controvérsias. Muitos se sentiram preteridos, pois ao seu ver ficaram à margem nesta nova disposição espacial, como podemos observar nos depoimentos seguintes:

*"O canteiro (triângulo) é meu, eu que cedi. Já partiu errado, partiram para o setor comercial, então os seguintes. Para o comércio um ponto como tenho aqui não vou ter mais, eu não fui o primeiro a escolher, fui o quinto (comerciante).*

*"O certo era de começar a escolha do terreno do centro de Itá e depois para fora. Na escolha dos lotes muita gente que não era do centro ficou no centro. Aqui tenho dois lotes tudo junto e lá na nova cidade, tenho dois separados".*

Ter uma cidade planejada, com áreas de comércio, residência e indústria bem demarcadas e definidas, apresenta-se num primeiro momento de forma atrativa aos moradores.

Pois:

*"Acho que foi construído tudo mais organizado. Eu acho que eles fizeram de acordo com um monte de estudos porque no centro tá só o comércio" (morador de Itá).*

Por outro lado, após a mudança para a nova cidade, os moradores observam a necessidade de expansão da área comercial, como relata um morador:

*"A principio seria bom, porque todo o comércio tá ali. Agora precisaria que cada um expandisse o centro de comércio. Assim, tem bastante dificuldade, não dá para sair de um canto da cidade e ir para outro".*

Vários moradores contestam este planejamento feito pela Empresa, comparando-a muito com a antiga cidade. Isto se observou muito nas entrevistas de 1989, quando grande parte da população ainda estava na cidade velha, enquanto a cidade nova era ainda um canteiro de obras, com poucos moradores.

*"Ficou parecida com uma lomba de cavalo. Ficou três bairros. Está muito distanciado". (comerciante).*

*"Isso é que a gente vai estranhar, o comércio tá todo no centro e a minha casa vai ficar longe. Agora vai mudar os costumes da gente, que vamos ter que fazer rancho<sup>15</sup>".*

*"O que mais sinto é que a padaria ficava perto da minha casa".*

Para estes, o importante seria uma maior proximidade das residências entre si e do comércio. A percepção da nova cidade é feita constantemente comparando-a com a antiga, os aspectos valorizados na "velha cidade" são reprojatados e almeçados na "nova":

*"As casas (na cidade nova) ficam mais separadas não ficou muito bom assim. Se fosse mais junto era melhor. Tudo junto, o comércio, o vizinho junto, o hospital era mais perto, agora vai, sei lá onde vai ficar" (Morador velha cidade 1989).*

*"Lá em cima tem o centro no meio e o resto nos lado. Não vejo como uma coisa boa, muito distanciada".*

Na concretização da nova cidade, ocorre disputa entre os vários interesses, transparecem as várias concepções de vida e de cidade que orientam as partes envolvidas. Em alguns momentos isto aparece bem claramente, como foi o caso da definição do tipo de revestimento para as ruas da cidade. O próprio tamanho das ruas também foi centro de disputa pois na visão dos administradores locais deveriam ser mais largas. Esta disputa foi norteadada pela expectativa de crescimento para a cidade.

#### b) As distâncias na nova cidade

Estar perto ou longe dos centros vitais da localidade, é importante na delimitação e identificação dos grupos, na configuração de uma comunidade e no estar integrado a esta. Como salienta uma liderança local:

---

15 - Rancho é o hábito de fazer todas as compras uma única vez ao mês.

*"A forma alongada da cidade não traz nenhum aspecto positivo. Ela traz alguns aspectos negativos para a comunidade porque, como Itá antigo era mais largo, plano, todo mundo tinha maior proximidade do centro, de seu local de trabalho. Aqui hoje as reclamações são do tipo 'pô eu vou morar lá do outro lado, dá 3.500 metros para onde eu vou trabalhar, quem é que vai me pagar o ônibus?' A prefeitura vai por ônibus circular e cada um vai pagar sua passagem. A prefeitura não pode pagar, daí eles dizem 'é mas aqui embaixo não precisava gastar esse dinheiro'(cf. liderança local).*

As distâncias a serem percorridas na nova cidade é o segundo aspecto de comparação com a "velha cidade". Este momento está bem delineado nas entrevistas coletadas em 1989 e depois em 1993, quando grande parte da população já estava na Nova Itá. Já havia, em 1989, a perspectiva de mudança dos hábitos e da rede social da Velha Itá, em função da disposição espacial da Nova Itá:

*"Vai ficar meio separado, acho que talvez vai modificar".*

A forma alongada da cidade é vista como uma das maiores dificuldades, mas que aos poucos vai fazendo parte do cotidiano, como relata uma moradora:

*"A forma alongada é ruim. Mas já me acostumei, não estranho mais".*

Os discursos sobre a forma alongada da cidade e as distâncias a serem percorridas, variam conforme a situação econômica da família e a faixa etária dos indivíduos. Para alguns a distância, no sentido de espaço físico, é irrelevante, porque eles gostam de caminhar, ou por que o exercício físico é bom.

Por outro lado, o ônibus funciona como um amenizador desta distância. Atualmente há o serviço de uma circular que faz a ligação das duas cidades, servindo também como ligação dentro da nova cidade. Até o momento este serviço é custeado pela Eletrosul e os moradores não pagam nada pelo serviço, não sentindo, portanto, o peso de mais esta despesa dentro do orçamento doméstico. O ônibus também funciona como espaço de encontro da comunidade. Muitas pessoas residem na cidade nova e tem seu trabalho na cidade velha e vice versa. O tempo gasto na locomoção representa um tempo para encontrar os amigos e conversar. Muitas informações são compartilhadas neste trajeto.

### 5.1.3 - Rede de Vizinhança

Na velha Itá, as relações de parentesco e vizinhança eram muito fortes. A rede de vizinhança, de ajuda mútua, baseada no parentesco, na proximidade das moradias e frequência dos encontros sociais facilitada pelo aspecto centralizador da velha cidade, tende a sofrer modificações na Nova Itá.

A forma longitudinal da cidade e a distância entre as residências, foi em alguns momentos, interpretada de uma forma bem humorística pela população, quando a nova cidade só existia na maquete e no imaginário desta e dos técnicos da empresa:

*"Eu pensava que com a cidade tão comprida, para visitar um amigo teria que avisar antes. Dando risada, nós dizia que íamos colocar um pano vermelho na janela quando era para tomar mate -com as vizinhas-" (moradora de Itá, 1989).*

Essas modificações na rede de relação e interação social já eram vislumbradas pelos moradores em 1989. Para muitos haveria uma quebra das relações de vizinhança:

*"Os vizinhos agora vão ficar um de cada lado. Meus vizinhos fica a maioria ali perto, mas os colegas estão mais longe" (morador Velha Itá, 1989).*

O vizinho, seja ele parente ou não, representa, por um lado, um ponto de apoio à unidade familiar, é a quem se recorre quando se necessita de algo, estabelecendo uma relação de troca de favores. É também através da vizinhança, que se desenvolve toda uma rede de comunicação e influência informal. Obviamente não esquecendo o papel da vizinhança na formação do controle social.

Na nova cidade alguns conseguiram escolher seus terrenos próximos de vizinhos ou de parentes. A transferência é feita aos poucos, muito lentamente, à medida em que as casas vão ficando prontas, a Empresa vai forçando a mudança. Em 1989, foi mudado a escola e a prefeitura, para forçar a ida das pessoas para a nova cidade. Neste contexto os primeiros a se mudarem enfrentaram muitos problemas como a falta de comércio, farmácias e a falta de vizinhos.

Estes "pioneiros", como foram chamados, comentam sobre a ruptura que foi no seu cotidiano a mudança, o sentir-se isolado, a falta de vizinhos e a conseqüente quebra das relações com os outros. Este depoimento de um senhor, de uma das primeira famílias a se

instalarem na cidade nova, expressa uma forte carga emotiva:

*"Aqui só tem um vizinho que chega às 6 horas e volta às 8 horas. Eu a noite jogava carteadado, agora acabou. Jogar com quem? O convívio aqui é zero, não vão ser os mesmos vizinhos".*

Com isto podemos perceber a importância das relações de vizinhança, a nível de integração na comunidade e de informação. Por outro lado, a mudança para a nova cidade e a formação de uma outra rede de vizinhança, trouxe dificuldades na própria estruturação das atividades cotidianas, pois como relata um morador em 1989, que estava adiando sua transferência para a cidade nova, devido à troca de vizinhos:

*"Eu tenho problemas, não tenho empregada, e onde vou deixar as crianças. Aqui elas ficam comigo ou com a vizinha, lá eu não tenho vizinhos".*

Neste sentido alguns moradores, optaram por adiar tanto quanto possível sua transferência, esperando ou pelo vizinho, ou pela transferência do comércio, escolas e outros equipamentos comunitários.

Todos esses problemas refletem a forma lenta como foi ocorrendo a mudança da cidade com a transferência, aos poucos, das residências e em fins de 1992 começou-se a transferência do comércio.

A perspectiva de adaptação e de formação de uma nova rede de vizinhança é a alternativa, aceita como algo inevitável.

*"Os vizinhos de um lado e de outro não vão ser os mesmos. A gente vai sentir falta, mas vai se adaptar" (Morador cidade velha).*

Interessante observar que, se os mais velhos sentem muito mais a quebra dos laços de vizinhança, os mais jovens vêem esta mudança e a não proximidade das casas, como um símbolo de liberdade e de não controle. As dificuldades iniciais, relativas à topografia e mudanças, e à lentidão para se reestruturar a rede de interação, permitiriam aos jovens uma maior liberdade, longe dos olhares inquisidores dos mais velhos.

Em meados de 1993 grande parte das famílias já foram transferidas, alguns vizinhos permaneceram os mesmos, outros mudaram totalmente. Alguns moradores já se acostumaram



com as distâncias a serem percorridas e com o distanciamento dos vizinhos.

## **5.2 - Percebendo a nova moradia**

A antiga moradia é o centro a partir do qual os moradores refletem sobre a nova casa e seu espaço imediato (quintal, jardim). Na maioria dos casos, tem-se a tentativa de reconstruir no novo espaço os mesmos significados do anterior.

Em uma casa, além do valor econômico e material, há todo um aspecto simbólico, construído pelos seus usuários os quais, às vezes, parecem não ser dotados de nenhuma lógica "racional". Estes aspectos aparecem no momento de se projetar uma nova casa. Neste momento visões de mundo e de morar, dos técnicos responsáveis pelos projetos e dos moradores, futuros usuários, aparecem e se delineiam.

### **5.2.1. - A nova casa**

Em 1989, quando foi feita a primeira parte da pesquisa, havia poucos moradores na nova cidade e somente 60% do projeto construído ou iniciado. Muitos moradores viviam na expectativa de mudar para a nova casa, em parte devido aos vazios criados pelas demolições e também devido à presença de pessoas estranhas a localidade, residindo na velha Itá.

Nesta época, muitos moradores viviam a demora na definição de seus projetos e na construção de sua moradia. Houve casas que levaram mais de quatro anos para serem construídas, após a definição do projeto. Toda esta questão temporal foi também significativa na percepção que os moradores desenvolveram sobre sua nova moradia. Esta percepção se concretiza no cotidiano, após a mudança.

Para parte da população os problemas durante a construção das moradias foram muitos, desde problemas com a continuidade e término das obras, até problemas econômicos e dificuldades de relacionamento com a Empresa. Este foi um período de extrema ansiedade e angústia para esta população que sabia que tinha que se mudar, mas não via definição das novas moradias, como relata uma moradora:

*"Eu vinha aqui (...) A Eletrosul prometeu que dava a chave e era eu chegar e já podia tomar o chimarrão. A casa não ficou pronta e tive que terminar. Durante a construção não vinha ver, não gostava dela. Falava com o motorista, ia chorando para casa (dizia) 'pura bucha'" (moradora).*

Num primeiro momento o morar numa casa nova de alvenaria, exerceu uma atração muito forte entre os moradores. Ao falarem sobre os aspectos positivos da construção da barragem é sempre salientada a casa de alvenaria. Para elas, o morar numa casa nova e de alvenaria proporcionava ganhos econômicos e simbólicos, em relação ao status que isso representa:

*"Economicamente ( em relação á casa) todos os moradores saíram ganhando".*

Os mais jovens por sua vez, sentem a atração pelo novo, pelo diferente, onde o estilo da casa, a novidade a ser descoberta faz:

*"A gente esquece até as raízes" (estudante, morador cidade nova 83).*

*"Casa bonita que melhor não precisa".*

Para outros moradores, a linguagem visual da casa é valorizada, mas outros fatores, como os usos deste espaço, os significados atribuídos a cada cômodo da casa antiga e as possibilidades de reproduzi-los na nova casa também são importantes:

*"E para acertar isso com os técnicos não foi fácil. Eles tentam fazer as coisas bonitas por fora e pouco cômodas. Para minha casa eles fizeram sete projetos, o oitavo eu aceitei. Eu disse vocês estão fazendo o projeto mas quem vai morar nela sou eu" (professor).*

*"Eles queriam um tipo de projeto para minha casa, que nós não aceitávamos. Tinham levado um estilo que parecia um paiol de por milho com varanda. Não aceitamos"<sup>16</sup>.*

Neste contexto, os aspectos de tamanho dos cômodos e da casa são salientados e tornam-se fontes de conflito entre os técnicos e moradores. Muitos fizeram vários projetos, até aceitarem um que mais se aproximasse do seu desejo, ou aceitavam por já estarem cansados.

---

16 - Este morador mesmo depois de pronta sua casa, fez várias modificações, aumentou cozinha, área de serviço e outras pequenas modificações.

Ao analisarmos a percepção dos moradores com relação a sua moradia, observa-se que na construção das casas, na definição dos ambientes e seus usos, aparece nitidamente a contraposição de duas lógicas, de dois saberes. A lógica dos engenheiros e arquitetos, portadores de um saber técnico e pensando, principalmente, na casa como objeto funcional. E a lógica dos moradores, embasadas num cotidiano e numa determinada forma de articular as diversas atividades na casa, bem como os significados atribuídos a este espaço, definidos culturalmente.

O desconhecimento e a não familiaridade com plantas de engenharia dificultou aos moradores o acompanhamento do projeto em si. Neste sentido, na confecção dos projetos, muitos moradores estavam em desvantagem, a prefeitura não tinha, na época, um engenheiro ou arquiteto para assessorar os trabalhos, tirar as dúvidas dos moradores e auxiliar na interpretação dos projetos de uma casa. Como demonstra o depoimento de uma liderança:

*"Se (os engenheiros) diziam que teria 4 x 2 metros o quarto, aí eu dizia tá bom. Olhava a fachada da casa tava bonita. Só que no construir o quarto, quando ele tava ficando pronto, via que 4 x 2 metros era pequeno. Então o que houve é que o pessoal mais antigo, não sabe interpretar uma planta de uma casa. Então o arquiteto diz isso aí, isso lá e claro quando a coisa começa ficar pronta, o pessoal diz, não era isso que queria"(cf. prefeito).*

Somente quando a casa começava a sair do papel que os futuros moradores tinham a percepção do seu tamanho real, mas aí já era tarde, pois pelos critérios de permuta depois de definido o projeto o morador não poderia opinar ou mudar nenhum aspecto. Isto gerou problemas e reclamações por parte dos moradores<sup>17</sup>.

Alguns moradores tinham claro qual deveria ser o papel dos engenheiro. Estes deveriam levar em conta os costumes do local, os significados que os usuários atribuíam à moradia e seus cômodos:

*"Os engenheiros deviam ver os costumes do povo. Se não tem uma casa que não é do teu gosto, você não tem prazer de ficar nela. Eu nunca gostei de coisa só para bonito, mas para usar" (Aposentado).*

---

17 - Em fins de 1990 e 1991, definiu-se que os moradores com direito à permuta da casa, se está ainda não estivesse pronta, poderiam optar pela auto relocação. Onde o proprietário assumia a responsabilidade pela execução de sua residência, que será permutada pela antiga. Resolvendo em parte estes problemas e permitindo uma maior participação do morador na realização de sua residência.

E neste sentido se mostram muito críticos à ação da Empresa e dos engenheiros na construção das moradias, como expressa esse morador:

*"A Eletrosul percebeu que deixou muito a desejar. A mentalidade deles é diferente da nossa, nós temos um costume, manter a tradição nossa. Ai eles começaram a ver que as pessoas faziam puchado e começaram a liberar mais, primeiro nós não podíamos mexer. De início eles tinham que respeitar o costume e tradições nossa, só que eles fugiram, na casa não podia opinar. Queria o fogão daquele lado, não podia." (prof. liberal).*

Como podemos observar no depoimento acima, em muitos casos, os técnicos defendiam uma proposta de casa e de usos, que simplesmente contrasta com a cultura dos moradores, com seus hábitos e significados que são atribuídos à moradia.

A cozinha é um exemplo disto. Muitos moradores reclamam que suas cozinhas ficaram pequenas. Os arquitetos seguindo um modelo de racionalização das atividades na casa, onde a cozinha é o local do preparo da alimentação (portanto sua área pode ser pequena) definiam no projeto cozinha menores, como podemos observar nos depoimentos seguintes:

*"Nós construímos uma cozinha grande, a da parte dos arquitetos é só para cozinhar" (aposentado).*

*"Na verdade tem costume de refeição na cozinha"*

*"Na minha casa eu pedia uma cozinha de 4 x 4 metros e eles queriam 2,5 x 4 metros. Eles tinham idéia de apartamento em cidade grande" (comerciante).*

*"A cozinha eu queria maior que a sala. Mas eles disseram que era um costume que tinha, mas que tinha que perder, porque ninguém fica com visita na cozinha. Mas eu não gosto de ficar na sala. Na cozinha cabia só o fogão, geladeira, pia e cristaleira. A cozinha agora ficou como dispensa, não dava para ficar na cozinha." (func. público).*

*"Na planta da casa, nós queríamos a cozinha maior, mas eles não queriam porque caía fora do padrão deles aqui". (moradora cidade nova 89).*

A cultura dos descendentes de italianos e alemães, conferem à cozinha um papel significativo. Esta se dimensiona como a parte pública desta esfera privada, que é a casa. Na cozinha, além da alimentação (preparo e refeição), reúne-se a família e se recebe os amigos e conhecidos, para tomar chimarrão e conversar. Neste sentido a cozinha necessita de um espaço físico maior. E simplesmente, impor outro padrão mostrou-se totalmente inviável.

Como os próprios técnicos observaram, muito tempo depois, quando os moradores começaram a fazer as modificações que queriam na casa e no tamanho da cozinha.

Muitos dos desentendimentos entre técnicos e moradores ocorre na definição dos usos de cada cômodo que remete a uma definição do que significa morar. A moradia como simples local de repouso, de satisfação das necessidades básicas (alimentação, reprodução), ou moradia como envolvendo uma gama de significados estabelecidos pelos seus usuários. Significados de ordem objetiva e subjetiva. Como salienta Bachelard, o habitar-se refere-se também ao "modo como nos enraizamos dia após dia, em algum canto do mundo" (Bachelard apud Bettanini, 1982; 120).

Estas dimensões em alguns momentos passaram despercebidas para os técnicos, para os quais os aspectos funcionais, a racionalização e a divisão das atividades deveriam ser privilegiadas.

A localização das varandas, da mesma forma como a cozinha, gerou conflitos na realização dos projetos. A varanda, cômodo importante nas casas em Itá, local onde se reúnem os vizinhos, nos finais de tarde, para tomar chimarrão, contar os últimos acontecimentos do local e sem dúvida observar a movimentação em frente à casa, na rua. Como na velha Itá a aglomeração no centro era grande, este era um local privilegiado para observação/controle e conversas, seja com os vizinhos ou com o pessoal que vem da colônia (meio rural). Neste sentido, o depoimento a seguir, de um morador de Itá, explica esta divergência com os técnicos na localização da varanda:

*"A varanda nossa ficava sempre para o lado da sombra e a deles para o lado do sol. Costume nosso é tomar chimarrão na área da sombra, para eles era o quarto que devia ficar na sombra."*

Nos primeiros anos de construção, a atitude da Empresa, quanto a modificações no projeto e metragem dos cômodos e casa era mais rígida, mas foi mudando com o tempo. Com o sistema de auto-relocação, muitos destes problemas estão sendo evitados, principalmente para moradores com um poder aquisitivo maior que poderão fazer as modificações e o estilo que quiserem. Como se expressa um profissional liberal, cuja casa foi iniciada no sistema de permuta e que posteriormente optou por terminá-la:

*"Fiquei muito satisfeito com isso. Porque algumas modificações que eu queria fazer eu fiz, e melhorei o padrão, melhorei o material, (...) Eu fiz, por exemplo, achei que a cozinha era pequena, com uma área de serviço junto, fiz maior. Fiz um aproveitamento de uma área no segundo pavimento, construí junto uma suíte e mais um banheiro, e aonde estava antes o banheiro, transformei tudo em quarto. Então são duas ampliações que eu sempre queria que fossem feitas e fiz em tempo. Melhorei quase que todo o material, que era o meu sonho também de melhorar. E eu só tenho a dizer que fiquei satisfeito peguei na hora certa, acho que eu seria um descontente se tivesse pego a casa por permuta. Certamente eu seria uma pessoa descontente, porque quando iniciou a casa eu queria fazer modificações que depois eu fiz, mas eu não tinha condições porque na permuta não era possível isso. Nem uma cozinha maior, então eu fui a Florianópolis uma vez, numa viagem que nós fizemos lá a serviço, e eu perguntei se podia fazer aquelas modificações, só que como eu tava dentro da permuta eu não tinha como modificar.*

Grande parte dos moradores que já residem na nova cidade, já fizeram ou pretendem fazer aumentos e modificações na nova casa. As peças mais modificadas foram a cozinha, a varanda e o porão.

Quando fazíamos entrevistas na cidade nova, todos os moradores faziam questão de mostrar sua nova moradia, seja para buscar a nossa comprovação de como era melhor, ou para afirmar os problemas que tinham com a casa.

Grande parte dos moradores enfrentaram um ou outro tipo de problema com relação à casa, sejam problemas de estrutura, como problema de qualidade do material usado, bem como na terraplenagem feita pela empresa, situando-se muitas casas abaixo do nível da rua, como disse um morador:

*"Eles fizeram a casa mais baixa, não dá presença".*

Este último aspecto, leva-nos a pensar na importância do nivelamento casa - rua. Pois além de permitir a visão da rua e do que acontece nela, estando o morador informado e por dentro das coisas que passam na cidade (controle/informação social), representa simbolicamente uma casa que se integra à comunidade. A casa não pode ficar escondida, numa posição de desvantagem aos que estão passando na rua. Pois pode ser observada, sem poder observar.

Muitos destes problemas teriam sido evitados se a Empresa, ou se os técnicos,

estivessem alertas à cultura local, aos usos e significados atribuídos pelos moradores à sua casa, respeitando esse modo de habitar. Buscando não somente a valorização de aspectos externos a moradia, mas respeitando a definição e estruturação dos espaços internos.

Muitos aspectos só foram percebidos à medida em que as pessoas se mudavam e iam ampliando e modificando suas casas, adaptando-as ao seu estilo de vida. Adaptações feitas no cotidiano, uma re-construção da moradia que, na medida do possível, busca reproduzir os significados e uso do antigo espaço. Como menciona Bachelard "...O espaço apreendido pela imaginação não pode permanecer indiferente, confiado ao metro e à reflexão do geômetra. É vivido. E é vivido não em sua positividade mas em todas as parcialidades da imaginação." (Bachelard apud Bettanini, 1982; 120).

### 5.2.2 - A casa e seu espaço imediato

Todas as casas na Nova Itá, já possuem um quintal, onde se iniciou o cultivo de árvores frutíferas, hortas e o jardim, mesmo que pequeno, é um complemento indispensável.

A maioria dos quintais na nova cidade ficaram menores, quando comparados aos anteriores. Isso se deve, principalmente, à divisão dos lotes, que foram adaptados a topografia da região. Há por parte dos moradores, reclamações quanto ao tamanho do lote e qualidade da terra.

Na cidade velha de Itá, em fins da década de 70, os lotes eram grandes, com uma densidade populacional de em média 20 habitantes (hab) por hectare (ha) para área urbana e aproximadamente 40 hab no quarteirão central (Eletrosul, 1982<sub>a</sub>). Com lotes amplos, desenvolveu-se uma série de atividades de cultivo do terreno e criação de animais. Além do cultivo de hortas, muitas casas tinham seu jardim e árvores frutíferas e de sombra nos quintais.

A criação de animais e/ou cultivo de hortas é um importante elemento na complementação da renda familiar. Podemos observar no quadro seguinte<sup>18</sup>, o número significativo de famílias que mesclavam na organização do terreno da velha Itá estas atividades.

---

<sup>18</sup> Este quadro foi feito pela Eletrosul a partir de uma pesquisa feita em Itá, em 1981, com todos os moradores do perímetro urbano.

Quadro 3

## Uso dos Lotes na Cidade Velha

Uso do lote	Quantidade	%
Sem cultivo e sem animais	26	13,0
Só cultivo (hortas e/ou lavouras)	68	34,0
Aves e cultivos	26	13,0
Suínos e outros (galinhas e/ou cultivos)	35	17,5
Bovinos e outros (galinhas e/ou porcos e/ou cultivos)	45	22,5
Total	200	100

Fonte: Eletrosul, 1982; 24.

Em 1983, quando indagados sobre a intenção de continuar estas atividades na nova cidade, 90% dos moradores responderam que gostariam de continuar cultivando sua horta e criando seus animais (Eletrosul, 1982<sub>a</sub>). É bom observar que nesta época já se tinha a perspectiva da construção da nova cidade e todo um discurso sobre a regulamentação, principalmente, da criação de animais no perímetro urbano. Pelo Plano Diretor da nova cidade, a criação de animais no perímetro urbano ficou proibida.

Neste sentido ao se mudarem para a nova cidade, ocorreu a necessidade de reestruturar toda esta fonte de renda, complementar a subsistência econômica da família. Em 1989, ainda havia poucas áreas cultivadas, poucas hortas e jardins. Já em início de 1993, todas as casas com moradores já tinham sua horta e o jardim.

Interessante observar essa rapidez com que as novas moradias vão tendo seu terreno ocupado. As flores no jardim, a horta próxima. Os moradores reclamam da diferença da terra na nova cidade, consideram como uma "terra magra", que necessita de adubação para poder produzir, ao passo que as terras na velha Itá eram mais produtivas, não necessitando tantos cuidados adicionais. Isto representa um ônus a mais não somente econômico, mas de trabalho despendido para os cuidados com a horta.

Para os moradores, principalmente, os de baixa renda, as dificuldades do cultivo e a não criação de animais, representam um ônus a mais na sobrevivência. Pois:

*"Aqui não pode criar animais, lá tinha porquinho, galinha, vaquinha de leite, hoje não tenho nada. Só com o meu sustentinho (aposentadoria), tudo fica mais caro."*

*"Tinha animais, só porquinho, aqui não. Faz falta, porque a gente tinha aquela carne, a banha e agora tem que comprar e é caro. (comerciante)."*



Os moradores têm sentido dificuldades em reproduzir essas atividades. Quanto a criação de animais, grande parte se desfez, quando se mudou para a nova cidade. Alguns, porém, já começam a criar um porquinho, umas galinhas, apesar da proibição.

Nos últimos dez anos, antes da mudança, muitos moradores foram abandonando aos poucos a criação de animais, alguns ainda mantêm animais em lotes mais afastados do centro. Ou como comentou uma moradora: "Agora tenho um porco, mas vou matar logo".

Os moradores vão adaptando-se ao novo espaço físico e às novas diretrizes, por outro lado vão adaptando-os e re-criando seu espaço, introduzindo mudanças no planejamento da cidade.

Ainda assim o sentimento de perda, do velho quintal e das coisas que ficaram, é frequente entre os moradores. São árvores frutíferas, jardins, hortas e toda uma história de interação e construção deste espaço natural. Como se expressa uma moradora já idosa:

*"Deixei tudo. Tinha muita coisa plantada. Eu não podia ver as coisas (frutas e verduras) que comprava, eu chorava. Nunca mais vou ter essas coisas, eu já plantei aqui mas não vou comer, vai ficar para meus filhos. Pois não vou muito tempo. Lá eu plantei e comi."*

Por outro lado, há pessoas que tem uma ligação mais forte com a sua antiga casa. Casa que foi construída por ela, onde criou os filhos, onde criou amizades. Moradia que vai além do espaço físico, de construção material da casa, incluindo as atividades desenvolvidas no quintal e suas possibilidades, bem como as redes de vizinhança. E estas mesmas relações e significados, eles tentam reconstruir na nova casa, sendo esta casa constantemente comparada com a que deixaram.

*"A casa aqui é menor, (...) levou 4 anos para darem a casa pronta. E ainda não deram pronta. Cozinha é menor. Aqui fica tudo apertado, me desfiz dos móveis. Quase morri (quando me mudei), fiquei doente não podia sair para fora, só chorava. Sinto saudades. Quando vou lá (na casa velha) até hoje choro. Lá tinha chiqueiro, paiol, tinha tudo, aqui só pedra. Sentimento de minha casa. Que adianta ser bonito, eu quero as coisas para poder viver minha vida, o conforto que eu preciso. Aqui a porta é pequena, e um janelão grande, a porta é muito estreita, porque fazer porta assim? Preguiça de fazer duas portas? Não gostei da casa, fizeram mal feito, (...) Tinha idéia que ia ficar igual a outra. Eles prometeram, tinha sobrado (dois andares) e aqui não tem nada de sobrado. Eu pedi que me dessem outro terreno e trouxesse aquela casa. Não aceitaram trazer a casa aqui. Não vou (viver) muito tempo de tanta paixão pela casa, vou morrer".*

Este relato, traumático, foi contado em meio à lágrimas da informante. As dificuldades de adaptação com a nova moradia e também com a nova cidade, a saudade de sua antiga casa constantemente lembrada. É lamentada sua perda como a, de um ente querido. Como estes, há outros relatos de pessoas que sentem ter que deixar sua moradia.

### 5.3 - Vivendo a nova cidade

Em 1989, quando boa parte da cidade estava em construção, a cidade era um canteiro de obras e somente alguns moradores já haviam sido transferidos para a nova cidade. O aspecto homogeneizador do estilo da Nova Itá era muito marcante. Atualmente quando quase todos os moradores já foram transferidos, a cidade já se modificou e se diversifica.

Para Bettanini (1982) o espaço social é dotado de significados e significantes, construindo e re-construindo a rede de relações que formam a localidade. Na Nova Itá está se rearticulando, reconstruindo o espaço social, que em suas dimensões mítico, sagrado e de representação (Bettanini, 1982), vai emergindo aos poucos.

Num primeiro momento, nas fases iniciais da construção da Nova Itá, até sua ocupação mais intensa, a cidade era erguida como um monumento. Como um espaço de representação seja da nova política da empresa, seja do sonho de progresso alimentado por lideranças e autoridades municipais.

Enquanto monumento, as festas eram os momentos altos de motivação e legitimação. Desde o início, quando só havia a terraplenagem e alicerces de algumas construções já eram feitas festas/churrascadas na nova cidade, principalmente, em frente à construção da nova

prefeitura. Era também local de visitas nos finais de semana e muitos iam a pé, pois não havia ligação de transporte coletivo com a velha cidade.

Estas festas eram promovidas pela prefeitura em parceria com a Eletrosul. A festa servia como um elemento congregador e formador de opinião da localidade bem como legitimadora das ações da prefeitura.

A prefeitura foi, depois do ginásio de esportes<sup>19</sup>, o primeiro órgão público a ser construído. Transferiu-se para a nova cidade em meados de 1989, respondendo a uma exigência da Empresa que, com esta transferência, buscava forçar a mudança para a nova cidade, a sua ocupação.

A Prefeitura assume um local estratégico na conformação da nova cidade. Fica numa elevação, na parte mais estreita e central e todos os caminhos e transeuntes passam por ali. A localização da prefeitura constituem-se em um espaço de representação, coloca em destaque a importância da administração pública nos contornos da vida em Itá e sua centralidade nas negociações para construção da cidade. Constituindo-se em um dos pontos de referência para a localidade, substituindo neste momento o local da igreja, representando sua centralidade política e social neste período.

Como afirma Bettanini (1982) em seus estudos sobre espaço social, o espaço de representação se insere no cotidiano, constituindo-se em espaço privilegiado, servindo como símbolo de legitimação.

Na frente da Prefeitura construiu-se uma praça, com o símbolo da nova cidade, marco inaugural da mesma (anexo 3). É um local de lazer planejado, possui uma área aberta com quadra de vôlei, um quiosque. De um lado da praça situa-se o ginásio e, do outro, o centro comercial. Na área aberta são feitas as comemorações festivas dos aniversários da cidade e datas importantes, bem como outras programações de lazer incentivadas pela Prefeitura.

A praça serve como ponto de encontro, principalmente, para os jovens. Ao entardecer as crianças e jovens dividem o espaço com as autoridades do município e técnicos da empresa, que ali se reúnem para conversas das mais diversas, constituindo-se num novo ponto de

---

19 - Interessante observar que o ginásio foi uma das primeiras obras a ser concluída, antes mesmo do hospital (particular) e de casas de comércio. Sua construção fez parte das pautas de negociação, aparecendo como uma das compensações aos moradores de Itá.

encontro e de reuniões "informais". Este novo espaço que na velha cidade não existia, formase de certa forma elitizado.

Na antiga cidade a igreja tem na sua situação geográfica -local alto com vistas para toda cidade - um demonstrativo de sua posição de referencial na formação da comunidade. Já, na nova cidade, situa-se num local mais reservado, como em uma tentativa de re-construí-la somente como espaço sagrado, de mediadora da comunidade com a dimensão sagrada, de não interferimento no cotidiano e nas atividades políticas da localidade. O monumento, seu estilo se impõe como obra imponente, reservada às atividade espirituais.

Pelas atividades e postura política que a igreja assumiu em Itá, de luta contra a barragem, uma postura crítica frente à obra, criou conflitos com a população local da sede urbana. Para muitos, esta postura entrava em conflito com a percepção que grande parte da localidade teve em relação a barragem, com isto a seu ver a Igreja foi deixando de ser um espaço sagrado. Como espaço sagrado, entende-se segundo Bettanini (1982) um espaço de ritos e cerimoniais, espaço privilegiado de ligação com o transcendente.

No momento que a Igreja constrói outros discursos em contraposição aos interesses majoritários na localidade, vai perdendo para alguns moradores seu significado sagrado e seu caráter de centralidade e referência na comunidade. Na nova cidade, portanto, tentaria-se reconstruir este espaço sagrado, numa nova dimensão espacial, não tão centralizada.

Itá no decorrer desta pesquisa, encontrava-se dividida em duas cidades, os moradores da nova cidade, exprimem o desejo de ver na Nova Itá a reconstituição da comunidade, quando todos os moradores estiverem lá. Por outro lado a existência de duas cidades é marcante. Somente no final de 1992 e início de 1993 que o posto de saúde, o sindicato dos trabalhadores rurais e as casas comerciais começaram a ser transferidas. A igreja e o hospital ainda estão em construção.

Estes aspectos da transferência para nova cidade, fez com que ela funcionasse como cidade dormitório e grande parte das atividades se desenvolviam na velha Itá. Com isto todo o movimento dos agricultores se centralizava, principalmente, na velha Itá. Alguns moradores vivenciaram este momento da cidade, como um grande vazio, principalmente os que estão longe do centro comercial e administrativo da nova cidade:

*"Lá na velha cidade, tem a correria que vem da colônia. Aqui a vida do pessoal é triste" (aposentada).*

Em meados de 1993, a antiga cidade já está descaracterizada, não sendo mais reconhecida como "sua" cidade, um pouco pela presença de pessoas estranhas, outro pouco pelos espaços vazios que se criaram com as demolições. Entretanto a nova cidade, ainda não é identificada integralmente como "sua" cidade.

É possível, mesmo assim, afirmar que a nova cidade vai aos poucos tomando forma, grande parte das moradias já sofreram adaptações de seus moradores. Os quintais e jardins já foram feitos, os moradores têm orgulho de mostrar seu quintal e o que já conseguiram colher dali. E aos poucos nos locais mais distantes um e outro animal doméstico está sendo criado, ajudando na subsistência familiar.

Agora que a nova cidade começa a ter vida, ter seus espaços ocupados, os significados e usos definidos no plano inicial estão sendo re-construídos no cotidiano, nas relações de vizinhança e na re-elaboração de ser "itaense".

#### **5.4 - A perspectiva de mudança: comparações entre a velha e a nova Itá**

A mudança para uma nova cidade, envolve aspectos emocionais, de ruptura com um espaço social/geográfico. As incertezas acompanham todas as modificações e a impossibilidade de se reproduzir as mesmas condições sócio-espaciais. Todos estes aspectos subjetivos são lembrados pelos moradores, quando se vêem ante a necessidade de deixar seu espaço, não por uma opção, mas por imposição de uma política governamental.

A espera pela nova cidade foi e está sendo muito longa para alguns moradores. Desde o início há a perspectiva por parte dos moradores em reconstruir os mesmos laços sociais na Nova Itá, e mesmo, quando grande parte da população já se mudou, esta expectativa de reconstrução é adiada para quando as obras da barragem estiverem prontas.

A demora na construção da cidade, gerou uma grande ansiedade na população e de certa forma muitas ambiguidades: por um lado a vontade de ver as idealizações da nova cidade se concretizarem; por outro o sentimento de deixar a terra onde nasceu e com a qual criou uma relação idílica.

A velha Itá nestes dez anos mudou muito (anexo 4). Teve um certo crescimento, com a vinda de pessoas de fora que se estabeleceram na região atraídas pelas ofertas de empregos, na construção da nova cidade e na tentativa de explorar atividades comerciais (principalmente bares e restaurantes). Este aumento populacional descaracterizou a pequena cidade de Itá.

O pessoal de Itá teve que dividir seu espaço com estes "estranhos", com o outro que passa a ocupar todos os espaços públicos da velha Itá, configurando uma nova rede de interações. Neste sentido a velha cidade foi aos poucos perdendo para os moradores, seu aconchego e segurança, típicos de uma pequena comunidade. Ao sentimento de ter o espaço social invadido, aliam-se preconceitos étnicos:

*"Lá em baixo parece filme de Terror. A gente só vê na janela, negro. Está tudo estoporado" (moradora da cidade nova).*

*"Depois não dava para ir por causa dos empregados da classe baixa. Lá agora virou esculhambação, tenho sentimentos de perde-la (moradora da cidade velha)".*

Por outro lado, com a mudança iminente para uma nova cidade, os moradores e órgãos públicos não cuidavam mais da cidade como necessário (concertos, pinturas etc). Como relata um morador:

*"Lá embaixo nós paramos todos estes anos. A gente foi abandonando, não tinha mais aquele cuidado, capricho de fazer, de arrumar as coisas."*

*"Antes a cidade era bem cuidada, pintava as casas, canteiro bonito, era só rosa, coisa mais linda."*

Em 1992, a invasão das casas desocupadas, contribuiu para estes sentimentos de perda do espaço social. Muitas famílias, algumas do próprio município, outras de municípios vizinhos ocuparam estas casas. Isto gerou um problema para a administração municipal, no sentido do que fazer com esta população.

Além destes fatores, a falta de cuidados com as casas, ruas e equipamentos comunitários e o vazio criado pelas demolições das residências (que se intensificaram no final de 1992), têm contribuído para o desejo de mudar dos moradores que ainda residem na velha Itá.

*"Com a demora o que aconteceu é que a pessoa lá embaixo não cuidou mais da casa, não pintou, a casa tá feia e a pessoa tá querendo vir morar para cima. Uma revolta daqueles que estão lá embaixo, até porque a prefeitura não investiu." (ex-prefeito).*

Mesmo assim, o sentimento de mudar, de perda de seu antigo espaço social é muito forte. O mudar para uma outra cidade, uma outra casa, mesmo sendo nova e a Velha Itá não se identificando mais como "sua" cidade, foi e está sendo um processo que deixa marcas, traumatizantes em alguns casos.

Para muitas pessoas o deixar a casa em que sempre morou, é como abandonar um pouco de sua história, de sua luta, de seu sofrimento para construir a casa e criar os filhos:

*"Sinto muito perder a casa. Morar 42 anos num lugar e ter que sair não há quem não sinta. Tava numa tranquilidade, casinha da gente, tudo as frutas. Agora começar tudo de novo. Tu chega ali só tem aquela casinha, nada mais." (aposentada)*

A casa tem um valor inestimável que não pode ser medido em termos econômicos, são valores afetivos e simbólicos construídos ao longo dos anos, é o que podemos observar nos depoimentos seguintes:

*"Eu já sinto saudades, antes de sair, a minha casa é velha e feia, mas cada centímetro custou uma gota de suor. A gente construiu com amor, leva um sentimento grande. É um rancho, mas é meu, foi eu que fiz, cada tábuca colocada eu estava junto. É um rancho mas é tão agradável".*

*"A casa foi feita para durar para sempre nunca mais vamos ter igual"*

A casa, as relações de vizinhança, a perspectiva de mudar é salientado mais pelas mulheres. Os homens percebem e sentem esta mudança, mas preferem falar do sentimento que seus vizinhos ou as mulheres da família têm ao deixar a casa, ou falar em termos mais gerais do sentimento de ver a cidade que ajudou a construir ser alagada:

*"Sentimento fica. Não tem dinheiro que pague, de perder a cidade da gente." (prof liberal).*

O período anterior a mudança gera muita ansiedade e angústia na população, que vive em expectativa e angústia. Tiveram problemas com a definição do projeto, com a construção da nova casa. São momentos de ruptura com um cotidiano estabelecido e com mudanças mais constantes que geram inseguranças. Como se expressa uma moradora sobre estes momentos:

*"Transpassei já disso de tanto a gente tá preocupada. (...) Isso desgasta, já estou cansada de me preocupar. Tratei de esquecer muitas coisas. Ele (marido) saía mais que eu, se distraía mais, não ficava martelando nessas paredes. (...) Me dava tontura, stress, vida pelo avesso".*

As lutas, as dificuldades que viveram na velha Itá e sua construção são frequentemente mencionados pelos moradores. Cada pedaço, cada rua e as construções de Itá tem sua história. História que remete a uma construção coletiva deste espaço, onde se mescla na memória a luta individual com a coletiva, como podemos observar no depoimento seguinte:

*"A gente vai sentir mesmo, porque se criou lá, vai dar um nó na gente. Sabe que se criou lá. Vim com um ano, há 49 anos que estou nesse Itá. Casou os filhos, batizado de um neto. Quando inundar a igreja vai dar um nó na gente, fizeram ela há mais de 20 anos, foi aquela festança. Foi feita no mesmo lugar da primeira igreja, eles rodearam por fora, fizeram maior. Foi feito através de mutirão" (comerciante).*

A mudança para os primeiros moradores da nova Itá foi mais traumática, pois além de deixar seu espaço, estavam indo para uma cidade ainda em construção, com pouca infraestrutura, como comércio, escola e vizinhos. Como relata um morador sobre estes momentos iniciais:

*"O primeiro pessoal que saiu, as lágrimas correram. Tu sente uma tristeza, uma vontade de chorar, da uma coisinha dentro da gente".*

As pessoas vislumbram que além do momento de mudança da casa, o momento em que as águas estiverem cobrindo a velha cidade será muito forte:

*"Eu não tenho vontade de ver. Onde a gente viveu tantos anos"*

*"A gente foi criado aqui, a terra natal é aqui, parece que a gente sente deixar o lugar da gente, a casa".*

*"Eu senti bastante, porque a gente trabalhou anos, construiu o cantinho da gente e depois ter que mudar" (educação).*

Todos estes aspectos simbólicos e afetivos são refletidos pelos moradores na perspectiva de mudança. De acordo com a idade, principalmente, configura-se diferenças quanto a vontade e expectativa de mudar. Grande parte dos mais jovens estão mais propensos à mudança, já a postura e discursos dos mais velhos reflete com mais intensidade os aspectos mencionados anteriormente.



Em alguns discursos aparece a reflexão sobre a finalidade da energia elétrica e do seu "sacrifício", e este aspecto é medido na hora de assimilar a mudança:

*"A vida para nós tava bom, mas eu penso naqueles que não tem luz e também gostariam de ter".*

A mudança envolve todos estes aspectos, que são vivenciados pela população no seu cotidiano. Pelo longo tempo de espera, foi aos poucos integrada na perspectiva e no cotidiano dos moradores. Talvez o momento de alagamento gere outros tipos de sentimentos que ainda não afloraram.

Os moradores criaram expectativas de reconstituição dos laços de vizinhança na nova cidade. De reconstituição da comunidade ao mesmo tempo que projetam a vontade de progredir, de construir uma "cidade". Desejos que se alimentam, com as futuras obras da barragem, que ainda estão no início.

Nesta percepção se alia o sonho do progresso e o projeto de ser uma cidade grande, com a perspectiva de uma ruptura com as tradições.

São momentos onde a ambigüidade é marcante. Os conflitos que surgem subjetivamente e objetivamente entre as idealizações de uma nova cidade (aliando sonhos, projetos, utopias) com a ruptura com o passado e o que isto representa de perda do seu espaço social construído ao longo dos anos.

Neste contexto os moradores, no seu cotidiano, vão reconstruindo o novo espaço social e a nova cidade, que refletem essa ambigüidade. Aos poucos os moradores vão re-definindo a nova cidade e re-elaborando a identidade de ser itaense.

## **6 - AS MUDANÇAS NO COTIDIANO**

A construção de uma hidroelétrica, afeta o cotidiano das populações que ficam dentro de sua área de abrangência. Os momentos de ruptura no cotidiano, são momentos que geram grande ansiedade e insegurança.

A barragem de Itá está a mais de dez anos em construção e muitas coisas se modificaram na cidade, desde uma mudança na dimensão econômica como na dimensão social. No decorrer destes anos a população de Itá tem convivido com a expectativa de mudar para a nova cidade. A mudança efetiva de uma parte da cidade, levando a coexistência de duas cidades, bem como, o convívio com o aumento de sua população urbana, ocasionado pelos operários que vieram para a construção da nova cidade, e famílias atraídas pelas possibilidades de emprego, modificam o espaço social da velha Itá e geram expectativa pela mudança

### **6.1 - Demora na mudança da cidade.**

A nova Itá, fica a cerca de 5 Km de distância da velha cidade. O primeiro cronograma de entrega da nova cidade era para 1984. Somente em 1985/86 são feitas as primeiras mudanças. Até então a nova cidade não estava liberada para construção de casas particulares, fora dos que tinham direito à relocação.

Este longo tempo na construção da nova cidade, bem como das obras da barragem, trouxe e está trazendo muitos transtornos para a população. À medida em que as casas fossem ficando pronta o morador deveria fazer a mudança. Mas por motivos econômicos a obra foi

paralisada diversas vezes. Houve etapas de grande movimento, de construção das casas e períodos de paralisação. Neste contexto, a mudança para a nova cidade foi sendo feita aos poucos, de forma muito lenta.

Em 1989, aproximadamente 30 a 50 famílias haviam se mudado, de um total de 199 famílias com direito à permuta da casa. Neste mesmo ano são transferidos a prefeitura e a escola, numa tentativa de forçar a mudança para a nova cidade. Foram marcadas várias datas para conclusão da cidade e em 1992, 80% dos projetos já estavam encaminhados e muitos morando em suas novas casas. Os 20% restantes incluem prédios maiores como hospital, Igreja, e casas comerciais.

Neste sistema de relocação da cidade, a área comercial foi ficando por último. Somente, em fins de 1992, é que o comércio começou a ser transferido, isto gerou problemas para os moradores na cidade nova.

Desde 1987/88 que em Itá coexistem duas cidades, alguns espaços como escola, prefeitura e clube se localizam na nova cidade, outras como comércio, bancos, sindicato, hospital, igreja, ainda estão na velha cidade.

A partir de 1989, esta situação se agravou com a transferência de mais moradores. Assim, se alguém que morasse na cidade nova precisasse ir à panificadora, teria que descer para a cidade velha. Ou a contrário, se alguém que morasse na cidade velha precisasse ir à escola ou prefeitura, teria que pegar o ônibus e ir a cidade nova.

Esta demora na conclusão da cidade gera insatisfação na população, que tem que se deslocar entre duas cidades:

*"A gente pode trabalhar mas é uma correria dos diabos, devia aguardar mais um pouco e fazer tudo lá em cima" (professor).*

*"Queria que fosse rápido, terminasse lá e pegasse tudo junto. Pessoal ser relocado tudo junto" (comerciante).*

A demora tem gerado insatisfação entre os moradores, como mencionado no capítulo anterior, o descuido com a velha cidade e o grande número de pessoas de fora que vem para Itá tem contribuído para este sentimento. Neste contexto os moradores desenvolvem uma grande expectativa pela nova cidade pois:

*"Se a cidade tivesse toda pronta, a barragem vem ou não vem não interessa, que façam tudo lá (cidade nova), nós temos a cidade e ela é nossa e pronto, porque (dai) nós temos aonde é nosso fixo" (morador cidade velha).*

Para a nova cidade é projetado o desejo de reconstruir o seu espaço social que, durante estes anos vem sendo constantemente compartilhado com pessoas de fora, portanto não integrantes da comunidade.

## **6.2 - Percepção das mudanças econômicas**

Com a construção de uma hidroelétrica e toda a estrutura necessária, criam-se novas necessidades na região e maior oferta de emprego, bem como toda uma série de expectativas que se formam em função da mesma. São elementos que passam a fazer parte do redimensionamento das atividades e do cotidiano de populações que se situam próximo aos canteiros de obra. Este é o caso de Itá.

A exemplo de outras cidades situadas próximo aos canteiros de obra, haverá um aumento populacional na região, não somente de funcionários da Eletrosul e operários mas também de outras populações atraídas pela oferta de emprego.

Por um lado, este aumento populacional, representa um aumento na circulação de dinheiro e cria necessidade de prestação de serviços, por outro, esta população temporária participa não somente do:

*"Perfil e dimensionamento da demanda urbana mas representam, um ônus a mais para os poderes públicos locais e supra locais, responsáveis pelo fornecimento de equipamento e serviços destinados ao consumo coletivo básico das populações regionais; o resultado é em última instância, a diluição da demanda definida pela presença de sub-contratados e de populações prestadoras de serviços atraídos pela obra, no interior da demanda regional por serviços públicos". (Tude Souza 1988;122)*

A possibilidade de novos empregos e abertura de novos campos profissionais, na cidade, é percebido como um aspecto positivo que se tornou possível pela construção da hidroelétrica, trazendo o "progresso" para a região.

Os profissionais liberais salientam muito esta perspectiva profissional aberta com a construção da UHE-Itá, com a possível criação de uma demanda diversificada por serviços de

contabilidade, advocacia, área de saúde, etc.

Com a geração de mais oportunidades de emprego, muitos jovens da própria cidade que antes saíam para outros centros maiores, tendem a se estabelecer profissionalmente na cidade como autônomos.

O progresso econômico é valorizado, observamos que entre os comerciantes, desde o início é destacado o incremento de renda que terá o município com a vinda de várias pessoas de fora, bem como o aumento do emprego no local. Em 1993, esta expectativa ainda era marcante. Com base nos períodos em que teve muita gente de fora em Itá, os comerciantes refletem e visualizam para um futuro próximo, quando as obras da barragem estiverem no seu pico, um grande aumento nos lucros e na geração de empregos.

O aumento de casas construídas na cidade velha é um indicador significativo do aumento da população temporária. Até aproximadamente 1985, a nova cidade ainda não havia sido liberada para construção de casas particulares, que não estavam dentro do plano de mudanças, com isso muitas casas foram construídas na velha cidade, seja para os próprios itaenses, ou para alugar. Em 1988, por exemplo, um pedreiro em Itá construiu oito casas e somente uma foi para os donos morarem.

Nestes casos, as construções seriam indenizadas pela Eletrosul, pois ainda não havia uma lei municipal proibindo a construção na velha cidade. Pela lógica do lucro, o importante é não desperdiçar este momento e tirar o máximo de proveito, não importando que esta mesma casa seja logo destruída, ou que as indenizações sejam pagas pelo Estado. Este último aspecto, particularmente, denota a falta de consideração com a utilização dos recursos públicos.

Uma das promessas feitas pela Empresa foi a utilização de mão-de-obra local. Este fato gerou expectativas entre a população, porém não se cumpriu o prometido e isto gerou muitos comentários:

*Devíamos ser mais beneficiados (com a barragem).  
Disseram que iam aproveitar mão de obra e material  
local e até agora não pegaram nem uma daqui.  
(comerciante 1989).*

Com as mudanças ocorridas na relocação da cidade, partindo-se para a auto-relocação, geraram-se possibilidades maiores para as empreiteiras locais.

A presença de uma grande empresa no local, influencia e modifica as relações salariais

ali estabelecidas. O salário pago aos trabalhadores temporários é, relativamente, mais alto que a média no município, principalmente, nos empregos de baixa qualificação. Neste contexto a obtenção de determinados serviços (diaristas por exemplo) fica mais difícil para os moradores locais. Como se expressou uma dona de casa:

*"Por causa da Eletrosul tem que pagar os empregado fora do normal para poder manter os empregados".*

O aumento dos aluguéis e dos preços dos gêneros alimentícios, é um dos fatores que mais atinge a população. A presença da Eletrosul é apontada como um dos causadores deste aumento excessivo dos preços no comércio que é sentido, principalmente, pelos moradores de menor renda econômica.

*"Antes de vir o pessoal da Eletrosul o custo dos preços era baixo, eles começaram a aumentar os preços, começaram a explorar, o pessoal da Eletrosul ganha, pode pagar, mas e nós que ganhamos salário mínimo? (Funcionária pública)*

Por outro lado, o comércio local enfrenta a concorrência da cidade de Concórdia que devido a ligação asfáltica, facilitou o acesso dos itaenses àquela cidade, entretanto esta não é uma alternativa para toda população.

Neste contexto podemos observar que o lucro quando há, não é distribuído igualmente entre toda a população. Alguns setores têm muito mais possibilidade de lucro imediato com o aumento populacional, enquanto outros dividem os custos que vão desde o aumento da demanda pelos serviços e espaços público, até o aumento do custo de vida.

A economia da sede flutua dependendo do ritmo das obras. Em momentos de paradas nas obras, por falta de recursos, ocorre uma diminuição da população e do consumo, conseqüentemente, ocorre uma baixa nas vendas do comércio. Neste sentido o "pico" das obras da barragem é esperado com grande expectativa pelos comerciantes e outros setores.

*"Vão só trazer benefício, porque é mais gente que vai consumir no comércio e mais gente que gasta aqui em Itá e eu acho que com isso a nível de município se ganha muito"*

Em termos do município de Itá, ao mesmo tempo em que há este incremento da renda, do capital circulando, há aumento da demanda por determinados serviços públicos. A necessidade de aumento da infra-estrutura básica na área de educação, saúde e segurança e,

ainda, a necessidade de ir adaptando a economia do município à saída dos agricultores atingidos.

Os momentos posteriores à construção da barragem, quando será desmobilizada toda essa forma de economia temporária na região, e um grande número de terras férteis serão alagadas, ainda não é fonte de preocupação para a população em geral. É tema de assunto e preocupação entre o executivo e algumas lideranças locais.

Neste sentido o executivo pensa em atrair algumas indústrias para o município, oferecendo para isso algumas isenções fiscais. Por outro lado, pensa-se em transformar Itá em um pólo turístico. Indústrias e turismo são vistas como as futuras possibilidades da cidade progredir.

### 6.3 - A convivência com o "outro"

O aspecto econômico não é o único ressaltado pelos moradores, ao referir-se a esta população induzida pela obra. Sabem que estes são os responsáveis pelo aumento do consumo, mas, ao mesmo tempo, lamentam a convivência forçada e todas as suas nuances. Como demonstra o depoimento de um comerciante:

*"Vai trazer problemas. para mim é bom traz mais progresso. Mas tem problema social, esses peões de trecho".*

A construção de obras deste porte, sempre envolve um grande contingente populacional e compõe grupos distintos. O primeiro grupo, diretamente comprometido com a construção da obra, é composto por técnicos, trabalhadores braçais e funcionários da Empresa. Este grupo chegou no pico da construção da nova cidade a atingir mil operários<sup>20</sup>. O segundo grupo é formado por uma população atraída pelas ofertas de emprego na área que se dirige ao local sem um serviço definido e por migrantes que se dirige à região, com fins de atuar na área comercial.

Com a construção da nova cidade e a perspectiva de construção da barragem, Itá torna-se pólo de atração de mão-de-obra. Segundo estimativa da Eletrosul no "pico" das obras da hidroelétrica, serão gerado 4.550 empregos diretos e 2275 empregos indiretos

---

20 - Conforme dados coletados em 1989 junto à polícia civil da região que mantém um cadastro de todos os operários que se dirigem para Itá.

(CNEC/Eletrosul, 1989).

A chegada deste contingente populacional, tem mudado os hábitos dos moradores de Itá. Em 1981, Itá (sede) não tinha mais que 940 habitantes (CNEC/Eletrosul 1981) e chegou a abrigar mais de mil operários (Ficha cadastral da policia civil), principalmente, a partir de 1983.

As mudanças no cotidiano, percebidas com a chegada do "outro", gera momentos de instabilidade para os moradores, de redefinição do "seu" espaço social, dos usos e apropriação destes. Os estranhos hoje formam maioria em Itá, principalmente na Itá velha. Os itaenses foram dividindo seus espaços públicos, os bares, as ruas, o comércio com as pessoas de fora. Esta perda de espaço é mencionado freqüentemente nos discursos:

*"Uma coisa que mais sofri é que agora é um monte de gente estranha, agora saio na rua e não encontro ninguém, só estranho"*

*"A cidade era pequenininha, antes era melhor, não tinha gente estranha, a gente era mais livre" (relato de uma senhora).*

As fronteiras entre o Nós e Outro são bem delineadas. O povo se considera muito hospitaleiro, o que significa para a população receber bem, ser simpático. Isto não significa integração e participação efetiva dos "estranho" na comunidade. Isto se verifica por exemplo, nas "rodas de chimarrão", costume tradicional, na região, símbolo da hospitalidade. No relato de uma senhora esta delimitação de fronteiras aparece bem claro:

*"A roda de chimarrão é só da gente de confiança, é só da nossa gente. A gente não despreza, aqui o pessoal é muito acolhedor"*

A roda de chimarrão, para as mulheres, representa o momento de se reunir com as vizinhas na varanda e ver o que se passa e quem passa. Nestes momentos se tem o controle do público sem perder o controle do privado, é, ao mesmo tempo, um momento de interação entre "conhecidos", portanto não aberta de forma rotineira aos estranhos.

A Eletrosul possui uma vila residencial para os seus funcionários e um alojamento para operários com aproximadamente mil e cem vagas próximo a nova cidade de Itá. No município de Aratiba (RS), será construído mais um alojamento para a empreiteira principal. As outras empreiteiras serão responsáveis pelo alojamento de seus empregados. Mesmo dividindo os alojamentos entre os dois municípios, a localidade mais próxima é Itá, constituindo-se,



portanto, no centro principal para atender as demandas de compras, saúde, educação e de lazer.

Nesta população induzida pela obra se distinguem os funcionários da Empresa, profissionais graduados, técnicos e de modo geral de um nível econômico acima da média do local. Muitos destes se mudaram para Itá com a família. Os trabalhadores temporários de baixa qualificação, trabalham nas empreiteiras e ficam nos alojamentos fornecidos por ela. E por último, famílias que se dirigem para Itá com a perspectiva de conseguir um emprego. Esta última população aumentou, principalmente a partir de 1991, com a ocupação de muitas casas na velha Itá. Estas diferenças são marcantes para os itaenses, que percebem estes indivíduos diferentemente, justificando um relacionamento diferenciado, dependendo de quem é este estranho.

A relação dos moradores de Itá com os funcionários da Eletrosul, que moram na "Vila da Eletrosul", dispoendo de serviços educacional, hospitalar e comercial próprio, é marcado pela ambigüidade. Em alguns casos, criticam o isolamento dos funcionários da Eletrosul que têm uma vila "só para eles" e sentem-se frustrados com o que lhes parece uma discriminação<sup>21</sup>. Em outros casos, os funcionários da Eletrosul são portadores de uma maneira diferente de viver e consumir, próximo a um padrão urbano, que serve para a comunidade como parâmetro de comportamento.

O relacionamento com os trabalhadores temporários de baixa qualificação, os "peões", ou "obreiros" como são conhecidos pela população é conflituoso. Grande parte destes trabalhadores, se deslocam para Itá sem as famílias.

A contratação dos trabalhadores masculinos, sem dar condições de deslocamento da família, é uma estratégia comum das empresas no setor de grandes obras de engenharia (Ribeiro, 1985). Esta população temporária, acaba modificando a composição da população na região, com a grande presença masculina.

Por outro lado a provisoriade destes trabalhadores reflete "por todos os recantos e aspectos do cotidiano; degradam-se os padrões de habitabilidade, de alojamento ..." (Tude

---

21 - Por exemplo o uso de uma escola considerada de qualidade superior ao do município, cujo acesso inicialmente estava restrita aos filhos de funcionários da Empresa. Atualmente foi liberada para crianças da comunidade, mas é uma escola particular e o preço a torna inacessível para grande parte das famílias.

Souza, 1988;132). Aspectos que se sobressaem em Itá, pois muitos alojamentos das empreiteiras secundárias localizavam-se dentro da cidade, ou nas proximidades,

O relacionamento dos moradores de Itá com os "peões" é conflituosa. Os moradores percebem a perda do espaço social, a mudança nos hábitos cotidianos, que gera um sentimento de insegurança. Como relata um morador:

*"Alguns locais que eram freqüentados antes pela comunidade, hoje não são mais freqüentados. Antes o pessoal em qualquer barzinho que se encontrava conversava, hoje esses locais estão tomados por esse tipo de gente. E a comunidade se restringe".*

Na delimitação das fronteiras, na constituição das diferenças com o "outro", com o qual se divide o espaço social, a discriminação racial aparece como aspecto delineador:

*"O pessoal de Itá não vê com bons olhos, porque são morenos e gente morena eles discrimina, (liderança religiosa).*

*"Teve época que a gente saia de casa e era só negro, tinha bastante gente, dava medo de ver nas portas da bodega"*

Os moradores em grande parte identificam os peões como "intrusos" com os quais, por força do "progresso", são obrigados a conviver e dividir seu antigo espaço social.

Além das mudanças no perfil da demanda por serviços públicos, este contingente populacional, de predominância masculina, contribui para a disseminação de uma indústria de prostituição na localidade. A prostituição é percebida como uma "necessidade", a qual se explica para os moradores, como forma de garantir o mínimo de segurança para o grupo, pois como se expressou um morador:

*"Se tem mil peões solteiros, se não tem zona para se divertir livremente, vai começar a atacar as mulheres da cidade"*

A zona de meretrício se constitui, ainda, num local de controle exercido sobre os momentos de lazer dos operários.

Para as mulheres o convívio com este peões tem uma dupla repercussão, além da insegurança, de sentir que estes estão invadindo o "seu espaço", têm sua vida limitada, mais vigiada pelo seu próprio grupo.

Nesta população temporária há ainda pessoas que se dirigem para Itá atraídas pela possibilidades de emprego, sem ter um emprego definido. Alguns montam serviços de bares,

outros exercem ocupações esporádicas.

Em fins de 1991, início de 1992, muitas casas desocupadas pelos moradores de Itá, foram ocupadas por pessoas vindas de fora. A empresa e a prefeitura, após a mudança do proprietário da casa, dependo do estado desta a cedia para algumas famílias que por um motivo ou outro se mudaram para Itá, oriundos do interior do município<sup>22</sup> e de outros municípios. Neste período houve uma ocupação de forma desordenada, são várias as explicações para esta ocupação, dependendo muito do lado político do informante, se é a favor ou contra a situação no governo local.

Para muitos moradores são famílias que viviam na periferia da cidade e com a possibilidade de uma casa melhor se mudaram. Para outros, eles foram trazidos para Itá, na barganha por votos na eleição. Outra explicação encontrada é que, simplesmente, vieram para Itá com a esperança de conseguir uma casa.

Esta população, aproximadamente vinte famílias segundo dados da Prefeitura, terá que desocupar as casas. Para as pessoas que são de Itá está sendo feito o projeto mutirão para casas populares na nova cidade. Para os que são oriundos de outros municípios, há a intenção política de que voltem para seus locais de origem.

Diante das modificações que ocorrem no seu cotidiano e a divisão do espaço social com pessoas que não pertencem à comunidade, os moradores são levados a uma percepção do passado de forma idílica. Ao falarem sobre este tempo, os moradores constroem um discurso de família e de comunidade cuja antiga proximidade física, aliada as relações de parentesco e vizinhança, característicos da formação histórica/espacial de Itá, propiciaram a formação de uma trama de relações onde todos se conheciam. Como relata uma moradora sobre a vida

---

22 - É o caso, por exemplo, de uma professora em Itá. Ela esta morando em Itá há três anos. Foi obrigada a se mudar do interior do município onde lecionava, pois apesar de não ser diretamente atingida pela barragem, a escola onde lecionava para aproximadamente trinta alunos tornou-se inviável, pois grande parte dos mesmos foram relocados, ficando sua sala com somente sete alunos. Sendo lotada, ela foi transferida para lecionar na sede de Itá, no colégio supletivo, mantido pela Eletrosul. Ela mora na cidade velha numa casa cedida pela Empresa. Mora com três filhas, sendo que o marido ficou na colônia, é agricultor e suas terras não serão atingidas pela hidroelétrica. Conforme seu depoimento gasta quase tudo o que recebe nas viagens de locomoção para a colônia. Ela mora a um ano em casa cedida pela Eletrosul (o aluguel antes era muito caro), conseguiu isto depois de muito batalhar junto ao escritório local da Empresa. Ela não paga aluguel e o contrato não tem prazo de validade. O caso desta professora é semelhante a outros moradores que se deslocaram para a sede de Itá, por motivos de sobrevivência e que não serão em princípio relocados pela Eletrosul.

antes da chegada dos operários:

*A nossa vida era bem calma, conhecia de dedo, uma por uma, a gente conhecia todo mundo, a vida inteira, todo mundo sabia da gente"*

A imagem de família, do ser uma "família", representa também o local onde se estabelecem relações entre conhecidos, sentimento de pertencer a um grupo que se conhece e sabe que te conhece, onde "as relações sociais são personalizadas" (Santos e Vogel, 1981;85).

Nesta construção coletiva do passado recupera-se os aspectos de solidariedade, de sentimento de localidade, importante na definição do grupo e no projeto de reconstruí-lo, posteriormente na nova cidade.

Todos estes aspectos, o relacionamento com esta população, principalmente os peões e famílias que ocuparam as casas, aliado aos espaços vazios de algumas casas já demolidas, levam a uma redefinição do espaço na velha cidade. Desde 1989 grande parcela da comunidade se mostrava ansiosa para se mudar para a nova cidade. A nova Itá passa a ser vista como solução frente a convivência forçada com os operários, e "sonho" de reconstituir a comunidade.

## 7 - ENTRE PARCERIAS E CONFLITOS

### 7.1 - Poder local e população: rupturas e continuidades.

O poder local por suas dimensões espaciais, relativamente micro, com uma maior frequência de relações face à face, torna-se um local privilegiado para se estudar as rupturas e continuidades da cultura política. Nos últimos anos vários estudiosos têm se debruçado sobre as questões de planejamento, participação e mobilização à nível local.

As formas de participação e de não participação no poder local, de fazer parte dos processos de negociação, envolve não somente questões de conjuntura política e econômica mas também questões históricas de formação de cultura política. Por cultura política entendemos, como "*os valores políticos que provêm a base tanto do discurso e das ideologias políticas, como da prática política. Os valores políticos são orientações básicas que determinam as formas de compreensão da realidade; estão incorporadas ao discurso político e ao estilo da prática política.*" (Viola; Mainwaring, 1987; 107)

Deve-se buscar os princípios valorativos que estão na base das práticas, dos discursos e ideologias políticas e que, ao mesmo tempo que constroem estas práticas, são produzidas e reproduzidas pela prática, pelo fazer política<sup>23</sup>. É nesta busca que iremos encontrar alguns dos elos explicativos do relacionamento entre a população local e o poder local constituído ao longo destes anos.

Parece haver uma concordância entre os vários estudos<sup>24</sup> sobre a formação do Estado

---

23 - Outro aspecto a se considerar é que as mudanças de cultura política, demandam tempo e não ocorre de forma linear (Viola e Mainwaring, 1987).

24 - Podemos citar entre outros Viola, Mainwaring 1987; Weffort 1985; O'Donnell 1988; Touraine 1989; Sader 1982)

brasileiro, seu papel e a cultura política que foi se afirmando ao longo dos anos. Estes estudos têm demonstrado a existência de uma tradição política baseada no paternalismo por parte do Estado, conjugada com dimensões autoritárias não só da vida pública, mas que se expressa também nas relações cotidianas. Há uma presença marcante do Estado na organização econômica, social e política da sociedade, seja ele populista ou autoritário.

A partir de 30, com Getúlio Vargas teremos um grande crescimento do poder do Estado central, crescimento irreversível segundo Lamounier (1987). Este mesmo autor ressalta um aspecto que de uma forma ou de outra ainda apresenta alguns resquícios nas políticas municipais em Itá, que é da busca de "conciliação" no fazer político, de tentativa de negação do conflito, pelo menos a nível de discurso. Isto tem a ver com outros fatores, como o ideal de uma comunidade, de que todos tem o mesmo objetivo de "bem estar da comunidade". Aspecto também presente na política nacional deste período.

Juscelino Kubistchek inaugura o período desenvolvimentista, com forte presença do Estado (Sader, 1982). E a partir de 64 o regime militar brasileiro acentua a centralização do poder no Estado, bem como uma desmobilização generalizada do setor popular (O'Donnell, 1988<sub>c</sub>). Neste sentido o regime militar acabou reforçando, reproduzindo padrões autoritários numa ampla gama de relações sociais, não somente políticas. Seja através da interferência direta do Estado, seja através do uso de violência física e ideológica.

Na origem do municipalismo brasileiro tivemos o coronelismo como uma forma de dominação, baseado nas relações entre o "Coronel" dono de terras e os pequenos proprietários, empregados e outros envolvidos numa troca desigual. O paternalismo se fazia presente nas ações do coronel e de seus representantes no poder local. Posteriormente, dependendo do contexto e do desenvolvimento econômico, o coronelismo clássico foi mudando para relações mais clientelísticas, onde outros setores como o setor burocrático do aparelho Estatal e em cidade pequenas, por exemplo, setores intermediários como comerciantes e profissionais liberais (médicos, advogados etc), vão concentrando uma parcela relativa de poder e influência.

Entretanto, permanecem em sua essência os vínculos de uma relação de dominação. Que por um lado baseia-se na privatização da área pública, sendo fluída as fronteiras entre o

interesse público e privado (Faoro, 1976; O'Donnell, 1987; 1988) e que, por outro lado, facilita um complexo sistema de troca no qual se sustenta.

Este sistema de troca dimensiona-se em duas vertentes. Uma baseada na troca de favores, privilégios e defesa de interesses em troca de apoio nas relações interinstitucionais e apoio político em época eleitoral, que conforme O'Donnell (1988<sub>b</sub>), é uma forma de clientelismo horizontal. A outra vertente baseada na troca de "favores" por voto nas relações com os segmentos situados fora do círculo de decisão e distribuição, mas que através do voto pode legitimar o governo.

Estas relações não são exclusivas de época eleitoral se bem que, nestas épocas, tornem-se mais claras. Em Itá estas relações são verificadas em vários momentos. Transparece na percepção que as pessoas têm do papel da Prefeitura e na relação que a Prefeitura estabelece com a Eletrosul.

Todos estes elementos contribuem para enfraquecer uma postura autônoma da população que considera a Prefeitura como instância única para resolução dos problemas referentes à relocação. Não só problemas mas também propostas e planejamento.

Por outro lado, temos uma tradição de iniciativa e presença do Estado, com fortes indícios autoritários e de centralização (Viola; Mainwaring 1987, Weffort 1985, O'Donnell 1988, Touraine 1989, Sader 1982). E neste contexto a autonomia municipal tem sido pequena. Nos últimos anos estão surgindo algumas propostas no sentido de tentar reverter esse quadro através de uma descentralização do Estado, fruto de uma maior reivindicação de grupos organizados e até da iniciativa de alguns governos estaduais e municipais de promover a participação. Todavia estas tentativas de democratização do Estado (poder local) têm ocorrido em cidades de maior porte, não tendo penetrado em cidades pequenas como Itá.

Pelas características do Estado Brasileiro mencionadas anteriormente, a prática do clientelismo, o jogo de interesses particulares apresentados como públicos entre outros aspectos, são uma presença constante nos municípios pequenos. Esta prática é reafirmada não só pelos poderes executivo e legislativo e equipes mas também pela percepção da população em geral frente ao papel da Prefeitura. Percepção que em muitos momentos se traduz na expectativa de um Estado paternalista.

Em cidades pequenas parece que este quadro de benefício e apoio, com uma "leve" confusão entre o bem público e interesses privados é ainda mais frequente.

Em Itá chama a atenção o fato das relações familiares estarem presentes nas relações políticas, característica esta também freqüente em outras cidades grandes ou pequenas. Itá, cidade originada por um processo colonizador, foi se desenvolvendo (política, econômica e populacional) em torno de algumas famílias, as quais deram origem ao povoado, hoje sede do município.

Não podemos desconsiderar este aspecto de relações familiares, que permeia todas estas relações e que reforça a própria idéia (mesma que utópica) de comunidade, mas importante para a formação de uma identidade, um elemento unificador que vai se transformando ao longo do tempo. Foi comum durante as entrevistas ouvirmos a frase "aqui somos todos primos".

Neste sentido observamos que as quatro últimas gestões, foram de pessoas da mesma família, ligadas por parentesco, ainda que em partidos diferentes. A primeira do PDS e as três últimas do PMDB.

Outro aspecto observado é a relativa continuidade das pessoas que integram a Comissão Pró-Relocação de Itá, bem como no poder público municipal, o que conforme O'Donnell (1987) é um fato comum na vida pública brasileira. Vide, por exemplo o alto índice de continuísmo na esfera legislativa. O continuísmo irá implicar numa "manutenção de um estilo político arcaico" (idem). Continuísmo este que tem a ver com a formação histórica do município e com questões econômicas.

Esta continuidade contribuiu para a relativa semelhança nas várias gestões municipais no modo como foi conduzida a negociação com a Empresa, bem como na forma de lidar com a população e promover sua participação. Mesmo ocorrendo uma troca de partidos, não houve inovação na forma de fomentar a participação. Se houve interesse em promover a participação, este ficou diluído nas relações entre a Comissão e a Prefeitura.

Em Itá, as relações paternalistas e de personalização do poder transparecem na relação que a população estabelece com a Prefeitura, que é percebida como a instância que deve resolver os problemas referentes a realocização:



*"Devido a demora da cidade eles xingam muito, vem aqui na Prefeitura, eu chego em casa e eles vão lá para reclamar ... 'dizer para a Eletrosul terminar a minha casa, minha casa tá ruim'... Eles vem às vezes três pessoas na Prefeitura ou vem vinte juntas, ou então individualmente. Pois acham que se vierem sozinho vou resolver o problemas deles. (Prefeito 1992).*

Conforme Fabio Wanderley Reis, "a aparelhagem do Estado representa em si mesmo um crucial fator de poder" (1988<sub>a</sub>; 14). Neste sentido as disputas pelas Prefeituras são acirradas, um jogo onde vale tudo, desde promessas até a compra de votos, passando pela difamação do candidato opositor. O importante é ser posição.

A apatia de outros momentos aliada a uma percepção clientelística do Estado, atribuindo ao poder público grande concentração de poder, cria em momentos eleitorais em Itá, um espaço de disputa, com fortes emoções, perpassando vários aspectos na escolha do candidato. Conforme um depoimento sobre a época eleitoral:

*"conflito é grande, separa, (...) causa separação, esta luta é frontal" (cf. depoimento de um jovem)*

O poder público é centro de grande influência e poder a nível local. Em Itá mais do que tomados por uma ideologia partidária, observamos que a meta a ser alcançada é ser "posição", é estar no centro desta confluência de influência, interesses e controle público. Neste contexto a perspectiva de partido, enquanto partido com idéias diferentes, com ideologia própria, parece se perder nas disputas pelo poder público.

Em 1982, Itá vive uma troca de partidos na situação da Prefeitura. Desde a sua fundação enquanto município um único partido estava na situação. Nestas eleições o PMDB vence e com um candidato dissidente do outro partido. O que não parece ser um fato estranho à vida política partidária brasileira onde, conforme Fabio W. Reis (1988<sub>b</sub>; 317), há uma fluidez da vida partidária (uma troca entre os partidos), reiterado pela atuação do regime autoritário.

De forma geral poderíamos explicar esta vitória como o reflexo do desgaste do regime militar, nessas eleições em que o PMDB teve uma expressiva vitória em vários Estados. Porém, pelas características de Itá em 1982, um município com população residente de 7.912 (Santa Catarina, 1990<sub>b</sub>), com relativa distância dos aspectos violentos e repressivos do regime, este aspecto pode ter contribuído, mas não de forma decisiva.

Pensando em termos locais, a construção da hidroelétrica pode ter sido um fator

decisivo. A campanha do candidato da oposição, baseou-se numa atitude mais crítica em relação à Eletrosul. Os jornais, na época, retrataram esta vitória com a manchete " Prefeito eleito de Itá não quer mudar a cidade" (Correio do Povo, 27/11/1982). Inclusive há depoimentos de que o candidato vencedor teve um discurso contrário á construção das barragens e contrário á mudança da cidade:

*"A campanha em parte foi contra as barragem. (...) eles convenceram que mudar a cidade abalaria o município dai ele ia sofrer".*

Posteriormente, o candidato vencedor admitiu que seu discurso refletia uma postura crítica frente às negociações com a Eletrosul, em suas palavras:

*" (Tive uma) postura critica, de exigir da Eletrosul mais dureza. Não chegar aqui, e ir entrando e começar fazer os trabalhos, mas sim que ela apresentasse primeiro um plano. E talvez isso tenha rendido alguns votos que possa até ter influenciado".*

Este aspecto pode ser considerado importante, se observarmos que a maioria dos votantes eram do meio rural, local onde houve forte mobilização contrária á barragem, apresentando portanto, uma identificação maior com o candidato que apresentasse uma postura mais crítica frente às negociações. Por outro lado, sua vitória serve para demonstrar também a não aceitação completa da política de relocação por parte dos moradores da sede. Mesmo que a eleição tenha sido ganha com a pequena margem de sessenta votos.

O PMDB tem se mantido situação e, nas eleições municipais de 1992, venceu novamente o candidato do partido, Egidio Paludo que foi também o primeiro prefeito do PMDB no município (em 1982).

Nesta eleição chamaram atenção as alianças partidárias realizadas. O PMDB fez aliança com o PRN, concorrendo às eleições contra o candidato da coligação PDT - PT com o apoio do PDS e PFL.

## **7.2 - A Comissão Pró Relocação de Itá:**

Quando se teve conhecimento definitivo da construção da barragem, considerada inevitável pelas autoridades municipais, uma das primeiras preocupações foi criar uma Comissão, que ficasse responsável pelos assuntos gerais da hidroelétrica. Ao longo do tempo a

Comissão foi restringindo suas atividades à questão da relocação da sede.

A formação desta Comissão foi de iniciativa do poder executivo e podemos encontrar suas origens num primeiro grupo, composto por alguns membros da comunidade, sendo a maioria do poder legislativo e executivo, formado para ir à sede da Eletrosul em Florianópolis, visando obter informações mais precisas sobre a obra.

A constituição da Comissão foi decidida formalmente numa reunião, convocada pelo prefeito, em 3 janeiro de 1980, recebendo a denominação de "Comissão Representativa das Classes sociais e econômica" (Ata nº 1). A proposta inicial foi de que ela seria formada por 10 membros, com representantes do comércio e indústria (1); profissionais liberais e funcionalismo (1); agricultura (1); operários (1); avulso (1); Câmara de Vereadores (1); Lions Clube (1); prefeito municipal (1); e poder executivo (2).

Esta Comissão tem como objetivo:

*"Representar as diversas classes sócio econômicas junto aos órgãos administrativos Estaduais e Federais;  
Tratar dos assuntos referentes a implicação dos interesses do município que envolve a barragem de Itá.  
Apresentar e defender os interesses de cada segmento que representa;  
Informar os segmentos que representa sobre o processo de negociação." (Ata nº 1).*

Inicialmente foi escolhido um grupo de coordenadores, responsáveis pela organização e eleição desta Comissão, formada por membros dos vários segmentos. Excetuando-se os representantes da Prefeitura, designados pelo prefeito, e membro avulso, escolhido por todos os segmentos, os outros eram eleitos por seus pares.

No dia 11 de janeiro, realizou-se a eleição e sua divulgação. Ficando a presidência a cargo do prefeito municipal. Nem todos os segmentos sociais ficaram plenamente representado, pois houve conjugação da representação dos operários com representante dos proprietários de lotes<sup>25</sup>. Interessante observar que esta Comissão foi composta, somente, por homens.

Sobre a escolha desta Comissão empossada oficialmente em 18 de setembro de 1980 (ata nº 5) e sobre a votação, as opiniões a nível de população local são divergentes, fruto da

---

25 - Os proprietários de lotes, não contemplados inicialmente, representam os moradores cuja situação, não está incluída nas demais representações, como por exemplo os aposentados.

própria forma como as pessoas participaram deste processo.

Como vimos anteriormente, uma das primeiras questões tratadas pela Comissão foi sobre a mudança do eixo da barragem (capítulo 3), passando a seguir a tratar sobre as questões de relocação, tendo inclusive seu nome mudado para Comissão Pró-Relocação de Itá.

Com as eleições de 1982 e com a transição de uma gestão do PDS para gestão do PMDB, há um momento de crise para os membros da Comissão. A primeira reunião da Comissão, após o resultado, transformou-se numa avaliação do trabalho realizado. A própria continuidade da Comissão foi colocada em questionamento pelos membros, que consideravam a derrota como um "voto de desconfiança" (Ata nº 46 de 26/11/82), como um "trabalho reprovado". Percebe-se que estes se consideravam traídos, uma vez que, na sua visão, haviam sido "na constituição desta Comissão eleitos como os mais responsáveis da cidade" (idem). Enfim na perspectiva da Comissão, o seu trabalho é "despercebido e desvalorizado". Nesta crise de legitimidade e jogo de influências o próximo prefeito teve dificuldades em reunir novamente a Comissão.

Dentro deste quadro pode-se perceber a íntima ligação que tinha a Comissão com o poder executivo, com a situação no poder local. Sentindo neste caso a perda do poder executivo, como reprovação ao seu trabalho e também como o esfacelamento do seu poder frente à localidade.

Por outro lado, o resultado destas eleições pode também indicar a perda de legitimidade destes representantes. Obviamente que há outros fatores mencionados anteriormente (eleições são gerais, eleitorado rural é maior, descontentamento dentro da cidade, campanha contra a mudança da sede pelo candidato vencedor) que devem ser considerados na análise.

Voltando ao histórico desta Comissão, agora na primeira gestão do PMDB, no município, mantém-se, aproximadamente sete meses parado o trabalho da Comissão e também "todo e qualquer trabalho ligado a Eletrosul e a barragem" (cf. prefeito da época). Novamente é através de um trabalho do executivo que se consegue reunir a mesma Comissão, para isto houve necessidade de pedir ajuda ao executivo Estadual. Neste sentido é convocado uma reunião com todos os seus integrantes, com os líderes do PDS e outros políticos, para

acertarem o papel da Comissão, já que a obra sendo considerada "inevitável" o processo para a relocação deveria continuar.

Os integrantes da Comissão continuam, basicamente, os mesmos. Houve algumas mudanças devido à fatores naturais (doenças). Somente na gestão seguinte (1989 - 1992), também do PMDB, foi que ocorreram mudanças significativas na Comissão. O prefeito destituiu a antiga Comissão e formou outra, agora com integrantes nomeados pelo mesmo, porém alguns membros continuaram os mesmos. A destituição da primeira Comissão é atribuída a problemas políticos e de não realização do trabalho, nas palavras do Prefeito:

*"Estava começando a haver problemas políticos dentro da própria Comissão. Alguns dos componentes não desenvolviam mais trabalho a contento, já estavam mais tentado a fazer trabalhos particulares, se aproveitar da Comissão para benefícios particulares".*

Mais tarde são convidados pelo prefeito todos os presidentes dos partidos políticos do município para integrá-la, buscando assim evitar críticas à representatividade da Comissão e legitimidade dos seus trabalhos.

Após este breve histórico da Comissão podemos analisar seu papel e a participação da população neste processo.

A Comissão é o elo de ligação entre a população e a Eletrosul. "Só a Comissão tinha acesso à Eletrosul ..." (cf depoimento de um comerciante). Seus trabalhos enquanto mediadores desta relação, funcionam como um elo de filtragem, tanto das propostas possíveis a fazer à Empresa, ao Estado, como também das informações que chegam e que são repassadas para a população, na medida dos interesses da Comissão. Sendo, porém, um elo de filtragem ou mediadora, ao mesmo tempo, exerce controle social sobre a população, impossibilitando reivindicação autônoma e direta com a Eletrosul. As negociações mesmo quando individuais, como o estilo da casa, escolha do terreno e outras, já estão padronizadas no plano de relocação, feitos pela Comissão e Prefeitura.

No contexto das negociações e definição dos critérios de relocação é marcante a dependência da Comissão em relação ao poder executivo. Desde sua origem, a Comissão já nasce por iniciativa do poder executivo. Esta dependência é forte e funciona para o poder local como forma de ter ideologicamente sua legitimidade, sua política de participação.

Ao tratarmos a questão da participação, induzida ou espontânea, temos que discutir um pouco a percepção de representação política que os atores envolvidos possuem. Na análise desta percepção iremos nos defrontar novamente com princípios autoritários e paternalistas da relação com a população.

Ao que se constata, para alguns membros da Comissão, representar significa ter o poder de decidir, de saber o que é o melhor para os representados. A forma como a Comissão está configurada, em alguns casos, leva ao fato que o representante não pertença ao segmento representado, como por exemplo, a representação dos operários. No caso de Itã isto pode ser caracterizado por uma negação à participação, negação à entrada de segmentos da população, não representados, nas esferas de decisão. O'Donnel (1988<sub>a</sub>) chama a atenção para o fato de que ao representar o representante vai "formando e reformulando essas identidades e interesses". Ou seja, não somente "re-apresenta", mas também cria, re-formula, o que considera como interesses gerais dos representados.

Por outro lado, encontramos problemas de fluidez das fronteiras entre o público e o privado. A representação sempre está ligada a um grupo. A cognoscitividade e a percepção dos problemas e das soluções tende a ser formada a partir do seu grupo. O fato de alguns grupos estarem excluídos no início e só serem incorporados mais tarde, como é o caso da Vila Jandira, implicou que seus interesses e problemas fossem sendo postergados.

### **7.3 - Relação com a Eletrosul**

A Eletrosul, empresa construtora, possui uma imagem dúbia junto à população, imagem reafirmada dependendo do interesse em jogo pela Empresa. Em alguns momentos ela é representante do Estado e a personalização de sua figura. O Estado é percebido como algo de fora e, simbolicamente, como algo poderoso e dominador, com poderes para decidir sobre o futuro da cidade, mas ao mesmo tempo podendo ser paternalista.

Observa-se esta visão na percepção que a população desenvolveu sobre a barragem nos primeiros anos, onde o sentimento de inutilidade da reação estava presente, (visão estimulada pela Empresa). Em outros momentos, para alguns, representa a imagem de "pai/mãe", de uma Empresa que não está fazendo uma obrigação, mas concedendo favores, benefícios, como se

expressou uma moradora: "A Eletrosul é uma mãe".

Em determinados momentos a representação do Estado é mais forte, principalmente, para fazer prevalecer determinadas decisões. Veja-se, por exemplo esse depoimento, onde transparece a insegurança, e uma percepção de impossibilidade para o morador:

*"Os primeiros a serem relocados foram incentivados, para que viessem logo para a cidade nova, porque lidar com órgão federal é difícil. (É difícil o Estado) estar disposto a investir".*

Em outros momento é reivindicado pela Empresa e atribuído a esta uma relativa autonomia e submissão aos desejos de um Estado, já não mais presente e abstrato. Isto ocorre, principalmente, em momentos de escassez de recursos para a continuidade da obra, onde a Prefeitura aparece como ponto de apoio e pressão junto ao governo federal.

Esta relação entre a Prefeitura e a Eletrosul apresenta em alguns momento uma perspectiva clientelística. A Empresa em diversos momentos, por falta de recursos para construir a obra, importante para sua sustentação, buscou o apoio do poder municipal e da Comissão, para que fizessem pressão junto ao governo federal, condicionando o apoio à construção da cidade com a destinação de verbas para tal. A Empresa arca com as despesas (viagens, reuniões) de mobilização dos prefeitos favoráveis, para pressionarem o governo federal. Como aparece nesse relato:

*"A Prefeitura de Itá foi até financeiramente subsidiada pela Eletrosul. (Ela cobriu) esses custos que a Prefeitura teve para fazer essa mobilização" (liderança política).*

A Prefeitura e Comissão sempre procuraram um bom relacionamento político, com a presidência da Eletrosul; Ofícios de congratulações, quando de uma nova presidência na Empresa, sempre se fizeram presentes.

O contato da Eletrosul com a população em geral é muito pouco. Nas reuniões informacionais ela se encontra presente, mas o principal elo de ligação desta com a localidade é a Prefeitura/Comissão.

A interação mais próxima entre a população e a Empresa acontece nos momentos de decisão sobre a construção da casa, mas neste momento a relação se personaliza e os princípios da negociação, do terreno e do projeto já foram definidos pela Comissão.

Nos poucos casos em que houve uma tentativa de grupos de pessoas se dirigirem diretamente à Empresa, para demonstrar seu descontentamento, sem a intermediação da Comissão, seja através de carta ou pessoalmente, a Empresa levou ao conhecimento da Comissão e solicitou providências para que todas as reivindicações fossem feitas através da mesma. Esta atitude é ratificada pelo Prefeito numa tentativa de homogenizar as reivindicações (Ata nº 209 de 05/03/92).

Neste sentido a Eletrosul busca instituí-los (Comissão e Executivo) como representantes legítimos e únicos das reivindicações e interesses da população local.

Como a morosidade no tocante às indenizações e à própria obra, refere-se a problemas econômicos, de financiamento da mesma. Em diversos momentos a Eletrosul buscou o apoio das lideranças locais (Executivo, Comissão) visando à liberação de recursos junto ao governo federal. E em alguns momentos buscou o apoio para a própria continuação das obras, quando estas foram paralizadas pelo governo federal (1985). Numa tentativa de contrabalançar a pressão do Movimento de Atingidos por Barragens, pela paralisação definitiva dos projetos de hidroelétricas na bacia do Rio Uruguai, como se expressou um técnico da Empresa numa reunião com a Comissão:

*"Já que existe movimento contrário à construção das barragens, o povo de Itá deveria se reunir e tomar uma posição firme a favor das barragens de Itá e Machadinho"*  
(Ata nº 96. 16/05/85).

As obras tiveram continuidade, mas o problema de financiamento persiste. Atualmente a Eletrosul está discutindo a parceria com a Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) para a continuidade dos trabalhos da UHE-Itá. A Celesc pretende comprar 30% desta Usina. (Ferrari, 1993).

Observamos que a morosidade na continuação das obras, foi o principal fator de atritos entre a Comissão e a Eletrosul. Várias reuniões foram feitas com a Eletrosul pedindo que esta agilizasse as obras. A própria morosidade contribui para as múltiplas imagens da Empresa na localidade de Itá. Perfazendo em alguns momentos a figura paternalista, ligada ao Estado e, em outros, uma simples intermediária do Estado que depende da "ajuda" local, para conseguir construir a hidroelétrica.



#### 7.4 - Relacionamento com a Igreja e a CRAB.

A Prefeitura de Itá, as lideranças políticas locais e grande parte da população urbana local posicionaram-se favoravelmente à construção da UHE-Itá. Esta postura é destoante na região, onde grande parte dos atingidos pela UHE-Itá, mostraram-se contrários à construção da mesma. Esta particularidade gerou conflitos entre os moradores da sede e seus líderes políticos, com a Igreja e com os integrantes do Movimento de Atingidos por Barragens.

Frente ao projeto de 25 hidroelétricas na bacia do Rio Uruguai, atingindo predominantemente terras agrícolas, formou-se um movimento contrário à construção destas, com base principalmente nos pequenos agricultores. O Movimento de Atingidos por Barragens, iniciou em 1979, mobilizando grande parte dos atingidos.

A identidade de "atingido" do movimento se constrói em torno de uma situação de expropriação comum, expropriação da terra, fonte de trabalho e expropriação do espaço social. Esta identidade ao mesmo tempo que os unifica a partir de uma situação comum de atingido, define-se também como bandeira de luta pelos seus direitos (Scherer-Warren, 1988).

Esta postura contrária do Movimento de Atingidos é vista pela população da sede de Itá, nos primeiros anos, como uma atitude nociva à própria cidade, pois estaria atrapalhando as perspectivas de "progresso" para o município. Neste sentido a resistência passa a ser visto como uma resistência ao progresso e a mudança social.

Em 1979, numa reunião em Chapecó, os padres das localidades atingidas, decidiram sobre a "necessidade de levar a comunidade à uma tomada de consciência sobre a situação que acarreta com este tipo de construção" (Livro Tombo). Este princípio vai nortear a ação da Igreja na Região Oeste do Estado, que conta com total apoio do Bispo da Diocese de Chapecó, D. José Gomes.

Trabalhar na organização e tomada de consciência dos futuros atingidos é o objetivo da Igreja, enquanto para o executivo de Itá há a necessidade deste tomar a liderança nas negociações. São percepções diferentes de "povo", que levam a formas diferentes de lutas e incentivos a participação popular, o que se evidencia neste diálogo entre o Bispo e o prefeito em 1981:

D'José - *O povo deve ser alertado*  
 Prefeito - *Nós temos que dirigir o povo, ele sozinho não tem condições. (Ata nº 8 de 11/06/81).*

Em vários momentos a postura contrária da Igreja e do movimento é visto como uma ameaça aos interesses e ao progresso da sede urbana. Neste conflito, algumas ameaças, disputas por influências e acusações mútuas estão presentes.

Este conflito de interesses repercutiu na própria ida das pessoas à Igreja. A Igreja que sempre desenvolveu papel central nas pequenas localidades, enfrentou reações quanto a sua postura.

De modo geral, este deslocamento do papel central da Igreja em Itá não é atribuído, pelos moradores a sua postura contrária à barragem, mas sim a sua politização que, para os moradores, estaria relegando os serviços espirituais a segundo plano. Estes queriam ir à igreja para rezar e não para ouvir sermões políticos:

*"A gente até deixou de ir na missa. Nós queríamos ir na missa ouvir o evangelho e não burrice. Pouca gente vai na missa, devido a que davam em cima da Eletrosul e o pessoal deixou de ir na missa" (Comerciante).*

*"Muitos se revoltaram. Não fomos mais a igreja, para ver o padre falar de barragem e política" (setor educacional).*

A ligação da Igreja, ou melhor dos padres locais com postura política partidária, na visão dos moradores foi muito forte e esta não conciliação de interesses levou a um afastamento do papel central da Igreja como articuladora e formadora de opinião na localidade.

Observamos que esses discursos e o entendimento do papel da Igreja é muito contextual, dependendo dos interesses que esta defenda, se está em conflito ou não com os interesses da localidade. Observamos, por exemplo que, em outros momentos, quando a Igreja local estava mais preocupada com questões espirituais, esta foi duramente criticada pelos moradores que esperavam uma intervenção social mais forte. Como podemos observar, no registro feito pelo vigário da época no livro Tombo em 1939, comentando sobre a postura da comunidade local e o que estes esperavam da igreja:

*"Parece que as dificuldades nunca não podem cessar. Sempre nascem novas lutas, disputas, rixas e brigas. Novamente parece, que o Pároco mesmo tem culpa. "Antes foi a chuva" ou também o sol". O povo exige o que o vigário nunca não pode, que é absolutamente impossível. Tem gente que diz que o vigário não cumpre seu dever não fazendo que o povo sonhe".*

Como em Itá está situado um dos escritórios regionais da Eletrosul e a sua proximidade com a barragem, a sede urbana torna-se palco de manifestação do Movimento de Atingidos por Barragens. Numa das primeiras manifestações coletivas do Movimento de Atingidos a "Romaria da Terra", em 17 de março de 1985, realizada em Itá, houve posturas contrárias das autoridades e tentativa de impedir o movimento. Na compreensão das autoridades locais e de membros da Comissão, esta romaria deveria ser impedida pois:

*"Viria causar sérios transtornos, ainda mais que dois dias antes vai tomar posse o novo Presidente da República e a repercussão do fato poderia até atrasar e paralisar os serviços de mudança da cidade". (Ata Nº 88. 24/01/85).*

A Comissão decidiu nesta reunião, entrar em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para tomar providências, o que não surtiu os efeitos esperados, sendo feita a Romaria em Itá. Conforme depoimento de lideranças locais e dos próprios moradores muitas poucas pessoas da sede participaram do movimento. O depoimento de um morador sobre esta romaria expressa esse momento:

*"Uma vez veio muita gente contra. Foi o Bispo, ele reuniu mais de 3000 colonos, fizeram um levantamento com reza, queimaram caixão. Daqui de dentro (da cidade) ficou em casa, pouca gente saiu fora. Porque nós achava que era uma bobagem fazer aquilo. Já estávamos escolhendo o terreno da casa". (entrevista 1989).*

Estes anos foram marcados por muitos conflitos entre a sede local, a Igreja e o Movimento de Atingidos por Barragens. Como, por exemplo, demonstra uma correspondência (do dia 04/09/87) enviada pelo Conselho Comunitário de Itá para a Eletrosul, na tentativa de desacreditar o trabalho da CRAB junto aos agricultores atingidos do município:

*"Salientamos que nossos agricultores se manifestam e sempre se manifestaram contrários às decisões da CRAB, não acreditando que esta entidade esteja engajada na defesa dos agricultores atingidos de Itá e sim preocupados com afazeres de ordem político-partidária."*

Mais recentemente, com o andamento da barragem e a mudança de discurso do Movimento, passando do "Não as barragens" a uma postura de negociação, para garantir os direitos dos atingidos, é que está se criando uma possibilidade de diálogo entre a CRAB e a população urbana de Itá.

Atualmente a Igreja e a CRAB começaram a ter seu trabalho reconhecido pela população local. Alguns fatores estão sendo importantes neste reconhecimento, como por exemplo, o reassentamento dos agricultores e o acordo para reassentar os sem terra da região atingida, com financiamento para aquisição de terras a preço de custo. A partir de 1990, a CRAB começou a atuar na Vila Jandira, trabalhando na organização dos moradores da vila e na defesa de seus interesses. E as próprias dificuldades na relocação para a nova cidade, levaram alguns moradores a refletirem sobre sua mobilização e participação no processo de negociação e construção da nova cidade.

Em síntese, podemos observar que as várias modalidades de participação e de postura favorável em relação a barragem tem a ver com as expectativas e relacionamentos criados com a Prefeitura, Comissão, Eletrosul e com a igreja e o Movimento de Atingidos por Barragens.

Houve uma expectativa criada pela população de que a Prefeitura e a Comissão resolveriam seus problemas. Essa projeção do papel da Prefeitura e da Comissão, esteve presente nos próprios integrantes destas, que se consideram como instância única de resolução dos problemas e formulação de propostas. Aspecto reafirmado pela própria Empresa ao considerá-los como únicos representantes legítimos da população.

A particularidade destas expectativas e da própria participação da população neste processo, pode ser explicada, por um lado pela história da localidade, por outro pela representação simbólica do Estado (paternalista/autoritário).

Estes fatores ajudam a compreender as várias nuances da participação da população nos processos decisórios relacionados à nova cidade, bem como sua postura de aceitação positiva da barragem.

## 8 - OS DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO

"Participação" passou a ser uma constante no debate nacional nos últimos anos. Entretanto participar, valores democráticos, etc, não são adquiridos momentaneamente, bastando a "vontade" para que ocorram. É necessário toda uma "prática reiterada", de valores democráticos, como afirma O'Donnel (1988b).

Temos em Itá um contexto de relações clientelísticas, de imagem paternalista do Estado, com fortes componentes autoritários nesta prática, bem como, uma percepção de incapacidade de organização autônoma e de iniciativa de mobilização da população local por parte dos líderes locais. Sem dúvida a construção da barragem representou uma ruptura no cotidiano da população. Em que medida esta representou rupturas com as práticas e valores habituais? De que forma ela pode servir como elemento de mudança de alguns padrões de cognoscitividade e repercutir nos processos participativos?

A questão de mobilização e participação da população é propagados pela Prefeitura e pela Empresa construtora. Neste contexto participar é um desafio. Até que ponto houve realmente participação da população? Que tipo de participação? Como foi encaminhada? Pretende-se neste capítulo analisar a questão dos processos de mobilização e participação na área urbana de Itá e, neste sentido, explicar as formas de participação e do tipo de participação (na Comissão e poder público local).

Para isto analisar-se-á primeiramente a forma de informação que a população teve acesso, ou seja, o modo como a informação era compartilhada, a construção da participação individual e coletiva, formas de mobilização e formação de grupos.

### 8.1 - O sistema de informação

A informação é um papel chave para todo e qualquer mobilização. Estar informado, ter acesso a informação representa um aspecto importante e um relativo poder a quem a possui, ou a ela tem acesso. Por sua vez esta é um elemento importante para a consolidação de práticas democráticas.

Em localidades do porte de Itá, cidade pequena, a proximidade das pessoas ocasionada pela própria dimensão espacial da cidade leva a uma gama variada de interação. Neste sentido a co-presença é um fator importante na disseminação das informações, na forma, bem como, no que é veiculado. A proximidade possibilita ainda o controle direto da população, dificultando o surgimento de organizações autônomas do poder executivo e da Comissão.

Mesmo com a percepção e construção do discurso de "comunidade" presente na identidade dos itaenses, a percepção das diferenças e hierarquias está presente nas interrelações.

Neste contexto espacial os comerciantes e os profissionais liberais são considerados "vozes competentes" para emitirem opiniões, por se situarem em pontos de referência e encontro de pessoas. Lojas, bares, escritórios etc, são, portanto, locais propícios á discussão e seus personagens principais são considerados pela população local como legítimos agentes de informação.

A informação mais freqüente ocorre através do boato. Os boatos, são resultantes de relações informais, de proximidade entre as pessoas, de convivência e, ao mesmo tempo, de distância com relação aos centros de decisão.

Do lado político esta dupla relação também está presente. Proximidade, por um lado, nos contatos dia a dia entre a população e as lideranças políticas locais, em encontros nas ruas, nos bares e no serviço. E distância social, por outro lado, dos centros de decisão com relação aos operários e outros moradores de pouca influência. Observe-se que para estes setores os chefes políticos da localidade são, na vida econômica, seu patrão ou "benfeitor".

As informações sobre as reuniões com a comunidade em geral são veiculadas pela Prefeitura/Comissão, através de convites (carta e/ou pessoalmente) para alguns setores, como por exemplo, profissionais liberais, comerciantes, empresários. Outro veículo de informação

com alcance mais generalizado é a Radio Aratiba (município vizinho), onde a Prefeitura mantém um programa semanal.

As informações sobre a negociação e o seu andamento (forma e construção da cidade) são mais seletivas. Observa-se de modo geral um desconhecimento, ou conhecimento parcial da forma como foi e como está sendo negociada a relocação.

Esta falta de informação é admitida pela própria Comissão em reuniões internas, quando se deparava com alguma reivindicação, cuja solução já havia sido decidida nas suas reuniões.

Por outro lado esta falta de informação não é admitida pelas autoridades municipais anteriores e atuais que ao refletirem sobre a ação passada tendem a supervalorizar o acesso às informações e à participação da população no processo. Nas propagandas sobre a nova cidade a Eletrosul também superdimensiona a participação geral da população nas negociações.

Observamos que em Itá a falta de informações mais precisas, aliado a aspectos históricos e a ideologia do progresso ocasionaram uma fragilidade de participação e concentração das decisões a nível do poder político.

## **8.2 - Participar: entre desafios e continuidades**

A participação geral da população, através dos diferentes segmentos sociais, foi pouca como ficou constatado nos resultados da pesquisa. Este fato é marcante desde o início, quando teoricamente se supõe seria um momento propício para se ter um maior interesse em participar e se informar. Conforme uma pesquisa, feita em maio de 1981, portanto bem no início do processo, encomendada pela própria Empresa para fazer parte da Estudos de Impacto Ambiental, constatou-se a pouca participação da população em geral.

O universo da pesquisa incluía instituições locais e a população em geral. Em relação a esta última, entrevistou-se aproximadamente 20% das famílias, de um total de 940 famílias. Nesta pesquisa constatou-se que, além das poucas informações disponíveis sobre a construção da barragem e propostas de indenização, "a participação nas reuniões convocadas pela Comissão de representantes e/ou Prefeito tem baixa expressão (49% da amostra)..." (Eletrosul, 1982<sub>a</sub>; 55).

Depois, em nossas pesquisas, nas três etapas de campo realizadas (1989, 1992, 1993) constatou-se também que esta participação não havia sido muito freqüente. As entrevistas apontam para uma maior participação no início, no qual o número de homens foi maior do que as mulheres. Estas, em grande parte, deixavam para o marido ou filhos a ida às reuniões. Os segmentos que mais participaram foram o setor comercial e industrial, profissionais liberais e setor educacional.

As reuniões sempre foram convocadas pela Prefeitura junto com a Comissão. Sendo que o número de reuniões abertas à população em geral foi em maior intensidade no início, tinham uma função mais informativa, ou para aprovação simbólica de medidas já tomadas pela Prefeitura, Comissão e Eletrosul.

A participação sendo pouca no início, tende a diminuir a partir do momento em que as pessoas iam tendo o seu problema resolvido (planta da casa feita) e à medida que iam se mudando para a cidade nova. Este fato não passa despercebido para alguns integrantes da Comissão:

*"Quanto maior o número de famílias que vai a cidade nova mais enfraquece o movimento aqui embaixo (...) Poucos continuaram a participar depois que passaram a morar lá na nova cidade, resolveram o problema deles e automaticamente enfraqueceram e vem enfraquecendo gradativamente o movimento das pessoas que aqui ficaram" (depoimento de um integrante da Comissão).*

Este aspecto de mudança gradual da população já era percebido em 1989 como fator desmobilizador na localidade:

*"Eu acredito que houve muita falha entre os moradores, havia uma Comissão para discutir com a Eletrosul, se todo o pessoal de Itá se reunisse ninguém se mudaria se não tivesse tudo pronto. Ai aos poucos foi mudando as pessoas. Essa mudança dificulta a reunião da população" (comerciante).*

Nas entrevistas realizadas em fevereiro de 1993, com 20 famílias entre os moradores da nova cidade de Itá e que já moravam em Itá antes de 1984, constatou-se que a partir do momento em que se mudaram, com exceção dos que participavam da Comissão, somente um continuava indo às reuniões gerais. Importante lembrar que nos últimos anos o número de reuniões gerais têm diminuído.

Um indicativo deste desinteresse, foi uma reunião geral programada pela Prefeitura em



conjunto com a Eletrosul, onde esta estaria disponível para informações. Para esta reunião a Eletrosul havia preparado um vídeo sobre a Nova Itá (mostrando os aspectos positivos da arquitetura). Esta reunião fazia parte da programação da festa dos 36 anos de emancipação política do município (em dezembro de 1992). A reunião foi divulgada pelo rádio e por folhetos contendo a programação da festa. A presença na reunião, realizada no salão do clube na cidade nova, foi de apenas onze pessoas. Destas, cinco eram da Prefeitura (Prefeito e vice com as esposas, e o futuro Prefeito), quatro representantes da Eletrosul, eu e meu companheiro. A reunião foi cancelada.

No dia seguinte, a programação das festas incluía um concurso musical. Foi um sucesso, a população lotou a praça, em frente à Prefeitura, onde estava armado o palco. O que pode explicar esta não ida à reunião? Perguntamos para algumas pessoas se sabiam da reunião, confirmaram positivamente e não foram porque não tinham mais interesse, ou estavam cansados, outros ainda deram uma passadinha, mas logo foram embora.

Contudo, o ir às reuniões não indica uma participação efetiva. A preparação delas, é um indicativo do seu caráter e do grau de participação dos envolvidos. A Comissão antes de cada reunião geral, fazia uma reunião interna preparatória dos problemas a serem discutidos, enfim da pauta a ser seguida na reunião. Quando divulgava os convites para as reuniões costumava pedir que as perguntas a serem feitas fossem entregues antes por escrito. Geralmente, antes da reunião geral havia uma reunião dos representantes da Eletrosul, Prefeitura e Comissão.

Por um lado, se essa cuidadosa preparação da reunião e das perguntas, garante uma organização do andamento da reunião, é também um elemento inibidor da participação durante os debates, tendo também um poder de filtro das perguntas a serem feitas.

Uma grande maioria silenciosa, esta parece ser a participação da população nestas reuniões, como se expressou um morador: "o pessoal não fala nas reuniões".

As reuniões gerais não foram muito frequentes e sua função era mais simbólica, de legitimação das propostas e do processo de negociação e também para repasse das informações. Enfim, acreditamos que este depoimento resume bem a questão das reuniões com a população em geral e o seu papel:

*"Nunca houve assim digamos um prazo pré-determinado para as reuniões com a população. Porque o problemas sempre foi mais tratado a nível de Comissão com a Eletrosul. E a Comissão as vezes se reunia com a comunidade e sentia os problemas e levava a nível de reunião. Então as reuniões com a comunidade eram feitas quando se sentia a necessidade de que se deveria dar alguns esclarecimento a população" (Membro da Comissão, participa desde a primeira delas).*

A participação coletiva, isto é, a formação de grupos autônomos, desligados da Comissão foi raro. Há alguns poucos casos de grupos de pessoas que se reuniram para reivindicar esclarecimento seja sobre o asfaltamento da cidade e informações gerais, dirigindo-se diretamente à Eletrosul, mas cujas questões são remetidas à Comissão. O grupo de maior expressão foi a Comissão paralela de mulheres.

- A Comissão de mulheres:

Até a década de 90 a presença e participação nas reuniões foi predominantemente masculina:

*"nunca participei de reunião, o marido ia, o filho também, mas eu não"*

*"As mulheres nunca eram convidadas para nada".*

Algumas sentiam necessidade de participar, mas os padrões de uma cultura masculina ainda se faziam fortes. O que demonstra estes depoimentos coletados em 1989:

*"A mulher também devia se reunir e ir falar com a Eletrosul. A mulher também tem força nestes momentos, porque a moradia também é da gente, devia uma de nós fazer essas reuniões" (comerciante).*

*"Precisa uma mulher na frente, tem que ter alguém disponível, tomar a direção para ir conversar com eles (Eletrosul). Mas tomar a dianteira é impossível". (funcionária pública).*

Mas ao mesmo tempo complementava:

*"Homem tem mais jeito do que mulher, não quero me meter como faca sem cabo"*

Conforme depoimentos de suas organizadoras o Movimento surgiu em janeiro de 1991 e foi considerado o:

*"Levante da mulherada. Formaram a Comissão Feminina Pró-Relocação, os homens não davam conta do recado, estava tudo parado. O objetivo era mexer com as autoridades. (...) a princípio a Comissão não foi bem aceita pela outra Comissão, pois eles achavam que as mulheres não tinham que meter o bico, mas nós continuamos. (...) Não posso dizer que isto fez com que retomasse as obras mas ajudou. Dai em diante não parou, em ritmo lento, mas não parou."*

A tática desta Comissão era mandar cartas, ofícios, aos Órgãos federais, ao Governo Federal e Estadual, contanto a experiência e os problemas enfrentados na localidade com a demora da construção da cidade e a morosidade na transferência da população, relatando as dificuldades em se viver em duas cidades. Também foram feitas algumas viagens a Florianópolis, na sede da Empresa.

Para outros, porém, o surgimento desta Comissão obedeceu mais a objetivos políticos/partidários do que mobilização para pressionar a Eletrosul:

*"Surgiu de ótima idéia pela demora da Eletrosul, depois caminhou pelo lado político partidário, mas foi brigando aqui, contestando o trabalho da Comissão e da Prefeitura" (liderança política).*

*"E a Comissão de Mulheres quando foi formada, ela não tinha objetivo de ajudar a buscar soluções, o objetivo foi político, porque lá se reuniram algumas mulheres, adversárias nossas" (Membro do Executivo).*

Esta Comissão criou um fato político. Na localidade todos tiveram conhecimento da formação desta Comissão e das reuniões. Nas primeiras reuniões, houve uma maior participação de mulheres que depois foi diminuindo. Posteriormente foi integrada à Comissão Pró-Relocação de Itá. Três mulheres fazem parte agora desta Comissão.

Na origem do movimento, questões políticas/partidárias se não foram um fator crucial, não podem ser dissociadas, pois era um contexto pré-eleitoral. Inclusive, duas mulheres das organizadoras do movimento se candidataram a vereadoras pelo partido de oposição (PDS), sendo que uma se elegeu.

O peculiar a esta mobilização é a criação de um espaço público de discussão e pressão, iniciado pelas mulheres que haviam ficado à margem do processo de negociação. A vida dessa Comissão foi curta, no início de 1992 já estava incorporada a Comissão Pró-Relocação de Itá. Entretanto, em sua breve existência criou um fato novo na localidade, importante em dois aspectos:

- 1) de pressão junto a Empresa e ao governo federal estadual, mostrando o seu cotidiano, e;
- 2) A mobilização de algumas mulheres, rompendo com padrões culturais. Os resultados desta não aparecem a curto prazo, mas contribui para ir criando uma nova percepção da mulher, e de sua atuação a nível político.

### **8.3 - Identidades sócio políticas e mobilização popular: Identidade de beneficiário?**

Como mencionado anteriormente, a localidade urbana de Itá apresentou um comportamento diferenciado em relação as demais localidades atingidas pela UHE-Itá. Enquanto estas últimas se posicionaram contra a construção da mesma e se organizaram em torno da identidade de atingidos, em Itá houve a formação de discursos favoráveis á construção e defesa da hidroelétrica.

Vários aspectos, já observados nos capítulos anteriores, contribuíram para o posicionamento favorável a construção da UHE-Itá. A ênfase nos aspectos positivos da construção da barragem, a percepção desta como fator importante para o progresso da cidade; a forma como foram conduzidas as negociações, o sistema de informação e participação limitada da população cujas raízes podemos buscar na própria cultura política e na atuação do executivo local. E, por último, a perspectiva de uma nova cidade onde se mesclam utopias de progresso e atração pelo novo.

Todos estes aspectos contribuíram para uma expectativa coletiva de benefícios. Esta expectativa em determinados momentos serviu para aglutinar o grupo. São momentos precisos onde há necessidade de unificar o grupo em torno da defesa destes benefícios. São momentos de articulação de uma identidade coletiva de beneficiário.

A questão da identidade política/social é tema de diversos estudos, que procuram observar a importância da identidade estabelecida pelo grupo para a formação de condutas coletivas.

O tema identidade tem se tornado uma constante em vários estudos sobre ação coletiva (por exemplo Evers, 1984; Touraine, 1987; Laclau, 1986; Melucci, 1989). Este estudos procuram, por um lado, resgatar o papel do indivíduo no social; por outro, analisar o

processo de formação de ações coletivas e a importância da identidade individual e coletiva nestes processos.

Neste último aspecto a identidade sócio-política representa um fator significativo no desenrolar das ações individuais e coletivas. Como demonstra Touraine (1987) a identidade formada pelo grupo tanto pode contribuir para a formação de ações coletivas como inibi-la.

A população rural de Itá e outras regiões atingidas se mobilizaram contrários á construção da barragem, formando o Movimento de Atingidos por Barragens do Rio Uruguai. Neste contexto a percepção dos impactos negativos levou a formação de identidade de "atingido" entre a população camponesa. Esta identidade coletiva serviu como um elemento aglutinador do grupo e como bandeira de luta para as reivindicações (Scherer-Warren, Reis; 1988).

Em Itá, em determinados momentos, houve a formação de uma identidade coletiva de beneficiário. Neste sentido qual a relação que poderíamos estabelecer entre a formação desta identidade coletiva de beneficiário e o não surgimento de ações contestatórias?

A identidade de beneficiário é fruto de um processo articulatório. Neste processo podemos observar três dimensões de interações simultâneas: os processos individuais; a dimensão de interação com outros indivíduos vivenciando a mesma situação e a interação com o "outro", ou seja, as influências e relações externas ao grupo. A identidade coletiva que se constitui é um processo de negociação e renegociação entre estas várias dimensões.

Na dimensão individual, observamos por um lado que não podemos falar de identidade, mas sim de identidades. Como demonstra Laclau (1986), em seus estudos, o ser individual possui várias identidades, formada no âmbito de cada posicionalidade de sujeito.

Neste sentido, por exemplo, os comerciantes em Itá valorizam a barragem pela perspectiva de aumento na circulação de dinheiro, no entanto mostram-se preocupados com o grande aumento populacional (principalmente de operários) e suas conseqüências a nível cultural. Estas ambiguidades presentes nos discursos nos remetem a uma pluralidade da racionalidade e multiplicidade da percepção, cujas ações individuais/coletivas são frutos de uma prática articulatória, onde determinados aspectos são valorizados e resignificados constantemente. Estas identidades parciais contribuem na formação da identidade(s)

coletiva(s).

A identidade coletiva deve ser entendida não como uma dimensão estática e imutável, mas sim como o resultado de um processo articulatório que integra vários significantes (econômicos, sociais, culturais, políticos, etc), estando sujeita a modificações constantes.

Em Itá, como observado anteriormente, a identidade de beneficiário se constituiu em momentos precisos, formada em momentos de conflito com o Movimento de Atingidos por Barragens e serviu simultaneamente para unificar e delimitar o grupo. E por outro lado, para proteger suas expectativas. Esta identidade construída em relação à expectativa de benefícios e na interação com o Movimento de Atingidos por Barragens não é homogênea. Foi uma identidade articulada politicamente mais a nível das autoridades municipais, Comissão e setores informacionais chaves na localidade.

De forma geral, o discurso de "benefício" é construído, deslocando-se determinados aspectos das negociações (como por exemplo a infra-estrutura da nova cidade, as casas de alvenaria, o asfalto, etc), para o âmbito do benefício. Por exemplo, o Movimento de Atingidos por Barragens, estruturou sua organização em torno de uma definição de direitos, frente a uma ação governamental, considerada não como um direito do Estado, mas como uma ação de expropriação. Por outro lado em Itá, esta perspectiva de direito não esteve muito presente nos primeiros anos. A nova cidade, sua infra-estrutura aparece nos discursos como uma concretização de ganhos, não como realização de direitos adquiridos, tendo em vista a necessidade de mudança.

Outro aspecto importante para a pouca mobilização coletiva, foi a perspectiva de se considerar a barragem como algo inevitável, portanto algo contra a qual não adianta resistir. Por outro lado, construiu-se um discurso de desprendimento dos moradores em relação ao bem público maior. Ou seja "a produção de energia elétrica para o Brasil progredir" (relato de uma moradora).

A expectativa de benefício e a identidade de beneficiário formada em alguns momentos, foi importante para a não formação de uma resistência organizada à Hidroelétrica. Alguns moradores, além da expectativa de benefício, consideram que não houve grande resistência, nem grandes movimentos porque:

*"Aqui o movimento de reivindicar é muito difícil, o pessoal é pacato ninguém faz nada. Para fazer movimento é muito difícil. Querem saber de ficar em casa." (comerciante).*

Nos últimos anos, a comparação com o Movimento de Atingidos por Barragens e suas conquistas tornaram-se fonte de reflexão para alguns moradores de Itá sobre a atuação de seu grupo. Como se expressaram alguns habitantes:

*"Os agricultores se saíram muito bem. Eles se organizaram brigaram bastante. Se organizaram melhor." (comerciante).*

*"A área rural foi bastante resistente, ela não aceitou de início facilmente. Eles lutaram se organizaram muito bem".*

Em síntese podemos observar que esta postura de aceitação da obra, só pode ser explicada pela interação dos diversos fatores analisados até aqui, ou seja, pela interação da percepção da barragem, a forma como esta obra foi vista pela população; a maneira como participaram das negociações; a atuação do executivo e da Comissão; a importância atribuída à nova cidade; a identidade de beneficiário formada em determinados momentos e as expectativas de progresso e benefícios advindas com a mesma.

A expectativa de benefício ao longo da trajetória vai enfraquecendo e as identidades formadas estão em constante processo de modificação. A demora e os problemas enfrentados com a construção da cidade e da barragem, o convívio forçado com as pessoas que vieram de fora, o dilema colocado frente ao novo e a perda do seu espaço social tradicional, bem como as novas formas de interação com a CRAB e a visualização dos resultados concretos obtidos pelos agricultores, abrem outras possibilidades e perspectivas para a população urbana de Itá. Novos significantes, novas articulações, novas identidades, são horizontes para o futuro.

## 9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma característica da política energética brasileira é a não participação da sociedade civil no seu planejamento. Neste contexto se insere a política de aproveitamento hídrico da Bacia do Rio Uruguai. As 25 hidroelétricas projetadas para esta região não foram alvo de discussão popular para sua implementação.

A Usina hidroelétrica de Itá, primeira a ser construída na região, ainda está no processo inicial de suas obras. Por uma forte pressão do Movimento de Atingidos por Barragens e por exigências de financiadores como o Banco Mundial, a questão social dos reassentamentos está sendo resolvida primeiro.

A construção de uma barragem representa uma ruptura no cotidiano das populações que ficam dentro de seu quadro de abrangência. A literatura sobre os efeitos destas obras, comprovam que eles não são percebidos e sentidos da mesma forma pela população como um todo, aspecto comprovado em Itá. Alguns têm mais possibilidades de lucrar com a mesma, como é o caso dos comerciantes e profissionais liberais, devido, em grande parte, ao aumento da demanda por bens comercializáveis e à demanda por prestação de serviço. Há todo um aumento do fluxo de capital na localidade, distribuído de forma desigual entre a população. Outros grupos, principalmente, os de baixo poder aquisitivo, enfrentam problemas como a alta generalizada dos preços dos gêneros alimentícios e dos aluguéis e a demanda maior pelos serviços públicos, sem o conseqüente aumento dos mesmos. É toda uma questão de dissociação dos lucros e custos (Wolf 1983).

Os moradores da cidade de Itá, como vimos, desenvolveram uma postura favorável à



obra, com a contribuição de vários aspectos resultado de um processo articulatório entre várias dimensões.

As dimensões priorizadas na análise e que a nosso ver são as bases de sustentação desta postura, tem a ver com a percepção da perspectiva de ganhos que desenvolveram em relação ao processo de implantação da barragem; a percepção das mudanças no cotidiano, mudanças econômicas, sociais e culturais; a percepção favorável à uma nova cidade e os dilemas enfrentados nesta negociação e a dimensão política de relacionamento com o executivo municipal, Comissão de relocação, Eletrosul, bem como com a CRAB e a igreja. Estes aspectos, conjugados com as informações recebidas e a forma de participar no processo, levaram a defesa da construção da barragem pelos moradores.

A percepção desenvolvida em relação à barragem de Itá foi múltipla. No primeiro momento, quando receberam a notícia da construção da barragem, omitindo-se sobre o alagamento da sede, verificou-se um momento de euforia entre os moradores que tiveram acesso a estas informações (comerciante, lideranças, profissionais liberais, educadores). A euforia correspondia a uma perspectiva de crescimento para a localidade, que não seria alagada.

O segundo momento, quando a notícia do alagamento da sede torna-se de domínio público, configurou num período de instabilidade na localidade. A certeza de perder o seu espaço (físico/social), cria uma situação de insegurança individual e coletiva, quanto ao futuro. Neste momento a barragem, enquanto uma ameaça de ruptura no cotidiano leva a uma desestabilização das bases de segurança ontológica do indivíduo. A perspectiva de continuidade no seu espaço social é colocada em perigo. O progresso tão festejado no primeiro momento, passa a ser reavaliado.

Estes dois momentos, em termos temporais são breves, mas intensos, ainda fazendo parte da memória coletiva de muitos moradores. A rápida decisão quanto a relocação da cidade como um todo, ameniza esta situação.

A relocação da cidade passa a ser um aspecto importante para a percepção da barragem como mensageira do progresso. Assegura a permanência no município, com reposição dos bens materiais alagados e também mantém a perspectiva da continuidade da

comunidade.

Novamente os aspectos de progresso para a região são salientados. A barragem é percebida como um importante propulsor para o progresso da mesma. Salientamos que esta percepção não é somente uma interiorização do discurso da Empresa. Progredir/desenvolver são idéias integrantes do universo simbólico destes moradores, que vêm no progresso (em alguns momentos visto como sinônimo de industrialização, urbanização plena), a solução para a falta de perspectivas profissionais e econômicas.

O discurso da Empresa valorizando o progresso vai de encontro a estas idéias. Idéias estas alimentadas e sustentadas por grupos chaves na estruturação das redes de relação da localidade. São profissionais liberais, comerciantes, lideranças políticas que situam-se nos pontos de junção da trama social. Estes grupos, como vimos no capítulo sete, são considerados "vozes competentes" na localidade, principais disseminadores de informação.

Por outro lado a imagem dúbia do Estado na localidade, visto como paternalista/autoritário, contribui para uma perspectiva de inevitabilidade da obra, muito salientada nos primeiros anos que também é ressaltado pela Empresa. Neste contexto a mobilização contrária a mesma é vista como ineficiente. E a possibilidade de decidir ou não pela sua construção não fez parte do universo vislumbrado pela população local.

Outros aspectos fazem parte deste discurso de inevitabilidade e progresso advindo com a implantação da barragem, como o discurso da utilidade pública da mesma e a necessidade de energia para o consêquente desenvolvimento do País.

Por um lado, temos então a barragem vista como um importante propulsor do progresso para o município. Por outro lado, a nova cidade, os discursos que se criaram sobre esta, sua identificação com o moderno e urbano, as expectativas, sonhos e desejos configuram-se numa das dimensões chaves para compreendermos a defesa da barragem.

Durante a construção da nova cidade, quando esta deixa de ser somente riscos e traçados e começa a sair das plantas dos engenheiros e arquitetos, é que a população de forma geral passa a compreendê-la. Neste momento vários dilemas passam a fazer parte do cotidiano. Os problemas quanto à construção de suas casas (empreiteiras, materiais, projetos, usos e definições de espaço), o desejo de mudar e a perspectiva de deixar a casa que construiu, seu

espaço cheio de significados, bem como os contrastes entre as utopias criadas e a realidade que se foi construindo na nova cidade e nas novas residências. Neste momento, críticas ao trabalho da Eletrosul e seu projeto da nova cidade começam a se esboçar na população de forma geral.

Neste contexto, mesmo com as críticas que surgem, alguns aspectos como melhorias na infra-estrutura da cidade, sistema de esgoto e água, o asfalto, a cidade planejada e a permuta por casas de alvenaria são percebidos pela população como benefícios advindos com a barragem. Percebê-las como benefício é percebê-las, enquanto ato de bondade da Empresa, não como uma compensação pela perda involuntária de seu espaço (social/físico). O que é um direito seu, passa a ser visto como um "presente" à localidade.

Sonhos, projetos, utopias e visões de mundo se misturam, articulam-se e resultam na nova cidade, que não representa o projeto dos técnicos em sua forma pura, nem os sonhos da população. É o resultado desta interação.

A participação da população neste processo é considerada um trunfo pela Eletrosul, apresentada como sinal de sua nova política social. Como podemos observar a participação da população na negociação da nova cidade, não foi ampla. Os canais criados para negociação restringiram a participação ampliada.

A relativa falta de autonomia na participação e as dificuldades de acesso a informações, foram aspectos importantes para o andamento das negociações e o delineamento de ações.

Além destes a percepção do papel do executivo, as relações paternalistas/clientelísticas que guiam as interações e definem as obrigações do Executivo, não somente entre os seus integrantes, mas também esperado pela localidade, configuram-no como articulador das negociações, juntamente com a Comissão e seus representantes, que sempre estiveram muito ligados ao Executivo Municipal. A própria relação com a Eletrosul e a necessária mediação da Comissão, contribuiu para restringir qualquer possibilidade de participação autônoma da população.

Neste contexto a formação de grupos de pressão foi esporádica. O papel da Comissão de mulheres que surgiu em 1991, pode ser considerada como a mais importante ação autônoma por parte de uma parcela da população que reivindicou o acesso a informações e à participação, não estando, em sua origem, ligada ao Executivo ou à Comissão. Mesmo com

sua existência breve, trouxe à tona a participação da mulher nas negociações, até então diluída na pouca participação da população. Este fato pode contribuir para a mudança de alguns padrões culturais de participação, algo que só poderá ser comprovado daqui a alguns anos.

A criação do discurso de benefícios e as expectativas destes benefícios criaram, em determinados momentos, uma identidade coletiva de beneficiários da obra. Esta identidade é articulada nos momentos de conflito com o Movimento de Atingidos por Barragens, na necessidade de delimitar seu grupo e defender seus interesses. Também é reafirmada quando a defesa do progresso para a localidade passa pela defesa da construção da barragem. O discurso de benefício se construiu não somente para se contrapor politicamente ao Movimento de Atingidos por Barragens, na defesa de seus interesses, mas também para fazer frente a suas próprias "perdas", criando subjetivamente uma situação de proteção e compensação ao fato de ter que deixar involuntariamente seu espaço tradicional.

Estas expectativas de progresso, a nova cidade, as formas institucionalizadas de participação, bem como as relações entre a população, Executivo, Comissão e Eletrosul, foram importantes na delimitação da postura favorável e na defesa da hidroelétrica na localidade, a qual só pode ser explicada com relação a todas as dimensões mencionadas acima.

Os moradores da sede municipal de Itá representaram um comportamento atípico na região. Desenvolveu uma postura favorável à construção da hidroelétrica, enquanto vários grupos e localidades ao seu redor foram contrários.

Em fins de 1992, iniciou-se a construção da barragem de Itá. A relocação da cidade está finalizando, quase todos os moradores de Itá com direito à relocação estão morando na nova cidade, ou com o projeto encaminhado. Somente alguns casos ainda não estão resolvidos.

Neste contexto, outras questões se levantam, como por exemplo: Como será a ocupação definitiva da nova cidade, a reinterpretação dos usos e redimensionamentos dos espaços públicos e privados? A reconstituição da comunidade, aspiração presente entre os moradores, será possível? Por outro lado o momento do alagamento como será vivenciado pela população? O que significará efetivamente ver seu espaço social tradicional, sua casa, sua rua, sua igreja, etc, serem destruídos e dar lugar a um imenso lago? Suas expectativas de progresso, suas utopias se realizarão?

No quadro que em Itá se delineou, evidencia-se que a defesa da barragem foi importante, na visão da Empresa, para a legitimação da obra e se construiu a partir da interação de várias dimensões, mencionadas anteriormente. O discurso de benefícios ainda é presente entre os moradores, mas mesmo sendo forte, já se abrem pontos de reflexão e crítica na localidade. As lutas, os conflitos, os dilemas e as percepções criadas ao longo dos anos propiciam aos moradores um espaço de auto-reflexão de seus posicionamentos e de sua prática. Uma auto-reflexão, feita no cotidiano, de sua postura e dos resultados de suas lutas (positivos e/ou negativos), contribuindo desta forma para o dimensionamento de sua postura e ações presentes. Simultaneamente, os moradores vão re-estruturando sua redes sociais, redimensionando seu novo espaço (físico/social) e convivendo com as obras da futura barragem. Neste contexto novos projetos, novas lutas e, provavelmente novos aliados, estão se formando.

## 10 - BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel C. *Tradição e mudança*. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BARRAGEM de Itá é o projeto mais caro. *Diario Catarinense*. Florianópolis, 16/0/93.
- BARROS, Henrique O. M. *Reorganização espacial e mudança social na área do reservatório de Itaparica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. 174 p.
- BARTOLOME, Leopoldo J. *Relocalizados: Antropologia social de las poblaciones desplazadas*. Buenos Aires: IDES, 1985. (Colección hombre y sociedad).
- BATISTELA, Gisela A. *"Velha Itá - Nova Itá": As percepções de mudança*. Florianópolis: UFSC, 1989. Monografia bacharelado em Ciências Sociais.
- BERTICELLI, N.M. *Monografia do Município de Itá*. Itá. Agosto 1989.
- BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 157 p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989. 310 p.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Acordo Usina Hidrelétrica de Itá*: Promulgado nas sessões do Senado e da Câmara dos Deputados no dia 1º de abril de 1992. Brasília, 1992.
- CAMPOS, Indio. *Os Caboclos do Rio Uruguai*. Dissertação de Mestrado em economia na UFPB, 1987. p. 66 à 214.
- CASTRO Eduardo V.; ANDRADE, L. Hidroelétricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad A.O., ANDRADE, Lúcia. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988. p. 07 - 23.
- CASTRO E.; ANDRADE, L. Obras do Destino: O ambientalismo oficial. In: *Tempo e presença*. Publicação do CEDI nº 330, maio 1985.
- CATULLO, M. R. *Reconstrucción de la identidad y proyectos de gran escala: Ciudad Nueva Federación, Provincia de Entre Rios, Argentina*. Série Antropologia nº 125. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, 1992. 29 p.
- CIDADE Lembra um vilarejo perdido no meio do deserto. *O jornal*, 26/06/92

CNEC (consórcio nacional de engenheiros consultores); ELETROSUL. *Usina hidrelétrica Itá*: Estudo de locação do eixo. Análise das repercussões sócio-econômicas. Florianópolis: Eletrosul, 1980.

\_\_\_\_\_. *Usina hidrelétrica Itá*: Estudo de Viabilidade. Florianópolis: CNEC/Eletrosul, julho 1981.

\_\_\_\_\_. *Usina hidrelétrica Itá*: diagnóstico geral da área. Descrição geral dos impactos ambientais. Medidas mitigadoras. Florianópolis: CNEC, maio de 1988.

\_\_\_\_\_. *Usina hidrelétrica Itá*. Estudo de impacto ambiental. Florianópolis: CNEC, maio de 1989. v.1. p. 211 à 213, 886 à 893.

CNEC. *Usina hidrelétrica Itá*. Relatório de Impacto ambiental. Versão sintética. Florianópolis: CNEC/Eletrosul, 1990.

COMISSÃO PRÓ-RELOCAÇÃO DE ITÁ. Atas das reuniões 1980/1993. nº 1 à 223.

COMISSÃO PRÓ-RELOCAÇÃO DE ITÁ/ GORI. *Relocação de Itá*: Adendo ao plano de mudança nº 11.

CORBARI, E. M.; PIEREZAN, I. P. *Compêndio sobre a história do Itá*. Itá: agosto de 1988.

CRAB. *Caderno Especial*. Erexim, outubro 1981.

CRAB. *A Enchente do Uruguai*. Nº 30. Erexim: CRAB, Nov. dez. 1989.

D'ANGELIS, Wilmar da R. *Toldo Chimbangue*: História e Luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: CIMI, 1984. 108 p.

ELETROSUL. *Subsídios a relocação da cidade de Itá em decorrência de seu futuro alargamento pela Usina Hidrelétrica de Itá*. Florianópolis: Eletrosul, 1980.

\_\_\_\_\_. *Usina Hidrelétrica Itá*: Relocação da sede municipal de Itá. Plano Diretor: Análises. Florianópolis: Eletrosul, 1982<sub>a</sub>. V.1

\_\_\_\_\_. *Usina Hidrelétrica Itá*: Relocação da sede municipal de Itá. Plano Diretor: Propostas. Florianópolis: Eletrosul, 1982<sub>b</sub>. V.2

\_\_\_\_\_. *Energia que melhora a vida*. Florianópolis, junho de 1988. (folder)

\_\_\_\_\_. *Itá*. Florianópolis: Eletrosul, 1989 (folder).

EVERS, Tilmam. Identidade: A face oculta dos novos movimentos sociais. In: *Novos Estudos do CEBRAP*. São Paulo. V.2, n.4, p. 11-23, abril de 1984.

FAILLACE, Sandra T. *Comunidade, Etnia e Religião*: Um estudo de caso na barragem de Itá (RS/SC). Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. 264 p.

FAORO, R. *Os donos do poder*: Formação do Patronato político brasileiro. 3 ed. Vol 2. Porto Alegre: Globo, 1976.

FERRARI, Luis Carios. A cartada Itá. *Revista Expressão*. Florianópolis: AZ comunicação. Ano 3, n.34, p. 14-21. julho 1993.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GORI, Comissão Pró-relocação De Itá. *Plano de mudança*: Relocação da sede municipal de

Itá. Itá: Dezembro 1984.

HALL, F.; MATTOS. *Memória*. Florianópolis: Eletrosul, 1984.

IBGE. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991*: Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1992. n.21. v.6.

INVESTIMENTO no setor social consomem verbas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 18/04/93.

ITÁ. Câmara Municipal de Vereadores Itá. *Lei Orgânica do município de Itá*. Itá, 1991.

ITÁ: Renasce a esperança de progresso. *O jornal*. 13/12/86, p. 2-8.

LACLAU, Ernesto. Del post-marxismo al radicalismo democrático. In: LACLAU, E. *Materiales para el debate contemporaneo*. n.13. Uruguai, CLAEH, 1987.

\_\_\_\_\_. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1, n.2, p. 41-47, out 1986.

LAMOUNIER, B. Perspectivas da Consolidação Democrática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.2, n.4, junho 1987.

LEFORT, Claude. *Pensando o Político*: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMONCIC, F. *Impactos ambientais dos grandes projetos*. Tempo e Presença. n.330, maio 1985.

LIVRO Tombo: 1939 - 1993. *Paróquia de Itá*, Diocese de Chapecó.

MARTINS, L. A "liberalização" do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD (org) *Transições do regime autoritário*: América latina. São Paulo: Vértice, 1988. pp 109 -139.

MARTINS-COSTA, Ana. L. B. *Uma retirada insólita*: A representação camponesa sobre a formação do lago de sobradinho. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 1989.

MELUCCI, Alberto. Um Objeto para os Movimentos Sociais?. In: *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n.17, p.49 a 66, junho de 1989.

MOISÉS, José A. *Eleições, Participação e Cultura Política*: Mudanças e continuidades. São Paulo: CEDEC, 1990. (mimeo).

NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto*: O município e o regime representativo no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

NUNES, E. *Democratization en ciudades de porte medio en Latina America*. São Paulo: CEDEC, 1990, 27 p. (mimeo).

O'DONNELL, Guillermo. A transição é um imenso pastiche. *Revista Senhor*. 18/08/87.

\_\_\_\_\_. Hiatos, Instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, F.; O'DONNELL (orgs) *A democracia no Brasil*: Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988a. p. 72 - 90.

\_\_\_\_\_. Transições Continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, F.; O'DONNELL (orgs) *A democracia no Brasil*: Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988b. p.41-



71.

- \_\_\_\_\_. Introdução aos casos Latino-Americanos. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD (org) *Transições do regime autoritário: América latina*. São Paulo: Vértice, 1988<sub>c</sub>. p.17-37.
- PALUDO, Biagio. A. *Álbum de família*. [s.d.r].
- PASTORAL Paroquial de Itá. *Paróquia de São Pedro Apóstolo: Festa dos 50 anos. Jubileu de Ouro*. Itá, 1986.
- PEIXER, Zilma I. *A Barragem de Itá na visão de sua população urbana*. Florianópolis: UFSC, 1989. (Trabalho Bacharelado em Ciências Sociais).
- PIAZZA, W. F. *Santa Catarina: Sua história*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. p. 522 à 549.
- PREFEITO eleito de Itá não quer mudar a cidade. *Correio do povo*, 27/11/82.
- REIS, Fábio Wanderley. Consolidação Democrática e Constituição do Estado: Notas introdutórias e uma tese. In: REIS, F.; O'DONNELL (orgs) *A democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice. 1988<sub>a</sub>.
- REIS, Fábio Wanderley. Partidos, Ideologia e Consolidação Democráticas. In: REIS, F.; O'DONNELL (orgs) *A democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice. 1988<sub>b</sub>.
- RIBEIRO, Gustavo L. *Empresas transnacionais: Um grande projeto por dentro*. São Paulo: Marco Zero, 1991. 189 p.
- \_\_\_\_\_. *Militares, antropologia, desenvolvimento* (uma abordagem preliminar). Brasília: UNB, 1989.
- \_\_\_\_\_. Proyectos de gran escala: Hacia um marco conceptual para el analisis de una forma de produccion temporária. In: BARTOLOME, L.J. *Relocalizados: Antropologia social de las poblaciones desplazadas*. Buenos Aires: IDES, 1985. (Coleccion hombre y sociedad).
- ROSA, L. Pinguelli; Schaeffer, R. A política energética brasileira. In: SANTOS, L.A.O., ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-indio de São Paulo, 1988. p. 53 à 58.
- SADER, Eder. *A militarização do Estado na América Latina*. Ed polis, 1982. pp 133 -178.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos geográficos e Estatísticos. *Finanças municipais*: Itá. Florianópolis, 1990<sub>a</sub>.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos geográficos e Estatísticos. *Dados municipais*: Itá. Florianópolis, 1990<sub>b</sub>.
- SANTA CATARINA; Secretaria de Estado de Coordenação geral e Planejamento; Secret. de Estado da indústria, do comércio e do Turismo; Centro de apoio à pequena e média empresa de Santa Catarina. *Programa integrado de desenvolvimento sócio econômico: Diagnóstico municipal de Itá*. Florianópolis, 1990.
- SANTOS, Alcebiades. Investimento da CELESC em Itá será examinado. *Diario Catarinense*. Florianópolis, 07/08/93.

- \_\_\_\_\_. Relocação de Itá deixa eleitorado dividido. *Diario Catarinense*, Florianópolis. 27/09/92. Diário da Eleição.
- SANTOS, Carlos N. F.; VOGEL, Arno (Coord). *Quando a Rua vira casa: a Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de bairro*. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.
- SANTOS, Silvio Coelho, NACKE, Aneliese. Povos indígenas e desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.3, n.8, 1988.
- SCHERER WARREN, Ilse. *Projetos de grande escala a ocupação e a reação popular*. Florianópolis: UFSC, 1988 (mimeo).
- SCHERER WARREN, Ilse; REIS, Maria J. As barragens do Uruguai a dinâmica de um movimento social. *Boletim de Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC, n.42, p. 25-48, 1986.
- \_\_\_\_\_. O movimento dos atingidos por barragens do Uruguai: unidade e diversidade. *Boletim de Ciências sociais*. Florianópolis: UFSC, n.48, 1988.
- SCUDDER, Thayer. Social impacts of integrated river basin development on local population. In: *Interregional seminar on river basin and interbasin development*. Hungria 16 à 26 sep. 1975.
- SEVÁ, O. Obras na Volta Grande do Xingu: Um trauma histórico provável. In: SANTOS, L.A.O., ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988. p. 25 à 41.
- SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L.A.O., ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988. p. 103 à 109.
- \_\_\_\_\_. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: DUMARA - ANPOCS, n.18, p.18-29, 1992.
- SOUZA, M. A.; SANTOS, M (orgs). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SUAREZ, F.m et al. Lo social en las grandes represas: elementos para una estratégia. In: Seminario efectos sociales de las grandes represas de America Latina. *Anais...* Buenos Aires, julio 1983.
- SUL corre risco de racionar energia elétrica em 96. *Diario Catarinense*, Florianópolis, 17 de abril 1993. Economia, p.16.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Ed. UNICAMP, 1989.
- \_\_\_\_\_. *El Regreso del Actor*. Buenos Aires: Eudeba, 1987. p.93-115.
- TUDE SOUZA, A. Os trabalhadores na Amazônia Paraense e as grandes barragens. In: SANTOS, L.A.O., ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988. p. 121 à 134.
- VAINER, Carlos B. Da mobilização para o trabalho à política social - Uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população. In: *Cadernos PUR/UFRRJ*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 9-28, 1989.
- \_\_\_\_\_. Grandes projetos e organização territorial: Os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (ed). *Meio Ambiente: Aspectos técnicos e econômicos*. Brasília:

IPEA, 1990.

\_\_\_\_\_. Processo de ocupação social do território. In: V Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente; A Universidade, a Conferência de 92 e a Nova Ordem Internacional. *Anais ...* Belo Horizonte. 1992. p.115 à 130.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Frederico G. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86 p.

VIOLA, E. J. MAINWARING, S. Novos Movimentos Sociais: Cultura Política e Democracia - Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P. J. (orgs). *Uma Revolução no Cotidiano: Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DILÚVIO vai custar quase dois milhões de dólares; A nova Itá começa a surgir. Mas as dúvidas continuam. Voz Da Serra.. In: *Dossie barragens*, n.32. 28/09/86.

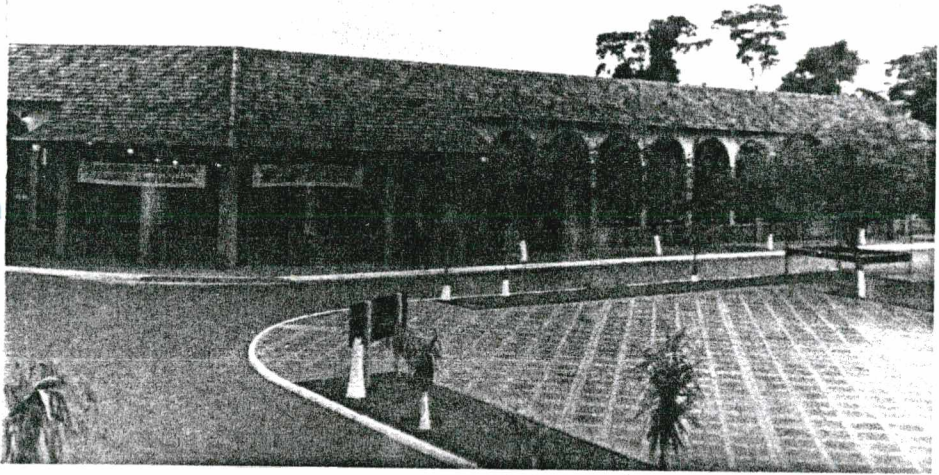
WEFFORT, Francisco. *Notas sobre o desenvolvimento político do Brasil*. 1988. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Porque Democracia?* 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

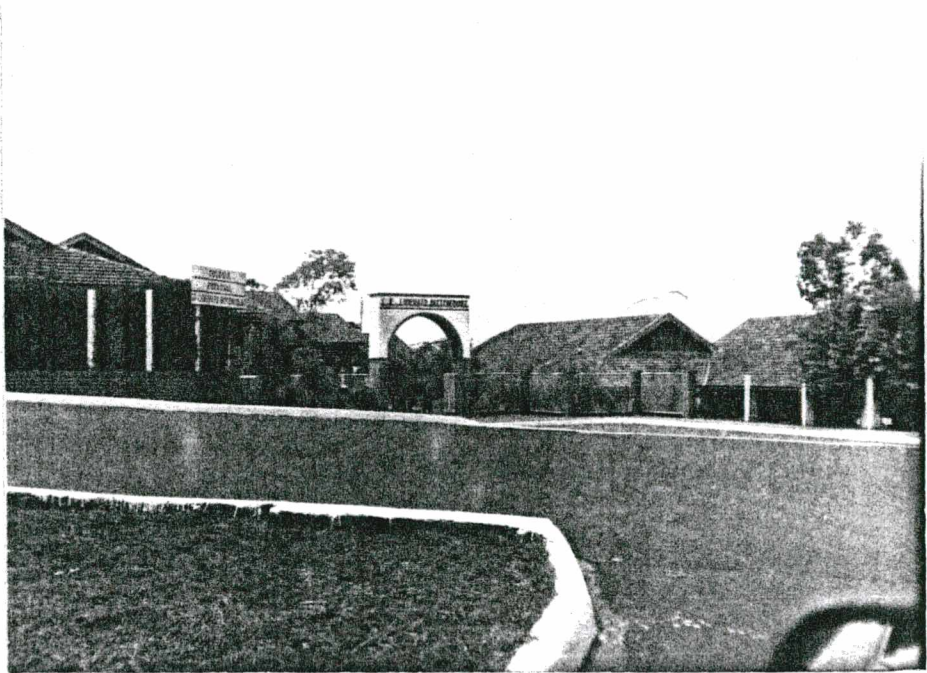
WOLF, C. P. Social Impact Assessment: A Methodological Overview. In: FINSTERBUSCH, K., LLEWELLYN, L. G., WOLF, C. P. *Social Impact Assessment Methods*. London: Sage Publications, 1983.

# **Anexo 1**

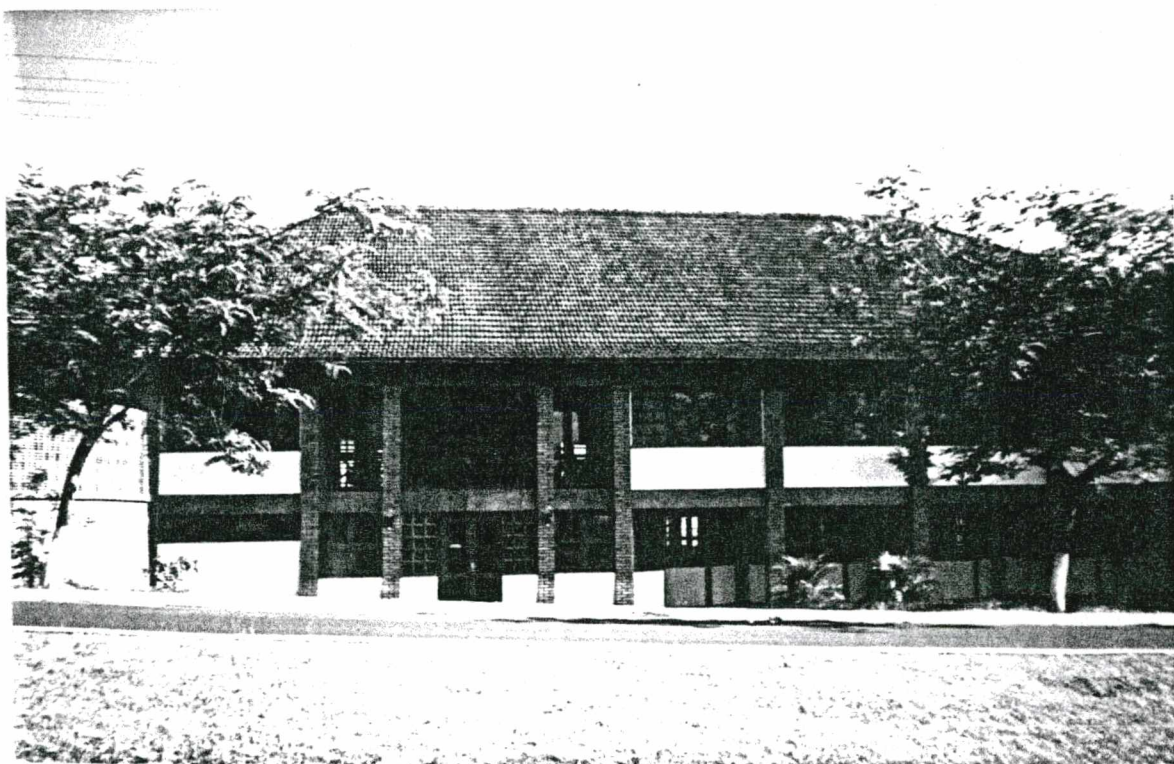
**Fotos da Cidade Nova**



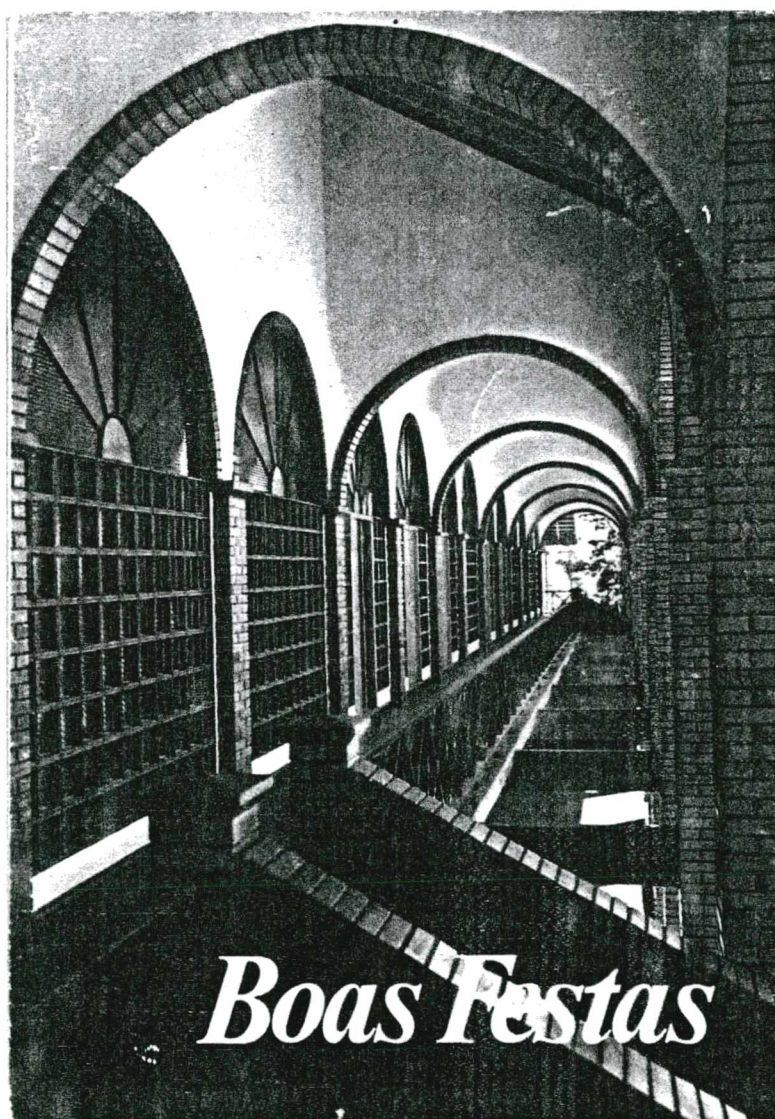
Galeria Comercial



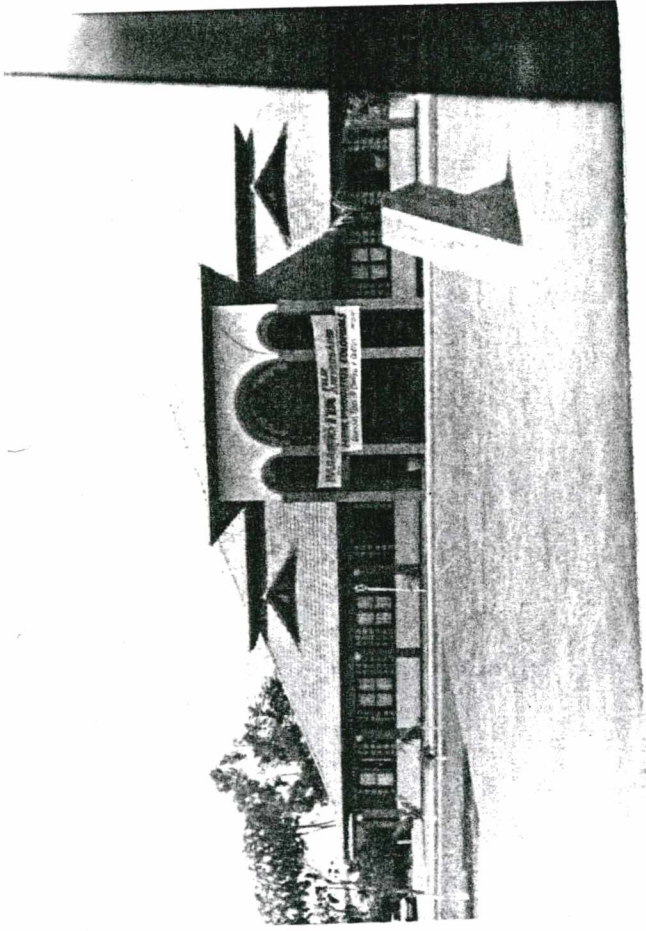
Escola Pública



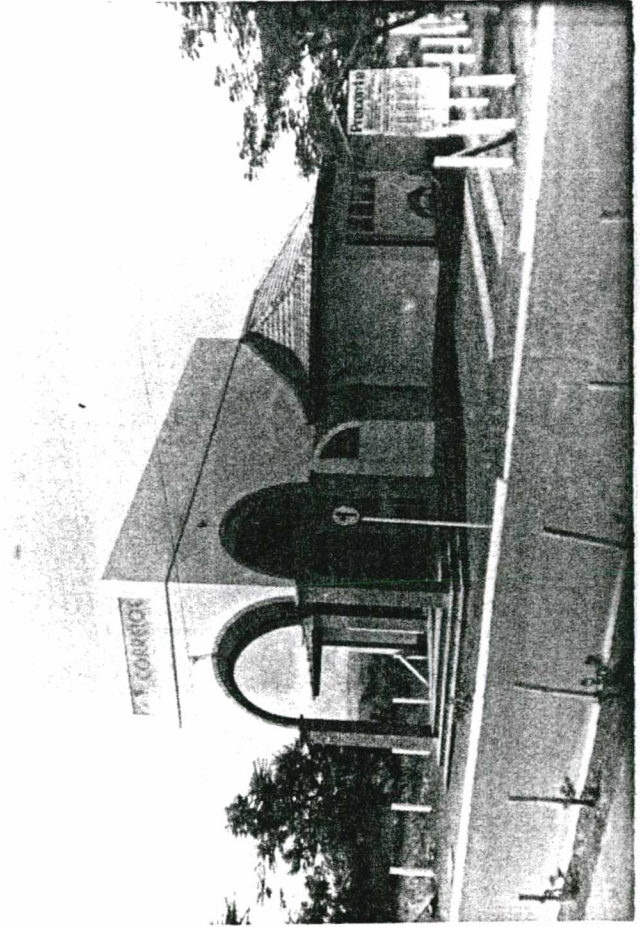
Clube social



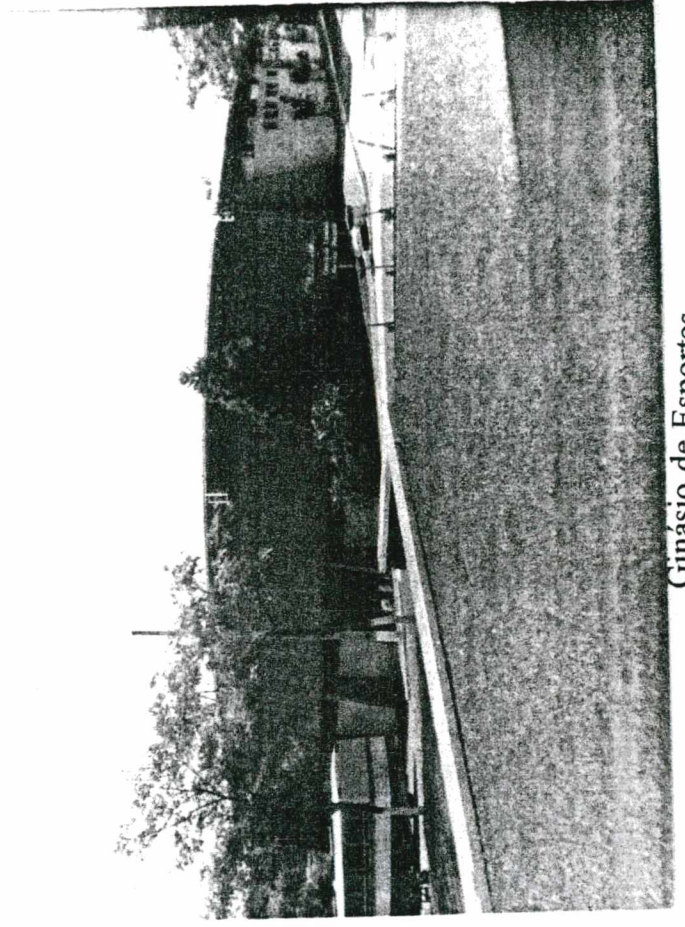
Galeria comercial



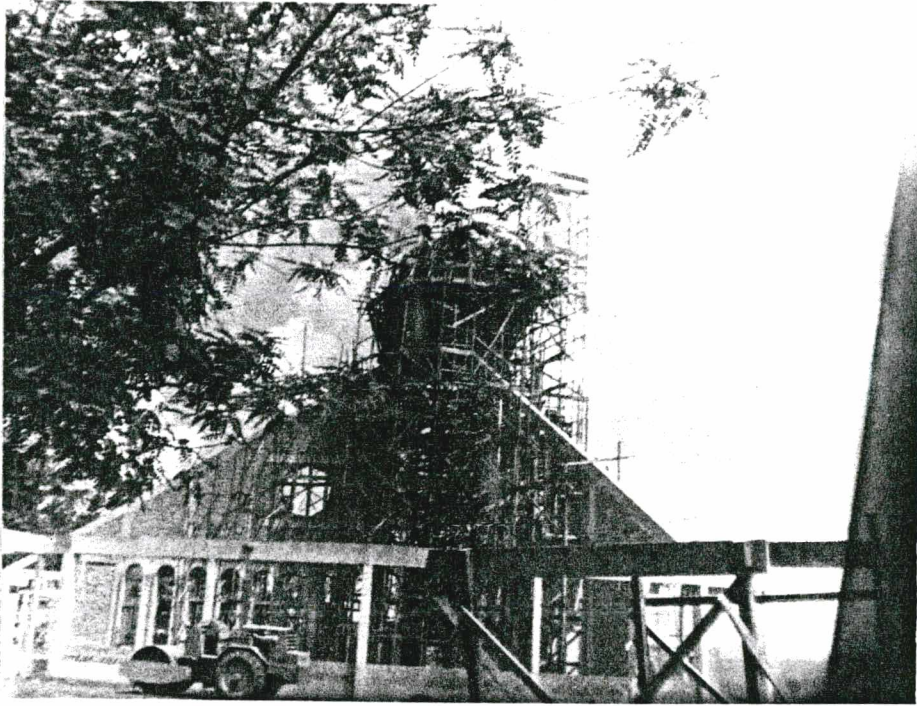
Prefeitura



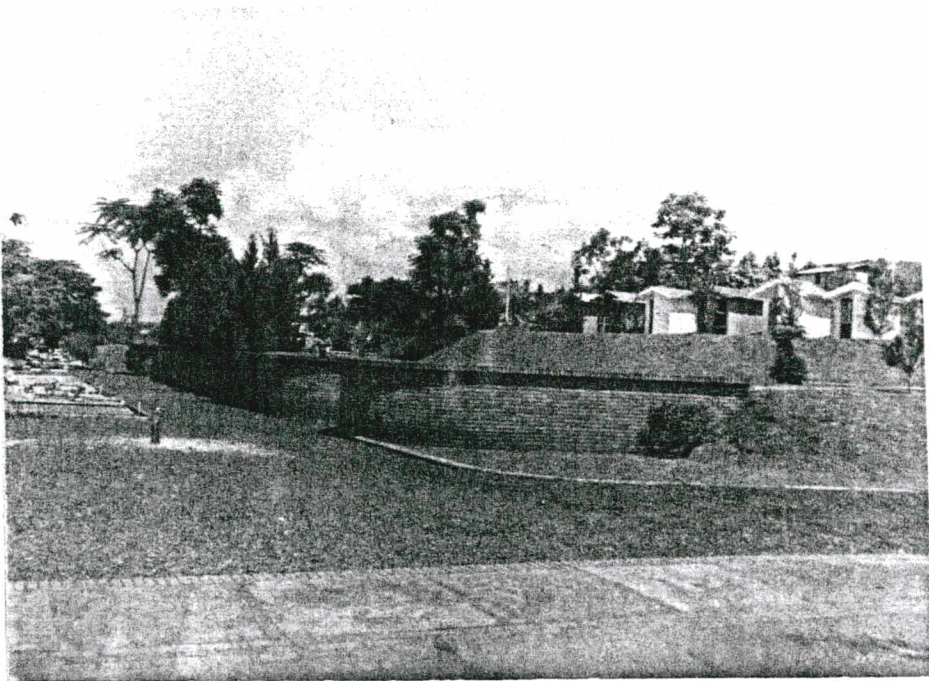
Correio



Ginásio de Esportes



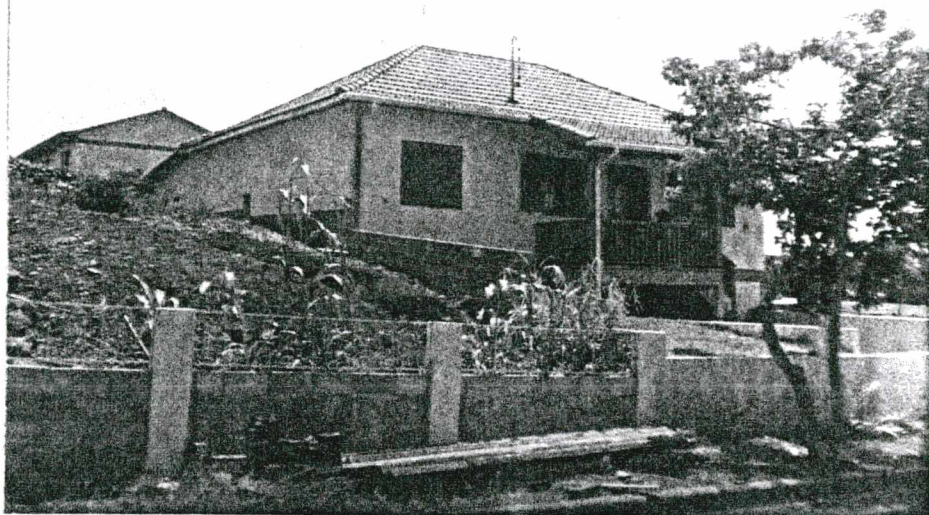
Construção da Igreja Católica



Cemitério



Residências



# Anexo 2



Casa da Vila Januário

# Anexo 3



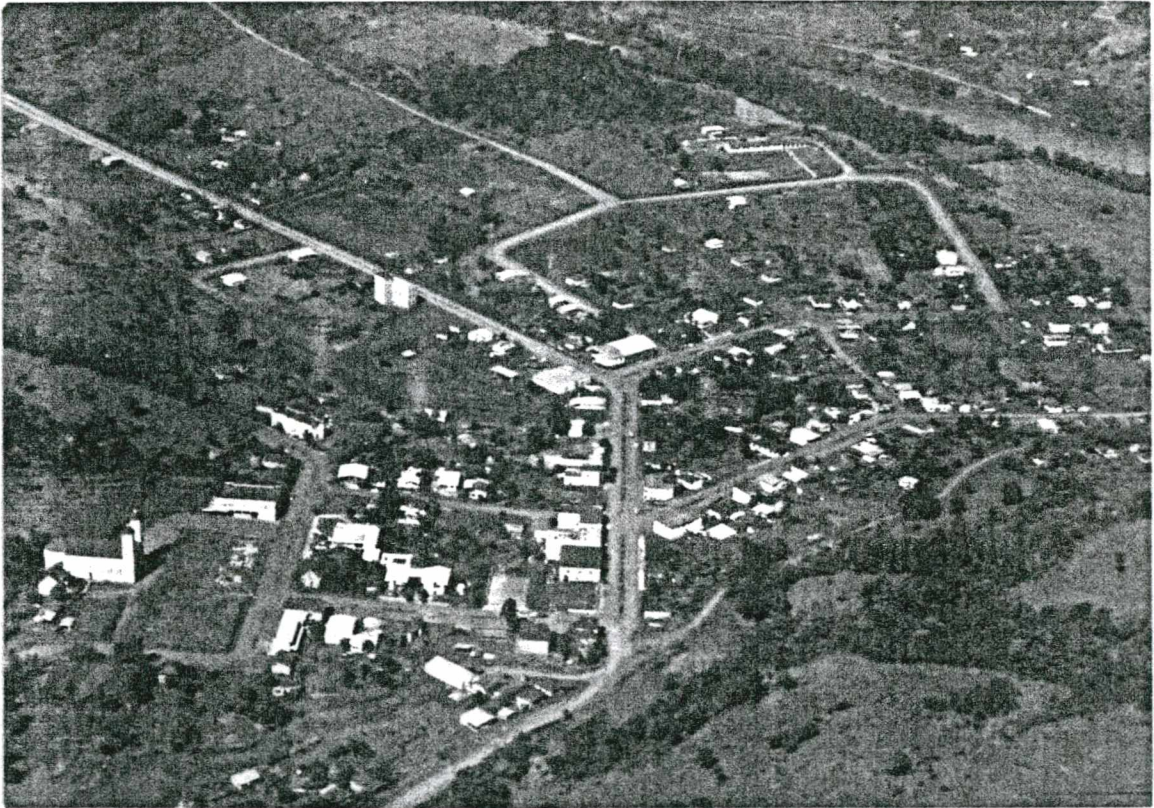
Monumento central da praça de Nova Itá

Itá é uma palavra de origem indígena que significa pedra

o interior da pedra do monumento foi implantado um registro da história da  
Velha Itá

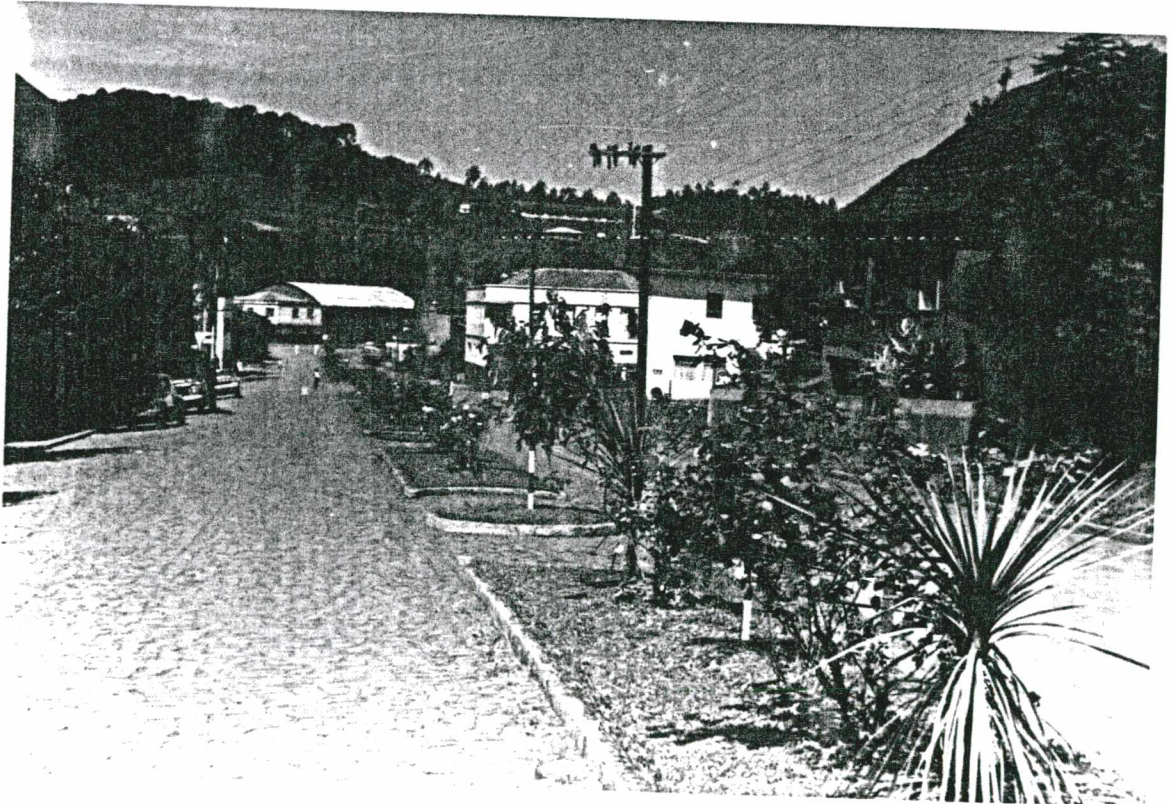
# **Anexo 4**

**Fotos da cidade velha**



Vista Panorâmica - 1980

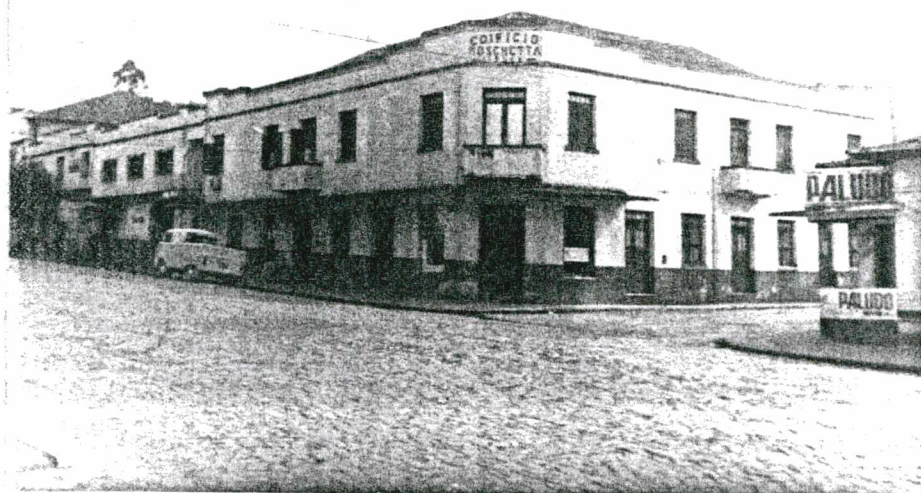
Parciais da cidade em dezembro de 1980







Vista parciais da cidade em dezembro de 1992



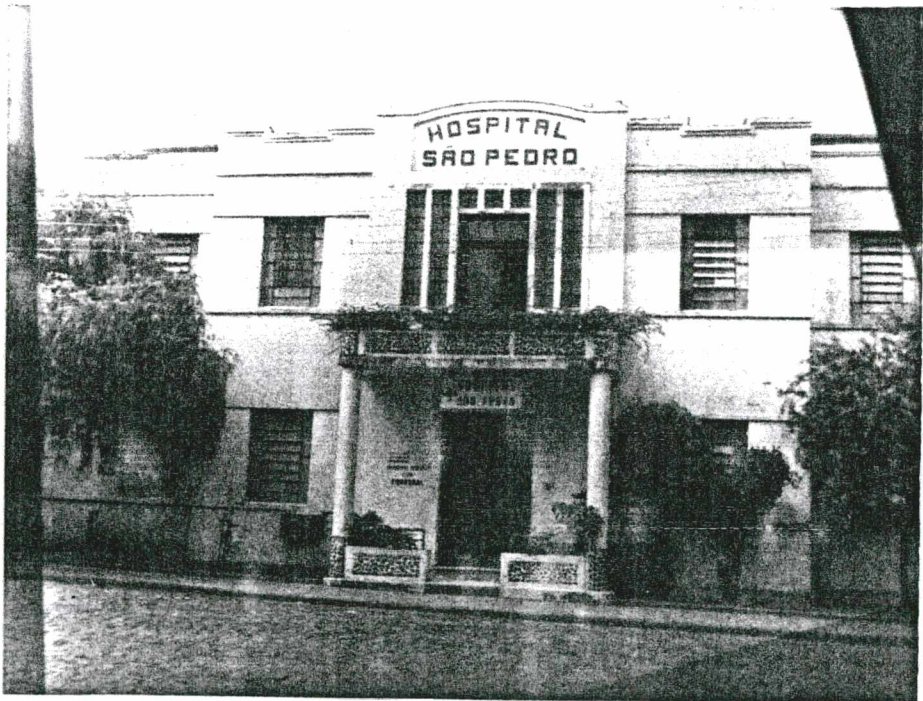
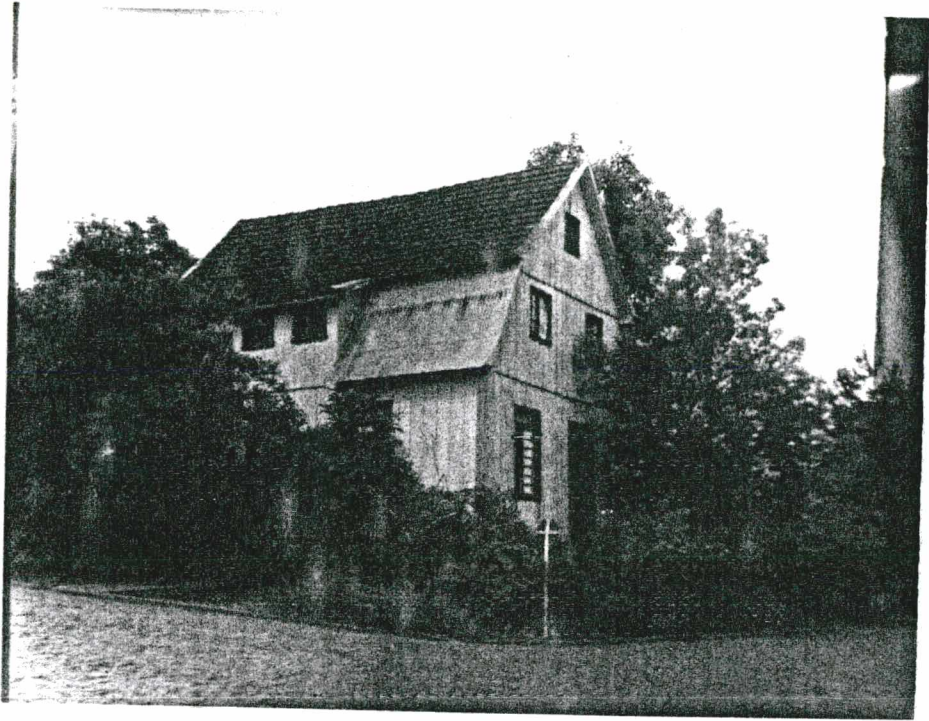


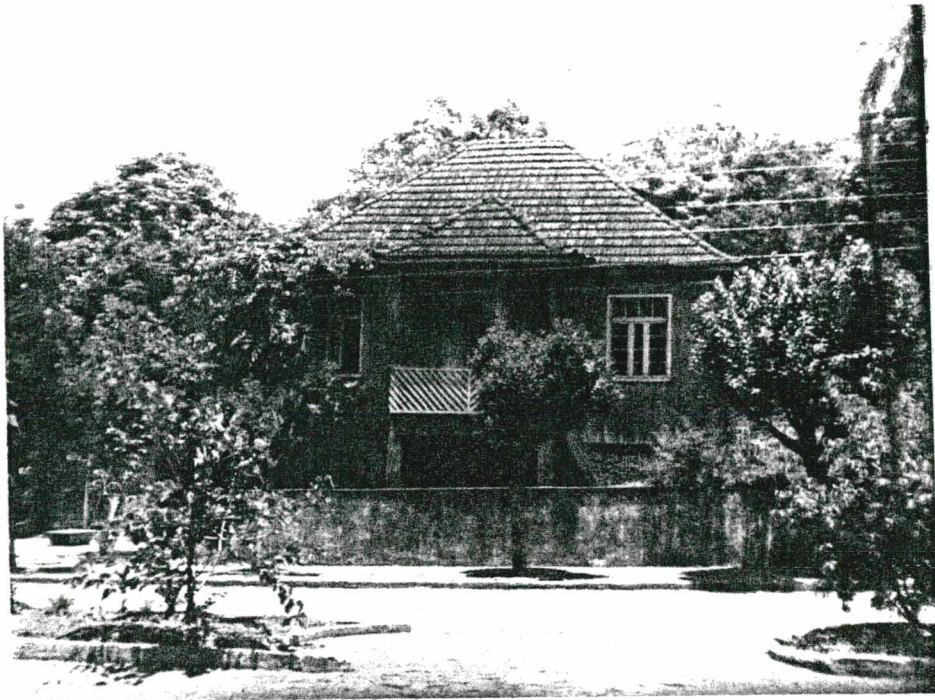
Igreja



Cemitério







Residências cujos donos já mudaram

